



PARA ALÉM DA SALA DE AULA

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

[organização

Camila D'Ottaviano
João Rovati

PARA ALÉM DA SALA DE AULA

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

[organização

Camila D'Ottaviano
João Rovati

© 2017 FAUUSP

revisão
Camila D'Ottaviano
João Rovati

projeto gráfico
Paula Custódio de Oliveira

impressão e encadernamento
LPG - FAUUSP
Coord. José Tadeu de Azevedo Maia

1^a edição: novembro de 2017

P221

Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional/ Organização: Camila D'Ottaviano, João Rovati. - 1º ed. - São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

146 p. : il; 26,5x20cm

ISBN (impresso): 978-85-8089-112-6
ISBN (digital): 978-85-8089-115-7

1. Extensão Universitária. 2. Planejamento Urbano. 3. Planejamento Regional. 4. Ensino. I. D'Ottaviano, Camila. II. Rovati, João.

"O único lugar que existe é o dia de amanhã. A nossa utopia é fazer alguma transformação já."

José Saramago, 2005

À MEMÓRIA DO AMIGO RODRIGO SIMÕES

sumário

6 . A Extensão Universitária na ANPUR: um primeiro ciclo	
Camila D'Ottaviano . João Rovati	
12	parte um
14	1 OS TERRITÓRIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA João Rovati . Camila D'Ottaviano
26	2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE CRISE Fabiana Dultra Britto
36	3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA Maria Arminda do Nascimento Arruda
48	parte dois
50	4 EXTENSÃO EM PRELÚDIO. CRÔNICA DAS OFICINAS DE PRÁTICAS URBANAS DO XVII ENANPUR Karina Leitão . Caio Santo Amore
68	FICHAS OFICINAS DE PRÁTICAS URBANAS
92	5 A EXTENSÃO NA FAUUSP Coletivo Caetés . FAU Social . Grupo de Construção Agroecológica
112	6 A EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGO ENTRE FAVELA E ACADEMIA Coletivo LabLaje
122	7 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO XVII ENANPUR João Rovati . Caio Santo Amore . Regina Lins
138	. POSFÁCIO . Luciana Lago
140	. sobre os autores
144	. crédito imagens

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ANPUR: UM PRIMEIRO CICLO

Camila D'Ottaviano
João Rovati



Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional foi criada em 1983 por iniciativa de cinco programas de Pós-Graduação¹. Desde então, a ANPUR buscou congregar os centros de pesquisa brasileiros mais atuantes na área dos estudos urbanos e regionais, tanto por sua produção científica *stricto sensu* quanto por sua relevância na avaliação ou proposição de políticas públicas locais, regionais e nacionais direcionadas às questões territoriais. Em 1986, com o intuito de propiciar a troca e o debate acerca da produção científica nacional nesse campo, a ANPUR realizou o seu primeiro Encontro Nacional, em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. *Mudanças Sociais no Brasil e a Contribuição da Ciência e Tecnologia para o Planejamento Regional, Urbano e Habitacional* foi o tema geral desse primeiro Encontro, que, sabemos hoje, consolidou-se como um dos principais (senão o principal) fóruns nacionais de discussão das questões relativas ao planejamento urbano e regional.

A ANPUR, ao longo dos anos, ampliou significativamente o número e o espectro de instituições a ela associadas e filiadas. Reunimos hoje mais de 70 programas, sediados em todas as regiões do Brasil, de áreas tão diversas como planejamento urbano e regional, desenvolvimento

regional, arquitetura e urbanismo, geografia, economia, demografia e administração pública. Assim, desde 1986, os **Encontros Nacionais da ANPUR (ENANPUR)** – e, desde 2002, também os **Seminários de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional² (SEPEPUR)** – têm reunido centenas de pesquisadores, professores, estudantes e outros atores³, para debater nossa produção científica e nossas políticas de ensino, pesquisa e pós-graduação.

Este livro, antes de tudo, é um registro dessa caminhada. Ele resume um ciclo de debates singular, sobre um tema até hoje pouco valorizado por nossa Associação: a **Extensão Universitária** – ciclo iniciado em maio de 2016, durante a realização do VIII SEPEPUR, em Porto Alegre, e concluído em maio de 2017, em São Paulo, no XVII ENANPUR.

Em 2017, portanto, mais de 30 anos após a realização do primeiro ENANPUR, pela primeira vez uma Sessão Temática do Encontro foi integral e exclusivamente dedicada ao debate da Extensão Universitária, a **Sessão Temática 11 – A Extensão Universitária como perspectiva de atuação social e pedagógica para além da sala de aula**, coordenada por Caio Santo Amore, João Rovati e Regina Lins. A criação dessa Sessão foi fruto das discussões e encaminhamentos propostos no VIII SEPEPUR

pelo **Grupo de Trabalho 3 – Os rumos do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais e sua relação com a sociedade civil: permanências e desafios**, coordenado por Luciana Lago, aprovada na Assembleia da Associação realizada em Porto Alegre em maio de 2016.

Experiências de extensão, é claro, foram pontualmente debatidas em diversos Encontros da ANPUR. Mas, nos parece sintomático que uma discussão mais específica e consistente sobre as relações entre sociedade civil e Extensão Universitária em planejamento urbano e regional apenas tenha ocorrido 30 anos após a realização do primeiro ENANPUR.

Também pela primeira vez, e com base em experiências variadas de Extensão Universitária, o XVII ENANPUR promoveu **Oficinas de Práticas Urbanas**, realizadas no final de semana que antecedeu o Encontro. As oficinas foram desenvolvidas e organizadas por professores, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação, e apoiadas por diversos grupos de pesquisa e extensão, movimentos sociais e entidades de assistência ou assessoria técnica com atuação na Região Metropolitana de São Paulo. Elas tiveram como objetivo central o desenvolvimento de atividades de leitura ambiental e urbana e práticas de planejamento e projeto, em contextos que frequentemente envolvem processos amplamente participativos de reconhecimento de problemas, tomada de decisão e elaboração de propostas associados à paisagem e à produção da cidade. A ideia era proporcionar aos participantes das oficinas uma vivência sensível e “pé-no-chão” da metrópole paulistana.

Este livro, contudo, não pretende apenas registrar e sistematizar as discussões e atividades de extensão ocorridas no XVII ENANPUR. Busca também a consolidação do espaço de discussão da Extensão Universitária, com todos os seus desdobramentos, no interior da ANPUR.

O livro está dividido em três partes.

Na **Parte I**, reunimos artigos que retratam as discussões ocorridas na Sessão Especial do XVII ENANPUR intitulada *Planejamento Urbano e Regional no Brasil Contemporâneo*, ou, mais especificamente, em sua *Mesa III, Pesquisa, Ensino e Extensão em Planejamento Urbano e Regional*.

No capítulo **Os territórios da Extensão Universitária**, ressaltamos a necessidade de avançar na discussão (quase inexistente, infelizmente) a propósito das especificidades da Extensão Universitária no campo do planejamento e dos estudos urbanos e regionais.

No capítulo **A Extensão Universitária em tempos de crise**, Fabiana Dultra Britto, Pró-reitora de Extensão Universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA), aborda o importante papel da extensão para a afirmação da dimensão pública da universidade brasileira e para o estreitamento das relações entre Universidade Pública e sociedade. Em função de sua experiência como pró-reitora, aponta também as fragilidades e desafios enfrentados pela Extensão Universitária frente ao nosso atual momento político, onde o que acreditávamos serem definições consolidadas rapidamente foram se transformando em dúvida e incerteza.

¹ Os cinco programas fundadores eram, na época, assim denominados: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco e Mestrado em Planejamento Urbano da Universidade de Brasília.

² Por vezes denominado Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais.

³ O primeiro ENANPUR (1986) contou com a presença de 110 participantes; há mais de uma década esta presença envolve mais de 1000 participantes.

No capítulo **Políticas Públicas de Cultura e Extensão Universitária**, Maria Arminda do Nascimento Arruda, ex-Pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, reflete sobre as dificuldades de afirmação das atividades de Cultura e Extensão Universitária frente à lógica de produção *cientificista*, cada vez mais presente em nossas universidades. O artigo aponta para a necessidade de superação do entendimento da Extensão Universitária como mera atividade de prestação de serviços e de difusão de atividades de pesquisa *strictu sensu*.

A **Parte II** reúne quatro textos que relatam atividades e discussões realizadas durante o XVII ENANPUR e algumas das experiências de extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

O capítulo **Extensão em prélio. Crônica das Oficinas de Práticas Urbanas do XVII ENANPUR**, escrito por Karina Leitão e Caio Santo Amore, faz um relato delicado e poético da experiência das Oficinas de Práticas Urbanas. Com a apropriação da musicalidade de Vinícius de Moraes e Baden Powell, e com seu *mapa afetivo das oficinas*, o artigo retrata o interesse despertado pela atividade no contexto do último ENANPUR e reflete sobre a importância da extensão na formação de nossos estudantes.

O capítulo **A Extensão na FAUUSP** foi escrito de forma conjunta por três dos *coletivos*⁴ de alunos de graduação atuantes na FAUUSP: Caetés, FAU Social e Grupo de Construção Agroecológica. Já o capítulo **A extensão na Pós-Graduação: construção do diálogo entre favelas e a academia**, é de autoria do único coletivo de pós-graduação atuante na FAUUSP, o LabLaje. A inclusão desses relatos no livro, restritos à FAUUSP, nos pareceu pertinente, pois, além de parceiros sobremaneira importantes na organização das Oficinas de Práticas Urbanas, a experiência do ENANPUR fez com que esses grupos refletissem sobre suas próprias práticas e atuação dentro e fora Universidade.

O último capítulo do livro, **A Extensão Universitária no XVII ENANPUR**, apresenta uma leitura crítica dos trabalhos apresentados na Sessão Temática 11 do XVII ENANPUR. De autoria dos coordenadores dessa Sessão, o artigo aborda e resume os diferentes conceitos de extensão veiculados naquela ST, ressaltando a importância dos desafios políticos implicados nesse debate conceitual.

A última parte do livro é um “posfácio afetivo”, escrito por Luciana Lago, protagonista do ciclo de valorização da extensão registrado neste livro. Ela aponta de forma clara e sucinta como as discussões realizadas durante o ENANPUR

representaram uma possibilidade importante de reconstrução do conhecimento científico, a partir da transposição dos muros da Universidade e do uso desse conhecimento “na luta cotidiana pelo bem comum”, desafiando nossas certezas consolidadas e fortalecendo os laços entre ensino, pesquisa e extensão.

É importante destacar que todos os textos são autorais e apresentam exclusivamente a opinião de seus autores e não uma posição da ANPUR ou mesmo de sua Diretoria sobre o tema.

Ao finalizar, gostaríamos de fazer dois agradecimentos especiais. Um deles dirigido à Luciana Lago, que aceitou nosso convite, em 2016, para coordenar, durante o VIII SEPEPUR, o Grupo de Trabalho 3 – Os rumos no Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais e sua relação com a sociedade Civil: permanências e desafios.

O trabalho desse GT foi o *estopim* de todas as discussões e debates presentes neste livro. O outro agradecimento é dirigido a nossos colegas de diretoria da ANPUR, Geraldo Magela Costa, Jupira Gomes de Mendonça, Pedro Vasconcelos Maia do Amaral, Ana Claudia Duarte Cardoso e Fabrício Leal de Oliveira, que nos apoiaram integralmente quando idealizamos a publicação deste livro.

Esperamos que este livro seja uma pequena semente de uma intensa e profícua discussão no âmbito da ANPUR, sobre o delineamento e as perspectivas da Extensão Universitária em planejamento e estudos urbanos e regionais e sobre a atuação possível dos pesquisadores e de outros profissionais nesse campo. Lembrando Paulo Freire, esperamos sobretudo que os conceitos, ideias e experiências debatidos aqui sejam fonte de esperança. Seguimos, pois, na luta cotidiana por um Brasil mais justo e democrático.

Camila D’Ottaviano e João Rovatti

outubro 2017

⁴ Os *coletivos* são uma das formas de organização dos alunos da FAUUSP; são grupos organizados de forma “autônoma e horizontal” que têm na Extensão Universitária uma de suas principais frentes de atuação.



parte um

1 OS TERRITÓRIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

João Rovati
Camila D'Ottaviano

2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE CRISE

Fabiana Dultra Britto

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Maria Arminda do Nascimento Arruda



1 /

João Rovati
Camila D'Ottaviano
OS TERRITÓRIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Começamos com uma pequena história. Durante o XVII ENANPUR, na mesa redonda *Crise e perspectivas das lutas sociais*, o ativista argentino Juan Grabois², ao falar sobre Extensão Universitária, disse que precisávamos achar um nome melhor para definir essa atividade, tão importante para nossas universidades. Em forma de anedota, perguntou então se quando convidamos alguém a nossa casa para jantar fazemos uma “extensão” da nossa mesa, ou se o chamamos para sentar conosco, para compartilhar a mesa que temos. Assim como Grabois, entendemos que essa é uma das questões centrais sobre a qual temos que nos debruçar: como fazer com que as atividades que incluem a “sociedade”, o lado de lá do “muro” das nossas universidades, sejam incorporadas de forma efetiva ao dia a dia de nossas instituições?

O nosso envolvimento crescente com atividades relacionadas à Extensão Universitária, seja como docentes de cursos de arquitetura e urbanismo, seja como diretores da ANPUR, viu

surgirem muitas indagações e dúvidas, mas também algumas certezas. Este artigo descontina algumas dessas dúvidas e certezas, como forma de alimentar o debate sobre a importância e os desafios atuais da Extensão Universitária no Brasil e, de modo especial, sobre suas potencialidades e especificidades no campo do planejamento e dos estudos urbanos e regionais.

Os territórios da Extensão Universitária

De modo geral, nos debates e textos sobre Extensão Universitária apresentados no XVII ENANPUR³, tivemos a impressão que a delimitação do que é a extensão é algo dado, implicitamente definido. Como se todos soubessem exatamente sobre o que estamos falando. Mas o que realmente é a extensão? Assistência ou assessoria técnica? Prestação de serviço? Divulgação de conhecimento? Transferência de saberes? Espaço de experimentação para nossas atividades

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso.

Paulo Freire¹

rotineiras de ensino e pesquisa? Uma forma particular de militância política? Ou simplesmente uma “extensão provisória da universidade” (e, muitas vezes, improvisada) para fora de seus muros?

São muitos os territórios da extensão no Brasil. Eles traduzem escolhas políticas contraditórias e uma grande diversidade de temas, abordagens, ênfases, objetivos, fontes de financiamento. Cada um desses aspectos tem sido objeto de disputas e controvérsias. Por assim dizer, de um extremo a outro, cabem aí da consultoria remunerada à militância comprometida com uma determinada causa social. Em nossa área, por exemplo, são denominadas “atividades de extensão” desde uma convencional prestação de serviço para a elaboração de um plano diretor até ações diretas de solidariedade a movimentos de ocupação de imóveis ameaçados pela violência policial.

Parece-nos, portanto, que a primeira questão a ser debatida no contexto da ANPUR é: o que afinal entendemos por Extensão Universitária?

Esse debate, é claro, deve ser levado com rigor, mas, sem qualquer viés dilettante. Porque com ele não se deve buscar “o” conceito “definitivo” de extensão e, muito menos, uma definição normativa abstrata, desvinculada da nossa história e das nossas práticas. Esse esforço conceitual precisa ser feito principalmente para que, ao falarmos de Extensão Universitária, saibamos com quem e sobre o que estamos falando.

Como ficou evidenciado nas falas de Fabiana Dultra Britto, Maria Arminda do Nascimento Arruda e Edna Castro, na mesa especial *Pesquisa, Ensino e Extensão em Planejamento Urbano e Regional* realizada no XVII ENAPUR, o debate sobre o significado da extensão para nossas universidades já tem um acúmulo importante. Mas, como também ficou evidente naquela mesa, esse acúmulo não se compara com a caminhada que já fizemos no que se refere ao ensino e à pesquisa, especialmente no plano teórico.

Um primeiro desafio a ser enfrentado no âmbito da ANPUR, portanto, é reconhecer, sintetizar e divulgar a reflexão acumulada em outros ambientes universitários, isto é, “fora” do campo do planejamento e dos estudos urbanos e regionais.

Nosso segundo desafio é orientar este debate a partir de alguns propósitos claros.

Por um lado, trata-se de fortalecer a extensão como ação política e espaço público, locus privilegiado da interação entre universidade e sociedade pautado pela prática da democracia, pelo combate aos preconceitos e às desigualdades sociais, pelo diálogo e parceria fraterna entre “diferentes”, pela experimentação com vistas ao enfrentamento de problemas relevantes para a população mais vulnerável e pobre do país, pela procura e invenção de um conhecimento que transforma.

¹ Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 41

² Advogado, liderança da *Confederación de Trabajadores de la Economía Popular* (CTEP), assessor especial do Papa Francisco e professor do curso de Direito da Universidade de Buenos Aires.

³ Ver, em especial, os artigos relativos à Sessão Temática 11 - A Extensão Universitária como perspectiva de atuação social e pedagógica para além da sala de aula, publicados nos ANAIS do XVII ENAPUR, e o Capítulo 7 - A Extensão Universitária no XVII ENAPUR..

Por outro lado, trata-se de combater firmemente a ideia de que “tudo o que não é ensino e pesquisa é extensão”; e de não dar trégua à recorrente utilização dessa definição notavelmente fluída para justificar “complementações” de rendimentos pessoais, o “financiamento” das universidades, sejam elas públicas ou privadas, e ambíguas ações “filantrópicas”.

O Brasil é um país continental e profundamente diverso, nos planos geográfico e social. Nossas instituições universitárias não se situam nem se localizam em espaços sociais e territoriais abstratos. Um “curso de capacitação”, envolvendo ou não alguma forma de remuneração, pode ter um sentido político completamente diferente em um ou outro “canto” deste imenso país. O mesmo se pode dizer das atividades de extensão que prestam algum tipo de serviço, assistência ou assessoria técnica. Não nos parece possível propor qualquer “recorte” mais preciso nesse âmbito. Mas, parece-nos possível e absolutamente necessário debater o sentido político dessas ações – entendendo o político, aqui, como tudo o que implica algum tipo de escolha cidadã com relação à vida em sociedade.

O que propomos é que se debata a extensão a partir de uma opção política ao mesmo tempo clara e abrangente, que tenha como marco a constatação de que o mundo e a sociedade em que vivemos precisam ser abordados criticamente. E precisam ser transformados.

Desse ponto de vista, na extensão, o processo é mais importante do que o “produto”, isto é: a extensão jamais deveria reproduzir as práticas consagradas pelos cursos, consultorias e serviços

que o “mercado” remunera ou patrocina. Nem deveria ser uma ação “improvisada”, feita para “quebrar-o-galho” dos que não podem pagar por este ou aquele curso, consultoria ou serviço.

Compreendemos tudo isso. Certo: precisamos considerar e avaliar cada ação de extensão *em seu contexto*. Não devemos “julgá-las”, jamais, sem conhecê-las “de perto”.

Mas, não são aqueles os territórios da extensão. A extensão deve explorar outros terrenos, que agora apenas descortinamos ou ainda sequer conhecemos. E que por isso não podemos nomear ou definir. Espaços onde são gestadas e praticadas políticas contra-hegemônicas, onde ganham força os setores mais fragilizados da sociedade e ganha corpo e sentido o conhecimento que, no exercício da autonomia, quer transformar.

Retomando a figura usada por Juan Grabois: a extensão (ou “isso que deveria ter outro nome”) não “convida” qualquer um a sentar em sua mesa; mas, aos que acolhe, com eles dialoga fraternalmente e oferece o que tem de melhor.

Este pequeno texto não tem qualquer pretensão acadêmica. Evitamos, pois, as citações e notas de rodapé. Mas será preciso fazer uma ou outra exceção. Porque, por exemplo, em quase tudo o que acabamos de escrever, há “algo” de Paulo Freire.

Com satisfação, constatamos que Paulo Freire foi o autor mais citado nos trabalhos apresentados na Sessão Temática dedicada à extensão realizada no XVII ENANPUR. Isto certamente não aconteceu por

acaso. Mas não devemos canonizar Paulo Freire. Sua vasta obra deve também ser objeto da crítica. Pois então, nesta “exploração de novos territórios”, não teria chegado a hora de “reler” Paulo Freire? De procurar em sua *busca* algumas das chaves e lacunas que nos conduziram até aqui?

Nosso país vive um momento delicado. O mesmo acontece com o ensino superior e, de modo especial, as universidades públicas. As incertezas se avolumam. A extensão, ou uma certa definição de extensão, está em xeque⁴. E isto ocorre justamente quando nós, no âmbito da ANPUR, apressamos o passo para ir a seu encontro.

Paulo Freire, em quase todos os seus livros, chama a atenção para três questões centrais: fala-nos da importância do conhecimento para a *ação transformadora*; da necessidade da *ação dialógica* para o conhecimento; e da *práxis* como forma de atuação na e para a sociedade.

Nós, nas universidades, no exercício de nossa capacidade crítica, frequentemente apontamos os “erros dos outros”. Raramente falamos dos nossos próprios erros. E somos muitos os que afirmamos o compromisso com um conhecimento voltado para uma “*ação transformadora*”. Mas, afinal, o que estamos efetivamente fazendo nessa direção? Muito, talvez, sobretudo no plano das chamadas “micropolíticas”. Mas, não teríamos tempo ou “capacidade” para nos articular e buscar juntar forças? Ou já não conjugamos o verbo esperança? Já não acreditamos na possibilidade de atuar como força social?

Na tentativa de encontrar resposta para algumas dessas questões, buscamos apoio justamente em Paulo Freire. Pedimos desculpas pela longa citação:

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como determinação.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência. O conhecimento sobre os terremotos desenvolveu toda uma engenharia que nos ajuda a sobreviver a eles. Não podemos eliminá-los mas podemos diminuir os danos que nos causam. Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra, de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo,

⁴ Ver, sobre isso, o artigo de autoria de Fabiana Dultra Britto, publicado neste livro.

o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele⁵.

Sempre que escreve sobre a esperança, Paulo Freire nos faz sonhar. Mas, como vimos, jamais confunde esse sonho com a “ilusão”, com “a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra, de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação”.

A Extensão Universitária no território

Não temos cursos de graduação em planejamento urbano, planejamento regional ou planejamento urbano e regional no Brasil. Nessa área, temos algumas incipientes e valorosas experiências⁶. Há aqui um outro debate conceitual, mas que sequer delinearemos. Partiremos de uma constatação:

quase todos, inclusive os arquitetos “e urbanistas”, admitem que a cidade, ou o urbano, ou o território, por sua complexidade, demandam abordagens *multi-inter-trans disciplinares*. A ANPUR é uma instituição que, desde a sua criação, manifesta essa mesma disposição.

Por congregar instituições vinculadas a diferentes disciplinas, na ANPUR temos alguma ideia sobre o que se faz em termos de ensino e pesquisa, por exemplo, nos campos da geografia, da sociologia, da economia, do direito. Mas pouco sabemos sobre o que se faz quanto à extensão no âmbito dessas disciplinas.

Desde 2002, a ANPUR realiza bienalmente os seus SEPEPUR – curiosamente, ora denominados “seminários de ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional”, ora denominados “seminários de ensino e pesquisa em estudos urbanos e regionais”. Mas, seja qual for a denominação desses seminários, ali a palavra *extensão* não comparece. Ato falho?

A referência à Extensão Universitária sempre vem acompanhada da definição sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão, que supostamente sustentaria as universidades brasileiras. No entanto, em nossa prática cotidiana, sabemos que nesse tripé a extensão é o “primo pobre”. Quase sempre com base num enfoque *cientificista*, a lógica produtivista

tem regido o dia a dia de nossas universidades. Com isso, de modo geral a extensão fica relegada a um plano secundário, como algo a ser feito “se e quando for possível”.

Acreditamos que a Extensão Universitária deva ser uma prática necessariamente gestada em conjunto com o ensino e a produção do conhecimento científico-acadêmico. Contudo, intervir na realidade, como nos mostra Paulo Freire, só é possível a partir de um conhecimento aberto à *complexidade*⁷ e *prometido*, social, ética e politicamente. Daí a importância dos processos que articulam diferentes disciplinas científicas, sobremodo quando a estas agregam também a contribuição das artes, da literatura, da poesia, da história e da filosofia, como espaços de elaboração do sentido das nossas escolhas políticas cotidianas.

Por isso entendemos que a valorização de abordagens *multi-inter-trans disciplinares* é tão importante para a extensão quanto o fortalecimento de seus laços com o ensino e a pesquisa, dentro e fora dos muros das nossas universidades. Não nos parece necessário justificar porque isto tem particular importância para a área do planejamento e dos estudos urbanos e regionais.

O urbanista italiano Bernardo Secchi, sem diminuir a importância das ciências, lembra-nos que cidades e territórios “pertencem inevitavelmente à experiência cotidiana de cada um” e, por isso, “recaem no domínio da experiência sensível: o que vejo, toco ou escuto”⁸. Desse ponto de vista, para Secchi, “pensar que o mundo possa ser subdividido por compartimentos, cada um sob a alcada de algum estudioso ou especialista, não é um pensamento apenas ingênuo, mas é, principalmente, um pensamento equivocado”⁹.

Parece-nos que a extensão, por sua dimensão pública (e de espaço público¹⁰) é uma oportunidade vicejante para o “pensar e agir juntos”, para a superação de nossas disputas paroquiais, de nossas estreitas visões disciplinares e diletantes fronteiras epistemológicas e, sobretudo, dos projetos individuais que se afirmam em detrimento dos projetos coletivos. Desse ponto de vista, como processo, a extensão é *formação*: sem abrir mão da racionalidade implicada no conhecimento científico, é uma *práxis* orientada pela sensibilidade.

Portanto, outro desafio cujo enfrentamento nos parece urgente, é o da inexistência de um debate mais aprofundado sobre as especificidades da Extensão Universitária na área do planejamento e dos estudos urbanos e regionais.

⁵ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 76. O grifo é nosso.

⁶ Fazemos referências aqui às experiências pioneiras dos cursos de graduação em Urbanismo, da Universidade do Estado da Bahia (UNEBA), e do bacharelado em Planejamento Territorial, da Universidade Federal do ABC (UFABC).

⁷ “Constatando, tornamo-nos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela”. Cf. FREIRE, op. cit., p. 76.

⁸ O êxito das Oficinas de Práticas Urbanas incluídas na programação do XVII ENAPUR parece dar razão à Secchi – ver capítulos reunidos na segunda parte deste livro.

⁹ SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 19-20.

¹⁰ Como também ressalta Fabiana Dultra Britto, no capítulo 2.

Inicialmente, precisamos então fazer um “mea-culpa” (pessoal, é claro), uma autocrítica quanto ao nosso próprio viés científico.

Como é ressaltado neste volume, esperamos três décadas para incluir a extensão na agenda dos ENANPUR. Como já observamos acima, a palavra extensão jamais foi incluída na denominação dos nossos SEPEPURs (ou teria sido dali “excluída”), um momento importante, de reunião dos representantes dos programas membros da ANPUR, onde o debate sobre a extensão sempre foi relegado a eventuais e pontuais discussões nos Grupos de Trabalho. Cabe-nos indagar o que isso poderia significar. Que a Extensão Universitária não é relevante para a área de planejamento e estudos urbanos e regionais? Que o debate sobre extensão não deveria fazer parte da agenda de uma associação de pós-graduação? Ou ainda que, para a ANPUR, no tripé ensino-pesquisa-extensão, esta última de fato ocupa um lugar secundário ou mesmo irrelevante?

Ao longo deste período, de pouco mais de um ano de debate e reflexão sobre a Extensão Universitária na ANPUR, também foi possível constatar a presença forte e preponderante, nessa discussão, de atores vinculados a cursos e programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo. Pouco ou quase nada se discutiu sobre a extensão nas demais áreas do nosso campo. Afinal, se existem, quais são as práticas de extensão valorizadas, por exemplo, nos âmbitos da economia, da geografia, na sociologia, na demografia? Quais são seus desafios e estratégias?

Outra questão relevante é a concentração das atividades de extensão, e do próprio debate sobre a extensão, em cursos de graduação. Não existe espaço para a Extensão Universitária na nossa pós-graduação, nem ao menos para analisá-la? Ou a exigência de produção acadêmico-científica na pós-graduação praticamente elimina as possibilidades de desenvolvimento de atividades de extensão por nossos pós-graduandos? Contudo, como mostram os relatórios de atividades enviados ao Sistema CAPES, particularmente no que se refere ao item “inserção social”, sabemos que muitos programas de pós-graduação praticam algo que denominam “extensão”, especialmente sob a forma de cursos, consultorias e relações de intercâmbio, e que às vezes incluem entre suas atividades de extensão até mesmo a simples presença de professores em bancas realizadas fora de suas universidades ou unidades acadêmicas. Aliás, a propósito, cabe também perguntar: como tem sido abordada a extensão nas avaliações da CAPES, tão valorizadas por nossos programas de pós-graduação?

Em síntese, como Associação, mas também como profissionais e educadores que entendem a Extensão Universitária como prática fundamental na formação dos profissionais do planejamento e dos estudos urbanos e regionais, temos pela frente dois grandes desafios: consolidar o debate e a prática da Extensão Universitária no nosso campo e, ao mesmo tempo, afirmá-la no âmbito da nossa pós-graduação.

A experiência mostra que a atuação das universidades junto ao território, articulando conhecimentos a serviço da sociedade, tem uma potência enorme, mas é objeto de disputa. Cabe a nós trazer essa disputa para dentro do campo do planejamento e dos estudos urbanos e regionais, reafirmando a natureza política da extensão e a dimensão pública da instituição universitária. Desse ponto de vista, pensar e praticar a extensão significa refletir sobre a própria universidade; significa *repensar-fazendo* o sentido mesmo do conhecimento, valorizando seu *impulso* crítico e transformador.

A Extensão Universitária como compromisso

Retomando (e parodiando) Paulo Freire, entendemos que a extensão não é, está sendo. Porém, mesmo nesse “estar sendo”, existem algumas certezas e compromissos que devem ser retomados e reafirmados.

A ação transformadora só se dá quando extensão, ensino e pesquisa de fato acontecem de forma conjunta, articulada, compartilhada.

A ação transformadora só se dá quando a extensão, no dia a dia, se abre para a experimentação e para a diversidade; quando borra as fronteiras disciplinares, as fronteiras do pensar “ou” fazer, da teoria “ou” da prática; quando, com base na reunião de individualidades autônomas e singulares e a partir da identificação de uma realidade que quer transformar, agraga, constrói um projeto coletivo, impulsiona um processo de formação.

Quem faz Extensão Universitária quer viver a experiência do conhecimento de “outra maneira”, diferente daquela que vive no dia a dia da sala de aula. Se a filosofia é “o desejo de saber para viver melhor”, e se esse viver melhor “inclui poder dar uma razão pessoalmente elaborada ou assumida de nossas crenças, valorações e ações”¹¹, então a extensão é também um lugar para a prática do filosofar.

A visão da extensão como sendo “tudo o que não é ensino e pesquisa” (ou mera “assistência técnica”, pautada pelo “levar o conhecimento a quem não tem”) a fragiliza. E enfraquece sobremaneira a dimensão pública de nossas universidades e instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas.

Considerando-se a extraordinária diversidade geográfica e social do Brasil, a extensão pressupõe, sempre, o diálogo, a liberdade e a tolerância, isto é, a convivência na diversidade teórica, metodológica e epistemológica. Na extensão, é essa diversidade agregadora que fundamenta a elaboração da nossa ação e que promove a conceptualização que, embora sempre provisória e parcial, é compartilhada por seus diversos atores. Por isso, a extensão que se pretende ação transformadora tem um **compromisso radical** com as práticas democráticas, com a promoção da justiça social, com o combate às desigualdades sociais e a todo tipo de preconceito e a todas as formas de colonialismo.

¹¹ CUPANI, Alberto. *Filosofia da ciência*. Florianópolis: EAD/UFSC, 2009, p. 13.

Saramago disse um dia que sua **utopia** era “fazer alguma transformação já”. Acreditamos que a poesia nos ajuda a compreender melhor o mundo, a nós mesmos e, inclusive, os nossos sonhos e ilusões. Sobre as ilusões, escreveu um dia Mário Quintana:

*Meu saco de ilusões, bem cheio tive-o.
Com ele ia subindo a ladeira da vida.
E, no entretanto, após cada ilusão perdida...
Que extraordinária sensação de alívio!*

Abandonemos, pois, nossas ilusões. Mas, sem abrir mão dos nossos sonhos. Para nós, a utopia extensionista é formar cidadãos comprometidos com ações transformadoras *do e no território*: agora, já!

2

Fabiana Dultra Britto
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE CRÍSE

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE CRÍSE

O reconhecimento do papel da Extensão Universitária está diretamente relacionado à compreensão do que lhe particulariza como atividade acadêmica, em cada diferente contexto espaço-temporal. A primeira referência conhecida de um programa formal de Extensão remonta a 1871¹, na Universidade de Cambridge e, pouco depois, Oxford, por meio de cursos destinados a trabalhadores – basicamente operários e mineiros. Posteriormente à Inglaterra, os cursos de extensão espalham-se para Bélgica, Alemanha e chegam, em 1892, aos Estados Unidos, onde ganham contornos próprios ao modelo econômico de vocação liberal, enfatizando o sentido de transferência de tecnologia e de aproximação da Universidade com o setor empresarial, pela criação da *American Society for the Extension of University Teaching*, na Universidade de Chicago. Em 1903, é criado o programa *Wisconsin Idea*, na Universidade de Wisconsin, tido como exemplar pelo presidente Theodore Roosevelt, pela sua contribuição decisiva ao avanço da tecnologia agrícola americana.

Iniciando-se, assim, como atividade de ensino informal, voltada aos bolsões de pobreza criados na esteira da consolidação da Revolução Industrial europeia, a Extensão Universitária cumpre, desde

então, certo papel apaziguador dos conflitos capital/trabalho advindos do modo de produção capitalista².

Na América Latina, onde as universidades mais antigas (Peru, 1551; México, 1553; Guatemala e Chile, século XVII) surgem por iniciativa de ordens religiosas, para atender aos interesses das elites, reiterando segregações étnicas e sociais, a defesa do vínculo da Universidade com as classes trabalhadoras e movimento operário é impulsionada pela luta pela Reforma Universitária, a partir de 1918, e enfocada por todos os movimentos revolucionários de esquerda do início do século XX.

No Brasil, embora a extensão universitária já esteja prevista desde o Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, que estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro, e tenha sido pauta dos Seminários Nacionais da Reforma Universitária (1960 e 1962), promovidos pela UNE³, seu impulso decisivo em direção ao comprometimento das universidades com os setores populares é marcado pela criação do Serviço de Extensão Universitária, dirigido por Paulo Freire, na Universidade do Recife.

O golpe militar de 1964, com seu aparato repressivo a toda forma de luta reivindicatória de direitos civis e políticos, de soberania popular, autonomia universitária e liberdade intelectual, interrompe processos, projetos e ações que pudessem significar algum risco aos privilégios das elites sustentados à custa de exploração do trabalho e segregação social e econômica.

Já na abertura política, em 1987, é criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), cujo papel em defesa do ensino público e da responsabilidade social das universidades na luta contra desigualdades, firmou-se publicamente a partir da publicação, em 2012, da sua Política Nacional de Extensão Universitária, resultante de processo de construção participativa em curso desde 2009, com base na análise crítica do primeiro Plano Nacional de Extensão (PNE), formulado em 1999 para abranger o decênio 2001-10.

Em seus encontros semestrais nacionais, o FORPROEX promove discussões qualificadas sobre os princípios, parâmetros e diretrizes do PNE, embasadas nas experiências particulares de cada universidade ao longo do seu processo de assimilação dos conteúdos desse documento. Os diferentes históricos institucionais e contextos socioeconômicos das suas localidades favorecem

modos diferentes de condução da Política Nacional de Extensão pelas suas Pró-Reitorias de Extensão, expressando suas políticas locais. Num país de dimensões continentais, extremos geográficos correspondem, não raras vezes, a discrepâncias de regimes de temporalidade que atribuem sentidos muito particulares às noções de passado, presente e futuro, interferindo sobre suas concepções (e práticas) de tradição, contemporaneidade e porvir, cuja tradução simplista em modulações lineares de atraso/avanço reitera preconceitos culturais e acentua assimetrias socioeconômicas. O encontro de Pró-Reitores egressos de contextos tão disparem em suas condições de atuação rotineira, quanto semelhantes em suas funções de gestores da Extensão Universitária, promove interlocuções desafiadoras de diálogo entre grupos cuja distância muitas vezes produziu fissuras semânticas irreconciliáveis.

Enquanto entidade representativa dos gestores de extensão das instituições públicas de ensino superior⁴, o FORPROEX atua mobilizando relevantes discussões quanto ao papel da extensão no sistema universitário e realizando estudos cuja documentação produz forte impacto nas políticas educacionais, seja como fonte de referência para resolução de problemas específicos, tais como, a participação da extensão no sistema de avaliação e financiamento das universidades, e

¹ Cf. DE PAULA, João Antônio. A Extensão Universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces - Revista de Extensão*, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013.

² Cf. DE PAULA, op. cit.

³ O primeiro Seminário Nacional da Reforma Universitária, ocorrido em Salvador, resultou na Declaração da Bahia, em que se afirmavam três objetivos: "1) a luta pela democratização do ensino, com o acesso de todos à educação, em todos os graus; 2) a abertura da Universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de líderes sindicais (nas Faculdades de Direito) e de mestres de obras (nas Faculdades de Engenharia), por exemplo; e 3) a condução dos universitários a uma atuação política em defesa dos interesses dos operários." Cf. POERNER, apud DE PAULA, op. cit., p. 11.

⁴ Importante ressaltar que diferentemente de outros Fóruns de Pró-Reitores, como os de Graduação, de Planejamento e de Desenvolvimento de Pessoas, o de Extensão só congrega instituições públicas, conferindo um perfil bastante específico às preocupações e diretrizes estabelecidas em seus Planos Nacionais, até então, reconhecidos pelo MEC – que, desde as recentes mudanças de equipe pós-golpe, no governo Michel Temer, já vem sinalizando mudanças drásticas na condução dos trabalhos de elaboração do próximo Plano Nacional de Extensão, de modo a incluir representação das instituições de ensino superior privadas, sob o argumento de que as matrículas universitárias em instituições públicas não representam mais do que 20% do total no Brasil.

na integralização curricular dos estudantes e de carga horária docente, ou como fórum político de resistência ao avanço do sistema privado e mercantil de ensino no país⁵.

Se por muito tempo a definição de extensão se reduziu a tudo que não fosse ensino ou pesquisa, a partir de 2012, com a publicação do PNE, a Extensão Universitária ganha uma definição afirmativa de suas principais características diferenciadoras:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.⁶

Embora pareça simples e óbvia, esta definição ainda é objeto das interpretações mais variadas, visto que não há consenso sobre o que se entende por **indissociabilidade** entre Ensino, Pesquisa e Extensão (muitas vezes simplesmente traduzido como “tripé da universidade”), nem sobre o que seja **“promover a interação transformadora”** entre Universidade e outros setores da sociedade (entendida qualquer atividade que a universidade faça extramuros, como participar de banca em outra universidade, ou extra-aula, como exibição de filmes).

Na compreensão aqui defendida, a Extensão é o modo pelo qual a universidade afirma sua **dimensão pública** como instituição de ensino público ou privado, por ser um campo de ação universitária que engendra processos de ensino e pesquisa pela experimentação constante de dinâmicas de convívio dialógico, cuja finalidade é colocar sua produção de conhecimento à serviço da sociedade (seja na forma de produtos gerados ou processos desenvolvidos) visando expandir as condições participativas das populações externas à universidade, em particular, aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade, exclusão e discriminação de qualquer espécie.

A Extensão é, portanto, uma forma de atuação universitária que não se confunde nem se resume ao que fazem e promovem a pesquisa e o ensino, na medida em que pressupõe o desafio de produzir conhecimento por meio de processos (e não apenas atos isolados) de interação dialógica (e não assimétrica), conjuntamente com populações não-universitárias. Não se trata de assistencialismo benevolente, mas de ação política de co-protagonismo em dinâmicas sociais de finalidade comum.

A Extensão cumpre seu papel articulador entre universidade e sociedade como um modo de produção de nexos sociais, e isso se faz em condições espaço temporais que extrapolam as restrições da sala de aula (duração e lugar) e às

regras formais da pesquisa, escapando dos valores comumente mais cultivados nos ambientes acadêmicos: o valor da autoria e do individualismo.

É pela Extensão que a universidade tem a chance de ser irrigada pelos movimentos sociais e populares, pelos saberes não acadêmicos e pelas dinâmicas culturais da cidade, sendo ela própria um espaço e uma esfera públicos por excelência⁷.

Um tal papel estratégico na consolidação de uma política interativa da universidade com a sociedade, que considera a extensão uma prática epistemológica do que Boaventura de Souza Santos⁸ chamou de “ecologia dos saberes”⁹, ressente-se, contudo, de parâmetros éticos amplamente discutidos e negociados parte a parte, caso a caso, de modo a evitar sua redução ao mero assistencialismo, ao fácil clientelismo e à perigosa usurpação. Envolvendo inevitavelmente a relação com alteridade, a atividade extensionista se dá

no limiar daquilo o que Paulo Freire denominou de “equívoco gnosiológico do conceito”¹⁰: sendo a educação entendida por ele como prática da liberdade, a Extensão Universitária, por seu caráter pedagógico libertário, não pode ser entendida como mera prática de estender algo “desde a sede do saber até a sede da ignorância, para salvar com este saber, os que habitam nesta.”¹¹

Neste contexto de crise, cujo debate não apenas já está em pleno curso entre nós nas nossas universidades e contextos regionais, mas ganhou uma dimensão de radicalidade surpreendente nesses últimos meses, com as ameaças reiteradas à autonomia universitária¹², ressalta-se a necessidade de afirmar o papel da Extensão.

Pensar a Universidade em tempos de crise – quando falham os sistemas de financiamento e participação política – é pensar a radicalização do seu sentido social, da sua missão pública

⁷ ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

⁸ SANTOS, Boaventura de Souza. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2010.

⁹ A ecologia dos saberes descrita pelo autor, seria “uma forma de extensão ao contrário, de fora da Universidade para dentro da Universidade” (SANTOS, op. cit., p.75), em que os diferentes saberes constituídos dentro e fora da Universidade seriam praticados dentro dela, numa convivência ativa.

¹⁰ Ver: FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. Muito embora o contexto das formulações Paulo Freire neste livro seja o da “extensão agrícola” no âmbito da sociedade agrária chilena do final dos anos 60, encontram-se muito bem pontuados os dilemas da assimetria cultural implicados na atividade de extensão, pelo que o autor denomina “equívoco gnosiológico do conceito”, afirmando o papel do educador extensionista no combate à presunção de transferência mecânica de “conteúdos estendidos” e à “invasão cultural”, e na defesa de relações extensionistas da Universidade que contribuam para a emancipação dos sujeitos e a solução técnica dos seus problemas cotidianos por meio da “superação da doxa pelo logos” (FREIRE, op. cit., p. 20).

¹¹ FREIRE, op. cit., p. 15.

¹² Para além das muitas intervenções diretas e indiretas já registradas sobre a autonomia das universidades federais, pelo controle da liberação de orçamento por meio de destinação a rubricas específicas e condicionamento ao cumprimento de metas de crescimento e pela censura a manifestações de repúdio ao golpe parlamentar que afastou a presidente Dilma Rousseff, remeto, particularmente, ao recente caso de impedimento, por liminar judicial da Justiça Federal (em 18/agosto 2017), da entrega do título de Doutor Honoris Causa ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, concedido em 2011, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

⁵ Para melhor conhecimento dos temas tratados em cada reunião semestral do FORPROEX e dos seus documentos resultantes e estudos realizados, remeto ao site da Rede Nacional de Extensão: <https://www.ufmg.br/proex/renex/>

⁶ Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão universitária*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

de produção de conhecimento crítico e contextualizado, de formação de quadros profissionais técnica/teoricamente capacitados e socialmente responsáveis.

A crise radicaliza a missão pública da Universidade, na medida em que representa uma demanda por explicações qualificadas, de um lado, e de outro, uma forte pressão por respostas e soluções apropriadas ao seu enfrentamento. Mas, sabemos que a noção do que seja apropriado como enfrentamento da crise, depende do contexto que lhe reivindica. Ante a asfixia orçamentária e a radicalização das pautas conservadoras, ameaçando conquistas que pareciam minimamente consolidadas – como ensino público gratuito, direitos trabalhistas e previdenciários, a Extensão Universitária lida com uma pressão de dupla face.

Se, de um lado, a Extensão é justamente o campo de atuação mais diretamente pública da Universidade (pelo que oferece em termos de formação cidadã, prestação de serviço público à sociedade e disponibilização do conhecimento e pesquisa nela produzidos) é também sobre ela que recaem mais pesadamente as forças de pressão pela dissolução do espaço público e o confinamento da Universidade aos seus muros – sejam eles erguidos com cimento e grades ou com valores, convicções e sistemas normativos propriamente acadêmicos, em todos os casos, o resultado é o mesmo, como aponta Franklin Leopoldo e Silva:

A consequência desse processo é a anulação da relação cidadania entre a universidade e a cidade, o que faz parte da estratégia de provocar a rejeição social da instituição pública. A Universidade é vista como excrescência e não como parte da cidade. [...] O campus afastado torna-se então a representação arquitetônica do isolamento e da fragmentação, que tendem a ser vistos como naturais e necessários.¹³

Pensados como contextos complicados, Universidade e cidade são como um *continuum*: desdobram-se uma na outra como extensão territorial de suas respectivas dimensões simbólicas. Assim como na cidade, na Universidade não apenas sua arquitetura cumpre função separatista: um austero e nem sempre sutil aparato de controle das contradições e de apaziguamento dos dissensos próprios ao convívio com as diferenças, é mobilizado em nome de políticas de segurança e em defesa do ideário que acompanha a noção de “comunidade” universitária.

A Extensão, se entendida como sugerido aqui, como um campo de experimentação de modos dialógicos de interação entre a Universidade e a sociedade, com vistas ao enfrentamento de questões sociais, técnicas ou estéticas relevantes ao cotidiano das suas formas de vida (urbana ou rural), por meio do engendramento dos conhecimentos acadêmicos e os saberes cotidianos e populares consolidados por força de tradição oral e gestual, se apresenta como um justo contraponto ao princípio excludente contido na lógica do confinamento:

O propósito do gueto é confinar toda e qualquer expressão da diferença à homogeneidade, a ponto de tornar a manifestação inexpressiva, o que equivale a reduzi-la ao silêncio.¹⁴

Há, ainda, muitos outros expedientes de “desvio” da função pública da Universidade, incluindo desde a prosaica cobrança de taxas, matrículas e mensalidades em seus eventos e cursos de extensão (especialmente os de especialização *lato sensu*) sob o argumento da sustentabilidade, até a acintosa prática de aluguel dos seus espaços a bancos, empresas de viagem, de lanches e de serviços de reprografia, passando pela sutil defesa das parcerias público-privado e da terceirização de profissionais externos para desenvolverem atividades extra-acadêmicas, remuneradas, em seus espaços, utilizando seus equipamentos, por fora de toda formalidade contratual e trâmites financeiros oficiais. Adotadas sob a justificativa de compensarem a insuficiência do financiamento disponível, tais formas “alternativas” de arrecadação subvertem o sentido público da Universidade, na medida em que são defendidas como necessidade de atendimento a supostas demandas da sociedade, quando o que está em jogo são interesses de se equivaler a parâmetros do mercado na disputa por nichos.

A crise atual, para além da sua dimensão econômica de estrangulamento dos canais de financiamento público do ensino universitário, sugestivo de toda sorte de invencionices autossustentáveis

compensatórias, é também uma crise do sistema democrático, instaurada pelo descaso com a participação popular nos debates e deliberações de interesse nacional.

Sob um tal contexto, caberia à Extensão atuar como “tática micropolítica de resistência” não pela sua assimilação institucionalista, curricularista ou legalista, mas pela sua incorporação na Universidade como *locus* da vitalidade criativa e inventiva de experiências participativas na vida pública. Lhe caberia atuar como gesto dissonante, resistindo às pressões modeladoras e afirmando sua missão política criativa e mobilizadora de situações que assegurem a liberdade de experimentação pedagógica e investigativa, nos mais variados campos de ação acadêmica e o protagonismo aos sem nome, sem voz e sem lugar nos processos de enfrentamento dessa crise. Não como concessão, tolerância ou benevolência (que são formas degradadas de sociabilidade), nem como pretensão emancipatória do outro (cuja suposta situação desfavorável, requereria salvação), pois ambos os casos somente reiteram o pressuposto da assimetria que se deseja combater, mas como crítica à posição hegemônica da própria Universidade enquanto instituição.

O reconhecimento da função crítica como “missão original” da Universidade¹⁵ é, dessa forma, crucial no enfrentamento da crescente instrumentalização do ensino e da cultura, pela busca de alternativas que escapem da polaridade

¹³ Cf. SILVA, Franklin Leopoldo. *Universidade, cidade, cidadania*. São Paulo: Hedra, 2014, p. 124.

¹⁴ SILVA, *ibid.*

¹⁵ DERRIDA, Jacques. *A universidade sem condição*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

entre inércia e resistência e, também, desmontem a engrenagem que “reduz toda a esfera do saber à do conhecimento, ignorando o trabalho do pensamento”¹⁶ para melhor administrá-lo.

Sem ousar falar em nome de quem quer que seja, o extensionista pode, quando muito, ser um vetor de condução de falas outras diferentes da sua, revolvendo poeiras assentadas como verdades lustrosas e expondo a contradição “de fundo” que ampara a Extensão Universitária como prática de interesse social, qual seja: aquela que se assenta na assimetria de condições entre as partes envolvidas, para buscar superá-la com posturas e propostas que, no entanto, a reiteram, na medida em que se supõem portadoras da “palavra da salvação”. Jacques Rancière, em seu primoroso ensaio “Desventuras do pensamento crítico”¹⁷, aborda essa cilada-da-boa-vontade, referindo-se à arte que se pretende emancipatória, apontando o “risco do próprio dispositivo crítico se apresentar como uma mercadoria de luxo pertencente à lógica que ele denuncia”¹⁸.

No enfoque processual que sugerimos para a extensão, como experiência auto-regulatória pela dinâmica participativa e crítica, inscreve-se um regime próprio de historicidade¹⁹ que, sem se render ao atual *presentismo* (de um presente fechado em si mesmo), tão pouco ao tradicionalismo (de um presente submetido ao passado) ou futurismo (de um presente subjugado pelo futuro), busca operar numa justa distância entre o campo da experiência e o horizonte de expectativa que é dela emergente. Ao contrário do que defendem os puristas, nostálgicos de uma Universidade endógena e autofágica, é o convívio cotidiano entre saberes da vida, do lugar, das tradições e das experimentações, favorecido pela prática da extensão, que pode produzir a almejada excelência acadêmica, situar os pomposos estudos avançados e os prováveis conhecimentos de ponta.

Nesse emaranhado de paradoxos de finalidades mutáveis como o são as próprias possibilidades de Universidade, a Extensão é puro desafio.

¹⁶ CHAUÍ, Marilena. *A ideologia da competência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 73.

¹⁷ RANCIÈRE, Jacques. Desventuras do pensamento crítico. In: CARDOSO, Rui Mota (coord.). *Crítica do Contemporâneo*. Conferências Internacionais Serralves. Fundação Serralves: Porto, 2007.

¹⁸ RANCIÈRE, op. cit., p. 32.

¹⁹ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.



"AÍ"

3 /

Maria Arminda do Nascimento Arruda

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

UNIVERSITÁRIA

Entre as suas congêneres no Brasil, a Universidade de São Paulo distingue-se por abrigar em único organismo acadêmico as ações de cultura e extensão, reunindo-as em um mesmo complexo acadêmico e decisório. Tal conjunção especial requer refletir sobre as formas desse enlace, sobretudo por se tratar de dois setores dotados *per se* de complexidade invulgar e, comumente, concebidos como possuindo matérias divergentes. As disposições dos acadêmicos em relação a esses domínios são, por esses motivos, desencontradas, perfazendo amplo leque de entendimentos e desentendimentos, inibindo, por fim, a construção de iniciativas solidárias.

Finalmente, é reconhecível no meio a presença de juízos distorcidos a respeito da pertinência das áreas da cultura e da extensão nas universidades, reveladores de percepções deslocadas sobre o caráter indispensável desse enleio. Parte-se do princípio que essas áreas portam naturezas independentes, cuja ligação é extemporânea, quando não artificial: embora importantes, são pensadas como possuindo vocação intrínseca à efemeridade. Sem considerar o engano de tais posições, que medram no terreno da incompreensão sobre a dinâmica do processo civilizador¹ moderno, vivemos tempos de centralidade da dimensão cultural, que exerce verdadeiro papel de colonizar e redefinir a vida cotidiana nas sociedades contemporâneas.

Posta a questão nesses termos, é fundamental tratar, analogamente, da dimensão central adquirida pela ciência experimental, perceptível tanto na presença marcante em notícias divulgadas nos veículos de informação, quanto e, sobretudo, nas concepções que grassam no ambiente das universidades. Sustentada como a parceira por excelência da chamada *sociedade do conhecimento*, noção corrente nos tempos atuais, esquece-se que a ciência é produto de significados que se sedimentaram na cultura contemporânea, como fruto de um tecido simbólico que acentuou uma das dimensões presentes no movimento de racionalização e intelectualização moderna: a sua face prática ou instrumental². Ou, segundo as formulações originárias de Max Weber, a crença, isto é, a convicção de que a humanidade tem condições de dominar o mundo por meio do cálculo, podendo potencialmente controlar todos os problemas.

Em suma, a fé de que a ciência produz o caminho inexorável para o progresso e é capaz de responder aos grandes desafios da existência, promovendo uma espécie de elisão do fato de que ela própria é resultado da intelectualização do mundo. "Isso significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar os espíritos... Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço"³. A partir daí o conhecimento científico pode desprender-se

formalmente da cultura, distinguindo os domínios das ciências da natureza das ciências do homem, passando a confundir produção histórica com processo real; diferença com desigualdade.

As ciências humanas nascem de um profundo mal-estar na cultura. É porque o homem se percebe histórico que, desde o século XVIII, ele reflete de maneira nova e radical sobre si mesmo⁴.

Esse processo não percorreu caminho linear. Enquanto as ciências adquiriram crescente certeza em relação à explicação dos fenômenos a ela afeitos, a cultura expressou as inconsistências das apostas otimistas e progressivas. A arte moderna "desenvolveu uma espécie de ceticismo, ou de incerteza, com relação à representação..."⁵. O conhecimento científico pode, assim, perseguir explicações acabadas; as artes fizeram da incerteza o princípio da expressão, questionando, no limite, a própria possibilidade da representação. Não por casualidade, o problema da *mimesis* deriva do questionamento da representação da realidade, acontecido na época moderna, quando se rompeu a relação de verossimilhança⁶. Dessa maneira, os percursos da ciência e das artes não podem ser isoladamente considerados: se a ciência deslocou as linguagens da cultura da condição de oferecer uma imagem veraz do mundo, restou-lhes a possibilidade de questionar o sentido mesmo da existência. Daí a recusa de expressar a similitude,

combinada à afirmação do caráter ambíguo e incerto das imagens que carreiam. No limite, é a própria linguagem que éposta em suspeição. Ainda aqui, ciência e cultura não estão apartadas, até porque a vulgarização científica corrente insere-se no bojo do domínio da cultura na conformação do *ethos* atual.

Por essa razão, a disjuntiva estabelecida entre ciência e cultura, entre arte e conhecimento, por não ter fundamento histórico, uma vez que compartilharam origem comum, não pode ser efetivamente sustentada. Em essência, tanto o domínio científico desenvolveu-se no Ocidente na esteira das mudanças profundas ocorridas na esfera cultural, acentuadas a partir do século XVIII, quanto as linguagens da cultura não eram independentes dos avanços da ciência, a exemplo da invenção da perspectiva na pintura. Hodernamente, a exploração da tecnologia na feitura das chamadas artes virtuais é paradigmática da intimidade entre as duas áreas, a despeito da especialização característica presente em todos os domínios da produção intelectual e científica.

O problema decisivo, todavia, refere-se ao fato de que à segmentação correspondeu a construção de juízos sobre a validade e superioridade das várias competências, produzindo, muitas vezes, avaliações embasadas não em critérios de reconhecimento das diferenças, mas em raciocínios afirmadores de desigualdades⁷.

¹ Utilizo-me da noção de processo civilizador na acepção de Norbert Elias. Cf: *O processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. 2 vol. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

² Sobre a noção de sociedade do conhecimento: TOURAIN, Alain. *La Société Post-industrielle*. Paris: Denoel-Gonthier, 1969; STEHR, Nico. *Knowledge Societies*. Londres: Sage, 1994. Sobre a racionalidade instrumental: ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. *Dialectica Del Iluminismo*. Buenos Aires: Sur, 1970.

³ WEBER, M. "A Ciência como Vocação". In: Max Weber. *Ensaios de sociologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p.165.

⁴ RIBEIRO, Renato Janine. *A universidade e a vida atual. Fellini não via filmes*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2015, p.114.

⁵ CLARK, T. J. *A Pintura e a Vida Moderna. Paris na Arte de Manet e de seus seguidores*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.44.

⁶ Cf: AUERBACH, Eric. *Mimesis: a representação da realidade na literatura universal*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1976

⁷ Cf: BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Poder Simbólico*. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

Nesse percurso de negação de parte do legado moderno, esfacelou-se a sua própria herança, redundando em consequente precariedade, cujo desdobramento desembocou numa acepção dominante tecnicamente de ciência e numa cultura aprisionada por mecanismos de mercado: a primeira, amesquinhou-se na condição de pura técnica de controle; a segunda, deprecou-se ao se ver impotente para preservar a autonomia. Ambas passam a compartilhar um destino comum, a de serem sintomas sociais dominantes, retecendo, assim, os seus liames:

Desfecho de um longo processo de emergência, de evolução, esses universos autônomos entraram atualmente num processo de involução: dão ensejo a um retrocesso, uma regressão, da obra para o produto, do autor para o engenheiro ou o técnico, colocando em jogo recursos não inventados por eles, como os famosos efeitos especiais, ou as vedetes célebres e celebradas pelas revistas de grande tiragem e próprias para atrair o grande público, pouco preparado para apreciar experiências específicas, sobretudo formais⁸.

Ou, nos termos de um historiador, o modernismo já era na sua origem uma cultura de mercado, na medida em que se desenvolveu na esteira de um público consumidor crescentemente diferenciado

e em busca de símbolos de distinção social. A cultura nascente abeberou-se nas novas disposições de uma burguesia moderna e de frações das camadas médias ilustradas⁹. Nesse sentido, a cultura moderna já possuía uma aptidão para ser domesticada e para conformar-se ao poder dominante, como estaria acontecendo com a absorção da pesquisa científica pelas grandes organizações privadas e com o controle das imagens como “chave do poder”¹⁰. É necessário considerar, no entanto, que o estreitamento das relações de entre a cultura e ciência com o mercado supôs prévia desconexão anterior.

Os elos que prendiam a ciência e a cultura na emergência da era moderna, que as conferiam dignidade de origem desataram-se, permitindo-lhes seguir por vias divergentes. Retomar esses liames implica pensar a ciência

quer como *uma componente da cultura entre outras*, bastante diversificadas (como as culturas artística, literária, filosófica, jurídica, política, religiosa, midiática, etc), quer como *uma componente da cultura com especificidades bastante próprias*, no panorama social atual¹¹.

Desse modo, cultura e ciência podem retecer suas ligações *ab initio*, dividindo uma longa e indefinida fronteira, cuja exclusão de algum dos pólos não

é capaz de garantir o domínio incontestável de qualquer dos pares que pretendesse monopolizar o terreno das possibilidades de elucidação do mundo.

Assim, as diferenças reais de procedimentos, bem como a presença de estilos diversos, não elidem, mas, antes, pressupõem o caráter histórico das nossas verdades. Dito de outra forma, nenhum pensamento e nenhuma ciência podem transcender ao tempo, ainda que a conexão com a temporalidade não seja idêntica quando se trata de domínios científicos distintos. Nas Ciências Naturais o controle e a possibilidade de isolar o campo da experimentação reforçam a percepção do caráter neutro e atemporal do conhecimento. No caso das chamadas Ciências Humanas e Sociais, o dilema reside na característica particular das quais são portadoras: as dificuldades de ultrapassar o tempo são mais profundas e as marcas da historicidade são mais evidentes.

Essas disciplinas singularizam-se, portanto, por sua imersão no contemporâneo, por isso, a reflexão a elas pertinente exige mobilizar esforços redobrados de afastamento em relação ao presente, obrigando-as a indagar sobre os limites e os modos de realização do seu próprio tempo. Daí o movimento característico da reflexão empreendida ser marcado pela tendência ao questionamento da realidade, criando a impressão de operação puramente normativa e, de outro

lado, produzindo a ilusão de que navegam na arbitrariedade das idéias, ao revés do rigor da pesquisa. A questão, em última instância, refere-se ao fato de que nas ciências da sociedade não vige a distinção estabelecida por Wilhelm Dilthey entre explicação e compreensão, pois ambas as operações não se distinguem.

E é por essa razão que é possível explicar sem excluir a compreensão crítica, fundamento da distinção entre as disciplinas humanas e as disciplinas da natureza¹².

As tensões e oposições advindas de uma noção homogênea de ciência, que acabou por migrar das disciplinas da natureza, montam, no entanto, nova armadilha, originada na desconsideração da existência de regimes próprios de conhecimento. Compreensões de tal ordem desembocam, paradoxalmente, no fetichismo da ciência por ignorar a variedade da vida humana. Finalmente, se está frente ao fetichismo da própria cultura, na medida em que se exclui o caráter social de toda e qualquer produção humana, encerrada na categoria de pensamento unitário e autocriado. “Como se o único só pudesse se defrontar com outro único e não com a multiplicidade”¹³.

Resulta daí notável empobrecimento do campo científico, pois se lhe retiram a riqueza das fontes que o nutrem, mormente quando se lhe rasuram as formas de entendimento inerentes

⁸ BOURDIEU, Pierre. A Cultura está em perigo. In: *Contrafogos 2. Por um Movimento Social Europeu*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 86.

⁹ Cf. GAY, Peter. Modernismo. O Fascínio da Heresia de Baudelaire a Beckett e mais um pouco. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 33 a 38.

¹⁰ CLARK, T. J. Modernismos. *Ensaios sobre Política, História e teoria da Arte*. São Paulo: Cosacnafy, 2007, p. 315.

¹¹ COSTA, António Firmino; CONCEIÇÃO, Cristina Palma; ÁVILA, Patrícia. Cultura Científica e modos de relação com a Ciência. In: *Sociedade e Conhecimento. Portugal no Contexto Europeu*, Vol. II, Lisboa: Celta, 2007, p. 63.

¹² ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia da Cultura: Interpretações e reconstruções. In: *Cultura, múltiplas leituras*, Paulo César Borges, Org. Bauru: Edusc/UFBA, 2010, p. 104.

¹³ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosacnafy, 2009, p. 364.

a cada época, das quais as visões unitárias são tributárias. As concepções de ciência infensa à história e em evolução inexorável ancoram-se em visões finalistas e repetitivas da vida, como se caminhássemos para um fim comum, seguindo objetivos já determinados; mesmo a natureza, como sabemos, detém múltiplas possibilidades de direção. Por essa razão, o desconhecimento do múltiplo e do diverso é aparentado das construções míticas, encobertas por crenças e explicações promanadas de falsos juízos, exatamente o tipo de operação que a ciência pretendeu escoimar. Rigorosamente falando, as sociedades convivem com

corpos de conhecimentos distintos e singulares: *ordens* do saber, muito frequentemente impostas a fragmentos e obras de representações díspares. A marca de uma ideologia é uma espécie de inércia do discurso: um padrão fixo de imagens e crença, uma sintaxe que parece obrigatória, um conjunto de modos permitidos de ver e dizer; cada uma com a própria estrutura de ocultamento e revelação, os próprios horizontes, o meio de fornecer certas percepções e tornar outras impensáveis, aberrantes ou extremas¹⁴.

É de se surpreender, por isso, que inclusive nas universidades, instituições comprometidas com concepções ilustradas, possam germinar enganos desse gênero, quando verdades circunscritas assumem a condição de única e legítima modalidade de saber. No que diz respeito à cultura e extensão universitárias desenvolvidas,

sobretudo, nas instituições públicas, o domínio das representações particulares aos procedimentos das ciências experimentais sobre o conjunto acaba por dificultar, por vezes impedir, a percepção do alcance e importância das ações implementadas. Em larga medida, as dificuldades de entendimento dessas ações derivam do caráter que as conformam, que se define por ultrapassar os limites exclusivamente disciplinares, por não se submeter às experimentações controladas em ambientes preparados para tal finalidade. A amplitude dos fenômenos da cultura escapa, assim, às circunscrições determinadas; o significado da extensão perde-se em meio à necessidade de outros requerimentos como os da formação dos estudantes nos níveis de graduação e de pós-graduação, do aparelhamento das condições da pesquisa. A extensão acaba sendo identificada com simples difusão e não com a modalidade de compartilhar os avanços do conhecimento e a pesquisa.

Tendo em vista que só se pode caracterizar um fenômeno quando o inserimos num todo abrangente do qual retira seu significado, refletir sobre as iniciativas implementadas no campo da cultura e da extensão obriga a categorizá-las em meio à teia de relações da qual são parte e se articulam no todo, preservando, porém, personalidade própria. É nesse terreno inseguro e incerto que se alojam as iniciativas da área. No entanto, como bem aconselha a boa teoria, quanto mais abrangente e variado é um campo, maior a necessidade de construir procedimentos

rigorosos, uma vez que o seu fechamento rompe com a sua natureza intrínseca. Reversivamente, quanto mais variadas e díspares são as ações empreendidas, mais necessário se torna buscá-lhes um repositório de sentidos comuns, sob pena de se dispersarem no emaranhado caótico das iniciativas contraproducentes.

A questão que se põe não é, desse modo, trivial, pois refere-se à tentativa de conciliar rigor e abrangência; identidade de propósitos e variedade; conceituação e multiplicidade de sentidos. Limitar a compreensão obriga ao fechamento do “discurso à consciência de si mesmo como produção, como processo, como prática, como substância e contingência”¹⁵. Dito de outro modo, o constrangimento das fronteiras violenta o contínuo movimento de construção dos significados atribuídos pelas ações humanas no curso da história, dissolvendo a criação nas teias da imutabilidade, por transformar a contingência em natureza, à semelhança das construções míticas. Em consequência, a afirmação de um único regime de verdade tem o condão de alçar os seus praticantes ao patamar de seres superiores e distintos do conjunto, desumanizando-os por separá-los da vivência contingente a que todos os seres estão sujeitos.

Em busca de conceituação

A primeira exigência de toda e qualquer tentativa de construir categorias capazes de cristalizar fenômenos complexos, como no caso, é estabelecer os critérios da forma mais inequívoca possível. Primeiramente, é necessário revisitar o que é sobejamente conhecido: a prática científica pressupõe um elenco de conhecimentos assentados, instituições e pesquisadores e, nela, as universidades possuem, hoje, papel proeminente.

A ciência é hoje uma das instituições centrais da sociedade, e a cultura científica constitui uma das componentes fundamentais da cultura contemporânea¹⁶

As iniciativas de cultura também ocorrem, fundamentalmente, no âmbito das instituições, porém, nem sempre acontecem no interior das organizações universitárias; as universidades, no entanto, são os principais órgãos de formação dos agentes envolvidos com a cultura. Finalmente, permeiam a academia concepções sobre a separação entre ciência e cultura, a despeito do fato de a própria importância da ciência ser tributária da conformação cultural contemporânea.

Outros requisitos surgem como essenciais no trabalho de categorização. É imprescindível atentar para a particularidade desse enlace ciência-cultura nos quadros das universidades. Dito de outra maneira, essas instituições, na sua acepção

¹⁴ CLARK, T. J. op. cit., p. 41.

¹⁵ *Idem*, p.42.

¹⁶ COSTA, Antonio Firmino da et alii. Op. cit., p. 70.

¹⁷ Cf: WITTGENSTEIN, Ludwig. Introdução ao livro *Tractatus-logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 16.

completa, até podem prescindir de organismos específicos de cultura, mas, do mesmo modo, não podem dispensar quer a formação estudantil e a produção científica, quer a existência de uma vida intelectual pujante e solidamente enraizada. O avanço do conhecimento é processo de permanente inquirição, o que exige um contínuo movimento de descobertas e de atitudes de inconformidade perante o estabelecido. Vale dizer: não há descobertas significativas sem assentamento crítico e este não se completa sem indagações sobre o existente; o modo pelo qual questionamos o existente é informado pela cultura prevalecente; da mesma forma que as imagens construídas são elas próprias reveladoras do mundo¹⁷.

Daí deriva que, se a aliança entre cultura e ciência é inexorável, quando uma universidade é capaz de aliar os dois elementos nas ações que desenvolve ela se torna uma instituição mais complexa. Especialmente porque em qualquer dos campos considerados lhes é intrínseco o esgarçamento crítico, sob pena das atividades se conformarem à pura reprodução do já conhecido. Caberia, então, perguntar sobre a pertinência das atividades de cultura e extensão serem desenvolvidas em universidades. **As dificuldades do enlace cultura e extensão, se são derivações de compreensões empobrecidas da própria ciência, amplificam-se tendo em vista a identificação das atividades extrovertidas como perfunctórias, assistencialistas, de mera prestação de serviços à sociedade e ao poder público por meio do atendimento de demandas.**

O problema fundamental pode ser equacionado de outro ângulo e refere-se ao princípio mesmo que orienta a vida acadêmica. Em instituições como a Universidade de São Paulo – que propugna pela relação íntima entre ensino-pesquisa – a extensão não pode se confundir com nenhum dos sentidos acima arrolados. Se, de fato, as ações de extensão – que abrigam atividades em todos os setores – possuem uma vocação de divulgação e são parceiras dos atos educativos, independentemente do objetivo que pretendam cumprir, não há como realizá-los, caso sejam desconectados dos atributos inerentes que definem a vida universitária. No entanto, tornar socialmente apropriável o conhecimento produzido, seja das ciências experimentais, seja das ciências humanas e das artes, não significa diluir os resultados da pesquisa para que sejam apropriados e noticiados pela mídia, como tem sido a tendência corrente que os tem transformado em notícias, por vezes totalmente distorcidos.

Dito de outro modo, a universidade precisa oferecer alternativas à tendência hegemônica de mercantilização da cultura e, *ipso facto*, da ciência, sob pena de ocupar lugar correlato ao de outras agências, públicas ou privadas, que são animadas por orientações diversas. Com a ampliação e desenvolvimento do mercado de cultura e ciência ampliou-se consideravelmente o número de agentes envolvidos com a circulação e difusão desses bens, como se depreende do volume de recursos e de formação de riqueza produzidos por esse nicho de negócios, como se vê no segmento

das artes no Brasil. Todavia, a relação crítica entre o conhecimento produzido e o mercado não significa desconhecer o seu sentido público e a necessidade da sua aplicação. Exatamente por isso, as áreas da cultura e extensão são centrais nas universidades públicas, embora não sejam de simples equacionamento.

O dilema da área de cultura e extensão resulta da dificuldade de pensá-la para além da estreita divulgação e da simples prestação de serviços e de atendimento de demandas, mas, em especial, da necessidade de distingui-la do domínio da apropriação puramente mercantil. Tarefa difícil em função tanto do caráter dominante do sistema de indústria cultural, quanto da própria necessidade de transformar os resultados do conhecimento em progresso social, vale dizer, em "direitos do conhecimento"¹⁸. A dificuldade de tal realização – especialmente pelo fato da dinâmica de transmissão do conhecimento se realizar por meio da linguagem e esta ser uma estrutura de opacidades – tem levado a que as atividades sejam presas fáceis de requerimentos de vária ordem, vendo desfiguradas as intenções que constituíram a cultura das universidades, com os seus corpos de crenças próprios e mecanismos inerentes de reconhecimentos e legitimações.

O terreno, por essa razão, é movediço, implica superar concepções assentadas e assumidas como verdades inquestionáveis; implica ainda, e acima de tudo, ultrapassar afirmações que, de

tão repetidas, esvaziaram-se, perderam a sua substância, como a famigerada assertiva que ata ensino, pesquisa e extensão. De tão repetida, a idéia desgastou-se, virou um mote que já não mais inquire, não ultrapassando a condição de ser apenas profissão de fé, de crença que não informa a ação, simples atavio que não mais surpreende.

O enlace ensino, pesquisa, extensão não pode, apesar de tudo, ser escoimado. Mas a sua revivescência reclama outra disposição de espírito, requer, sobretudo, desenvolver critérios capazes de definir relevâncias; de embasar as decisões em julgamentos de mérito; oferecer à sociedade possibilidade de compartilhar os avanços alcançados; circunscrever prioridades; enfim, ser capaz de romper a inércia rotineira da reprodução do mesmo. A exigência fundamental à consecução de tais procedimentos requer tanto tornar os destinatários do conhecimento, estudantes ou comunidades, em componentes centrais das formulações dos problemas de pesquisa. No caso das ciências humanas, "a praticidade é integrante do gesto mesmo que as define"¹⁹.

A área da cultura e da extensão deve se orientar, em suma, por uma visão pública das atividades que implementa, resguardando-se, todavia, das apropriações circunstanciais de suas ações. Por se tratar de instituições públicas, as universidades estão envolvidas por compromissos republicanos. A condição mesma desse exercício é a de se construir pontes com a sociedade que

¹⁸ VOGT, Carlos. *A utilidade do conhecimento*. São Paulo: Perspectiva, 2015, p.19.

¹⁹ RIBEIRO, Renato Janine. *Opus cit.* P. 116.

não suprimam a essência de sua identidade formada no axioma do conhecimento, sem o qual as ações extrovertidas não se diferenciariam de todas as outras que pululam nas sociedades contemporâneas e se perderiam em meio a inúmeras iniciativas aparentemente assemelhadas. Por fim, a universidade não cumpriria o papel de formar cidadãos para o mundo em movimento, caso não democratize e difunda o acesso à cultura, êmulo da ultrapassagem das profundas desigualdades sociais.

A condição mesma de realização de tal desafio passa, de forma incontornável, pela própria transformação da cultura instalada nas universidades. Transita, muito especialmente, pela pavimentação de novos caminhos, construídos na solidez de princípios com força para animar e dilatar as ações de cultura e extensão nas universidades públicas brasileiras, condição de enfrentamento dos desafios que as instituições de ensino superior estão hoje submetidas no Brasil.



parte dois

4 EXTENSÃO EM PRELÚDIO

CRÔNICA DAS OFICINAS DE PRÁTICAS URBANAS DO XVII ENANPUR

Karina Leitão

Caio Santo Amore

5 A EXTENSÃO NA FAUUSP

Coletivo Caetés

FAU Social

Grupo de Construção Agroecológica

6 A EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO:

CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGO ENTRE FAVELA E ACADEMIA

Coletivo LabLaje

7 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO XVII ENANPUR

João Rovati

Caio Santo Amore

Regina Lins

CRÔNICA DAS OFICINAS DE PRÁTICA

The image shows the front cover of a book titled "EXTENSÃO EM PRELÚDIO". The title is written vertically along the right edge of the cover. Below the title, the subtitle "DO XVII ENANPUR" is visible. At the bottom left, the author's name "Caio Santo Amore" is printed above the names of the editors, "Karina Leitão" and "Amore". The background of the cover features a black and white photograph of a woman with long hair, wearing a white lace-trimmed dress, looking down. To her right, a man in a dark suit and tie is partially visible, looking towards the woman. The overall design is elegant and classic.

4

Perdeom-nos a falta de objetividade: não será possível descrever uma experimentação que nos emocionou sem recorrer às lembranças de como as Oficinas de Práticas Urbanas nos afetaram no ENANPUR de 2017. Elas serão neste texto revisitadas sem a racionalidade que pautou a sua intensa fase de organização, que se deu de forma coletiva e contou com o repertório de professores, pesquisadores, assessorias técnicas, gestores, coletivos de estudantes, estudantes “avulsos”, movimentos de luta por moradia, moradores². Eram experiências em práticas extensionistas, que já vinham ocorrendo na Região Metropolitana de São Paulo, que abrigou o Encontro, e que nos inspiraram a convidar docentes e pesquisadores a viver a cidade e se aproximar minimamente dos conflitos urbanos no fim de semana que antecedeu o evento de pesquisa e pós-graduação em planejamento urbano e regional mais importante do país.

O espírito de coletividade faz deste texto uma espécie de ode em gratidão a todos os envolvidos no processo, muito mais do que um registro de autoria – que possa ser convenientemente lançada nas plataformas que nos servem para pontuar carreiras na universidade. As referências incidentais não são nada acadêmicas e remetem a

versos musicais, sobretudo de uma das parcerias mais bonitas da história da música brasileira, a que nasceu da amizade entre Vinicius de Moraes e Baden Powell. A obra desses músicos nos pareceu oportuna para pontuar esse relato de parceira, não mais de dois, mas que envolveu muitas pessoas com sua “devoção” – por acaso, professores e pesquisadores dos programas de pós-graduação filiados à ANPUR – e culminaram nas dez Oficinas de Práticas Urbanas oferecidas na décima sétima edição do Encontro Nacional. Por isso, o termo pré-lúdio, em referência àquilo que se iniciou naquela edição, mas que já estava latente de diferentes formas e em diferentes localidades e que, talvez, possa ter também anunciado novas experiências e reflexões. Por isso a ode, por isso a crônica... a organizar a memória de fatos e detalhes, selecionados arbitrariamente, como toda memória.

A história se inicia mais ou menos assim: a ideia das Oficinas nasceu daquelas conversas informais – tão descontraídas, quanto produtivas – que ocorrem nos encontros entre pessoas, reunidas, por acaso, em um evento acadêmico. Como compositores populares que compartilham ideias em uma mesa de bar, registrando-as em guardanapos com a caneta emprestada pelo garçom, os professores

Renato Pequeno (UFC) e Ricardo Moretti (UFABC) instigaram a professora Camila D’Ottaviano (FAUUSP), que compunha a coordenação geral da organização do XVII ENANPUR³, a pensar em uma forma de apresentar aos mais de mil participantes do evento experiências urbanas que ocorrem em São Paulo e levá-los a conhecer a cidade e a gente da cidade de uma forma particular, pelas lentes da prática de diversos grupos, que atuam dentro e fora da universidade. A presença e atuação de movimentos populares, o acúmulo em políticas urbanas e habitacionais, com seus conflitos, avanços e retrocessos, o trabalho de técnicos vinculados a órgãos públicos ou entidades de assessoria técnica, muitos dos quais com trajetória acadêmica concomitante... esses eram alguns dos motivos que justificavam a provocação. Afinal, não é incomum que visitas a projetos urbanos e áreas de conflito se organizem informalmente, no diálogo entre professores e pesquisadores de diferentes estados, nesses mais de 30 anos de existência da Associação.

Camila aceitou o desafio, cantarolou o tema para o professor João Rovati (UFRGS), seu colega na diretoria da ANPUR, um entusiasta de primeira hora das práticas extensionistas, e juntos “defenderam o samba” para os demais diretores, que “aceitaram o argumento”. O Encontro realizado em São Paulo contemplou não apenas as Oficinas, mas também uma Sessão Temática, que trouxe para aquele importante ambiente da pesquisa acadêmica, pela primeira vez, o tema da Extensão Universitária.

Ambos convidaram o professor Caio Santo Amore (FAUUSP), por sua trajetória em trabalhos com movimentos de moradia, que são inclusive anteriores à sua prática docente para, junto com João Rovati, pensarem em um arranjo viável. Ao duo, a quem caberia uma composição “pelo telefone” em função da distância entre o “túmulo do samba” e os pampas, logo se somou uma voz feminina imprescindível, pois a professora Karina Leitão (FAUUSP) já vinha se envolvendo e desenvolvendo trabalhos de Extensão Universitária, junto com diversos coletivos de estudantes da graduação e da pós-graduação de uma das instituições responsáveis pela organização do encontro. O desafio, mais do que reger uma orquestra (como poderia ocorrer num ambiente erudito), era convidar professores e estudantes pesquisadores de todo o país a trazerem seus instrumentos, suas habilidades, suas vozes para uma grande roda-de-samba.

A estimativa inicial de promover meia dúzia de oficinas rapidamente pulou para uma dezena, tendo em vista a vontade de envolver o maior número possível de participantes do ENANPUR e apresentar a profusão das experiências que vêm sendo desenvolvidas no seio da FAUUSP e na metrópole paulistana como um todo. Com a clareza de que os arquitetos e urbanistas, planejadores urbanos e regionais “têm de ir aonde o povo está”, propúnhamos construir uma espécie de “quarela paulistana” naquele fim de semana que antecederia o encontro. Nenhum organizador foi remunerado,

¹ Título inspirado na canção “Samba em Prelúdio”, de Vinicius de Moraes e Baden Powell (1967).

² Dentre tantos apoiadores, caberia citar alguns: Pinacoteca, Centro Universitário Maria Antônia, Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, Instituto Pólis, Peabiru TCA, Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Frente de Luta por Moradia. Na FAUUSP, contou-se com o apoio de bolsas da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão para seis alunos que em muito contribuíram com a organização das oficinas, sejam eles: Bruna Martins, Marília Muller, Melina Silva, Mônica Bertoldi, Murilo Martins e Paula Gerencer. A Universidade Federal do ABC (UFABC) contribui com quatro bolsas de Extensão que viabilizou a participação dos bolsistas Ariane Destefano, Pedro Yukas Silva, Raul de Almeida Miranda e Victor Mendes Del Prete.

³ Juntamente com Eduardo Nobre (FAUUSP) e comissão integrada por dezenas de membros de todo o país. Cf. http://anpur.org.br/xvienanpur/principal/?page_id=41.

pois foi com base nas relações de amizades já constituídas e de outras que queríamos que as Oficinas foram desenhadas. Nenhum participante cobrado especificamente pela oficina para além da taxa de inscrição no Encontro⁴. Porque no capitalismo tudo vira mercadoria, mas nem tudo precisa ser mediado pelo dinheiro. Muitas atividades humanas resistem à troca por moeda e experiências cheias de significado emancipatório, não por acaso, as Oficinas estão entre elas⁵. Enfim, nenhuma das Oficinas realizadas teria sido possível não fossem a recepção calorosa à ideia e o trabalho dedicado dos muitos organizadores.

Batucada de bamba⁶

A organização da “roda” contou com o engajamento dos professores convidados para cuidar da programação de cada Oficina. Amigos de longa data aproveitaram para se reencontrar naquelas condições tão férteis de debate e criação; outras amizades e interlocuções de pesquisa, com desdobramentos em diálogos e compromissos político-acadêmicos, formaram-se naquele espaço de escuta, liberdade criativa e intenso trabalho.

A Oficina 1, na região da Luz, contou com longas e animadas sessões de conversas preparatórias entre os professores, Ricardo Moretti, Francisco

Comaru (ambos da UFABC), Renato Pequeno (UFC), Regina Lins e Débora Cavalcanti (ambas da UFAL). Débora, apesar de ter participado da concepção da oficina, não pôde comparecer a São Paulo na semana do evento.

Na Oficina 2, realizada nas ocupações de edifícios e em um empreendimento habitacional fruto de reforma e readequação de edifício vazio na região central, contamos com a participação do professor Raul Vallés (UDELAR-Uruguai), que não por acaso se identificou com as perspectivas de trabalho do Prof. Caio Santo Amore (FAUUSP e Peabiru), da assessoria técnica paulistana Peabiru e das professoras Rosangela Paz (PUC-SP) e Luciana Lago (IPUUR-UFRJ).

Ana Castro e Joana Mello (ambas da FAUUSP), que trabalham juntas desde os anos da graduação em arquitetura e urbanismo, e já tinham um repertório bem ensaiado de visita à colina histórica metrópole, organizaram um passeio cheio de referências em mapas e fotos históricos na Oficina 3.

A Oficina 4, em favelas afetadas pela Operação Urbana Água Espraiada, contou com o envolvimento do professor Paulo Emílio Ferreira⁷ (UPMackenzie), da Profa Karina Leitão (FAUUSP) e da pesquisadora arquiteta Lara Ferreira, tendo o primeiro defendido tese de doutoramento que engloba a área e as duas últimas integrando o

Observatório de Remoções⁸ e atuado nessa área de intenso conflito entre o capital imobiliário e a moradia precária.

Na Oficina 5, o professor José Baravelli (FAUUSP) e a professora Denise Morado (UFMG) contaram com a colaboração das pesquisadoras Renata Moreira e Cláudia Bastos Coelho (respectivamente, doutoranda e mestre pela FAUUSP), militantes desse campo da autoconstrução e das melhorias habitacionais, para visitar alguns assentamentos bastante consolidados no município de Diadema, o mais denso do estado, segundo mais denso do Brasil.

A Oficina 6 reuniu o professor Jonathas Magalhães (PUC-Campinas) ao coletivo LabLaje⁹, formado pelos recém mestres Felipe Moreira, Lara Ferreira, Paula Oliveira, Victor Iacovini, Vitor Nisida e o doutorando Rodrigo Faria, e levou os participantes ao Jardim Jaqueline, um assentamento localizado na região do Butantã.

A Oficina 7 saiu de uma realidade estritamente urbana para apresentar formas de luta pela Reforma Agrária na maior metrópole do Brasil. Foi organizada pelo Grupo de Construção Agroecológica e pelo Caetés, dois coletivos da graduação da FAUUSP que já vêm trabalhando há algum tempo em acampamentos, assentamentos e espaços de formação do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Na Oficina 8, engajaram-se as professoras Beatriz Rufino e Luciana Royer (FAUUSP), juntamente com Carolina Freitas e Sandro Barbosa, pesquisadores-moradores-militantes do conjunto habitacional Cohab José Bonifácio, construído nos anos 1980, na Zona Leste da capital.

A Oficina 9, ocorrida na zona sul, na borda da represa Billings, aproximou as arquitetas recém-graduadas da FAUUSP, Flávia Massimetti, Marla Rodrigues e Gabriela Deleu, todas com trabalhos finais de graduação realizados no distrito do Grajaú, à perspectiva qualificada e especializada em águas urbanas do professor Ângelo Filardo (da mesma faculdade).

Por fim, a Oficina 10, ocorrida em Paranapiacaba, na cidade de Santo André, ocorreu de uma interlocução já existente entre a professora Catharina Lima (FAUUSP) e sua orientanda de doutorado, Elaine Albuquerque, com a abordagem fenomenológica de Vânia Bartalini e com a poética do coletivo MeioFio¹⁰, além da participação de funcionários das Secretarias Municipais de Cultura (Gustavo Seraphim, Juliana Flamínio e Nathalia dos Santos), de Meio Ambiente (Leandro Simone e Ingo Grantsau) e de Saneamento Ambiental (Cleonice de Almeida Pinto).

⁴ Apenas na Oficina 7, em Jarinu, os participantes precisaram arcar com custos da hospedagem e alimentação. No restante das oficinas, todos os custos foram arcados pela organização do evento, que contou com a dedicação voluntária de organizadores.

⁵ Trecho inspirado em fala do professor Peter Marcuse em palestra proferida no World Urban Forum de 2011, no Rio de Janeiro.

⁶ Verso de “Cadência do Samba”, de Paulo Gesta e Ataulfo Alves (1962)

⁷ FERREIRA, P.E.B. O Filé e a Sobra: as favelas no caminho do capital imobiliário. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2017 - tese defendida no PPGAU-FAUUSP.

⁸ Cf. <https://www.observatorioderemocoes.fau.usp.br/observatorio-de-remocoes-apresenta-o-relatorio-final-de-projeto/>.

⁹ O coletivo Lablaje é formado por arquitetos, advogados e geógrafo que têm militado em torno do tema da urbanização de favelas, em especial, no campo da formação. Atualmente, faz parte do Lablaje também o advogado Henrique Frota. Cf. <http://www.lablaje.org.br>.

¹⁰ O coletivo MeioFio é um grupo multidisciplinar de intervenção urbana em espaços públicos com atividades que se utilizam do crochê para ocupar espaços e acolher pessoas. Cf. <http://www.coletivomeiofio.com>.



Mapa afetivo das Oficinas de Práticas Urbanas
do XVII ENANPUR, 2017
elaboração: Karina Leitão

**Quem de dentro de si não sai, vai morrer sem amar
ninguém¹¹**

O desenho das Oficinas já antevia uma programação intensa para o final de semana antecedente ao Encontro da ANPUR, que é sabidamente longo e extenuante. Mas contavam com o ânimo de uma programação inédita. Ainda bem cedo, numa manhã fria de sábado, na recepção do hotel sede do Encontro, pairava um cheiro de café, misturado a uma ansiedade parecida com a de um primeiro dia de aula, o ânimo pelo reencontro de amigos e a expectativa em conhecer novos. Vários ônibus esperavam os grupos de inscritos que partiam para as visitas. É sabido que na extensão (mas também na pesquisa e no ensino), muito se planeja para que se possa, ao fim, improvisar. Como na música, e principalmente na música popular, longas horas de trabalho de ensaio são necessárias para que o improviso e a adaptação ao momento se deem na interrelação com o público.

Oficina 1: Projeto Urbano na Região da Luz, 2017



¹¹ Versos de "Berimbau", de Vinicius de Moraes e Baden Powell (1967).

As **Oficinas 1 e 2** trataram das ocupações de edifícios na área central. Uma mais concentrada em observar “a cidade” que se estruturou em torno de duas ocupações mantidas por um conjunto amplo de movimentos de luta por moradia na região da Luz: na Av. Prestes Maia e na R. Mauá. E a “cidade” já se apresentou na organização da oficina e na utilização da estrutura de um dos mais importantes equipamentos culturais de São Paulo pelos participantes e pelos moradores das ocupações vizinhas. Na Pinacoteca, os participantes dialogaram diretamente com os moradores e desenvolveram as propostas de projeto urbano para a região que, se por um lado concentra a infraestrutura da cidade, exige requalificações para que o uso habitacional possa acontecer plenamente. Nessa oficina, o diálogo culminou com a partilha da ideia de que é importante para profissionais do território não perderem a noção de que trabalham com espaço, mas sobretudo com pessoas e que a ação no campo não é banal, “fazer junto” é central no campo territorial.

A outra oficina procurou percorrer ocupações de edifícios outrora vazios e sem utilização em diferentes graus de consolidação, desde aqueles com alto grau de precariedade, onde os movimentos de luta por moradia organizam uma série de adaptações para torná-los minimamente habitáveis (como ocorreu com o edifício do INSS na Av. 9 de Julho), até um empreendimento de reforma e readequação em fase de conclusão, realizado por meio de um programa público de autogestão (Edifício Dandara, na Av. Ipiranga). Passamos também por outras ocupações bem consolidadas (nos antigos hotéis Cambridge e Columbia e na ocupação José Bonifácio, no Largo São Francisco), onde foram vivenciadas a capacidade de organização, de criação de espaços de formação comunitária, de partilha, disciplina e

Oficina 2: Ocupar, resistir e construir, 2017



¹² O evento Virada Cultural acontece em São Paulo há mais de 10 anos e oferece 24 horas de programação cultural e entretenimento pelas ruas, parques e praças da cidade, com concentração na região central da cidade.

de luta para permanência e para que os edifícios possam ser reformados e regularizados, garantindo condições mais adequadas de habitabilidade e segurança na posse. O exercício de reflexão realizado ali nas dependências do Columbia, com a participação de Mildo e de outros moradores da ocupação, lideranças da FLM (Frente de Luta por Moradia), com a concentração desviada pelo alto som do samba que vinha de um dos palcos da Virada Cultural¹² na esquina mais famosa de Sampa, revelou aos participantes a dificuldade para organizar os “problemas” daquelas formas aparentemente provisórias de moradia. Se o objetivo inicial dos organizadores era elaborar propostas ensaísticas, os debates escancaram os limites da luta institucional pela aquisição dos edifícios que permaneceram tantos anos sem uso, pelo financiamento para as reformas, pela regularização física e jurídica das condições de moradia, tudo diante do enorme potencial que as ocupações têm de prática concreta de posse e uso solidários dos espaços como ocorre atualmente.

Em tempos recentes em que vivemos (e provavelmente vamos viver de modo ainda mais intenso) inúmeras ocupações realizadas para negociação de atendimento via Programa Minha Casa Minha Vida, ou mesmo, por aluguel provisório, as ocupações em edifícios centrais onde famílias permanecem por muitos anos revelam, ao mesmo tempo, o abandono de um patrimônio edificado em área bem localizada e a luta pela moradia, não apenas pelo que seu invólucro representa na proteção contra intempéries, mas na sua localização, que coloca a área central em disputa.



Oficina 3: Caminhos urbanos, 2017



Oficina 4: Urbanismo na defesa de direitos, 2017

A **Oficina 3** percorreu a colina histórica de São Paulo, tomando como base cartografias e iconografia históricas da formação da cidade, com abordagem crítica não apenas das transformações intensas ocorridas em pouco mais de um século, mas sobre como os caminhos urbanos foram assimilados no Plano de Avenidas de 1930 e desenharam os eixos sobre os quais a metrópole se expandiu. Os participantes vivenciam passado e presente, numa espécie de “contação de história”, ilustrada pelo caderno, com os mapas, aquarelas e fotos do centro de São Paulo do século XIX, momento em que o centro de hoje era quase a totalidade da cidade. O percurso pela borda da colina histórica, para participantes que tinham familiaridade com processos de crescimento da cidade, mas com poucas referências específicas sobre São Paulo, voltou a atenção para a escala da cidade antiga, bem como para seu tecido histórico, aquilo que permanece e que presentifica as camadas do passado, tornando viva a memória e a experiência de aproximação àquela geografia.

Na região do córrego Água Espaiada, a programação da **Oficina 4** se iniciou no Centro Cultural Jabaquara, lugar dedicado à memória da resistência negra na cidade, onde se antecipou a história de luta das comunidades ameaçadas de remoção na região, pela incidência da mais “bem sucedida” Operação Urbana. Se, desde os anos de 1990, as obras viárias já removeram milhares de pessoas para favorecer a ampliação do potencial construtivo para o mercado imobiliário, o argumento da vez para a higienização social é a execução de um parque, num dos processos mais perversos de extinção física de territórios populares da atualidade na maior cidade brasileira¹³. As paradas programadas permitiram o diálogo tocante com duas moradoras. Sheyla, ex-moradora da favela Minas Gerais, agora síndica de um dos blocos do edifício Corruíras que foi construído para reassentar parte das famílias removidas da favela, nos recebeu no conforto da biblioteca pouco frequentada do prédio. Nazaré, nordestina, empregada doméstica, moradora da área mais vulnerável da favela Levanta Saia, nos recebeu na entrada em balanço do barraco do seu sobrinho e nos comoveu a todos dizendo que, da sua região, sentia falta da farinha, mas “podia ficar sem ela, o que não podia era ficar sem casa”.



Oficina 4: Urbanismo na defesa de direitos, 2017

Na **Oficina 5** em Diadema, o debate transcorreu em torno de dois temas. O primeiro já conhecido dos estudiosos de assentamentos populares no país, a autoconstrução, e o segundo, que vem sendo recentemente explorado na academia e nas gestões municipais, a melhoria habitacional, como uma prática e uma política que reconhece a inexorabilidade da produção por “conta própria”. Especialistas no tema se dedicaram a debater a importância da urbanização de assentamentos, enfrentando o desafio da reforma de moradias consolidadas no processo que envolve remoções e reassentamentos em unidades habitacionais padronizadas. As moradias “consolidadas”, afinal, são frequentemente aquelas que são, mais uma vez, abandonadas à própria sorte. A perspectiva da oficina era apresentar essas situações para que possam ser tratadas, quiçá, ponto de partida¹⁴ ou de chegada nos processos de qualificação

de assentamentos. As visitas nas unidades habitacionais em Diadema provocaram os participantes para a um debate sobre a inutilidade/utilidade dos arquitetos no país: inutilidade, pela produção massiva de domicílios sem a mediação de um profissional da área; utilidade diante das reformas necessárias e do reconhecimento de precariedades e situações de risco produzidas e reproduzidas nos processos de autoconstrução que ainda são a verdadeira escala de produção de habitações populares no país.



Oficina 5: Autoconstrução e melhorias habitacionais em assentamentos precários consolidados, 2017

¹³ Como nos mostra a tese de Paulo Emílio Buarque Ferreira, organizador da Oficina, disponível no site de teses da USP, já citada.

¹⁴ Conforme dissertação de Claudia Bastos Coelho, disponível no site teses USP; ver: COELHO, Cláudia. Melhorias habitacionais em favelas urbanizadas: impasses e perspectivas. São Paulo: FAUUSP, 2017. Dissertação apresentada ao PPGFAU USP.

Na favela do Jardim Jaqueline, o coletivo LabLaje, focado na formação de profissionais no campo da urbanização de favelas, adaptou na **Oficina 6** do ENANPUR uma metodologia de oficina que já tinha ocorrido naquele assentamento há menos de um ano, junto com Jonathas Magalhães professor da PUCCAMP, arquiteto-militante do tema¹⁵, e em parceria com a associação de moradores. A caminhada pela região revelava “à queima-roupa” as contradições da vida num assentamento consolidado e densamente construído na região do Butantã que espera a regularização e tem como vizinhos um shopping e empreendimentos irregularmente aprovados em Zona Especial de Interesse Social. A visitação culminou em um debate na praça reformada mediante projeto de extensão levado a cabo pelo LABHAB FAUUSP¹⁶ e pelo coletivo de extensão FAU Social, capitaneado pela associação de moradores e viabilizada pela subprefeitura. A possibilidade de sentar-se em roda

Oficina 6: Urbanização de Favelas, 2017



¹⁵ Cf. dissertação de Lara Isa Costa Ferreira, 2017, disponível no site de dissertações e teses da USP; ver: FERREIRA, Lara. Arquitetos militantes em urbanização de favelas: uma exploração a partir de casos de São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo: FAUUSP, 2017. Dissertação apresentada ao PPGAU FAUUSP.

¹⁶ Pelo LABHAB, participaram do projeto os alunos Daniel Collaço, William Valério e a professora Karina Leitão. Pela FAU Social, ver capítulo “A Extensão na FAUUSP” de autoria do Coletivo Caetés, FAU Social e Grupo de Construção Agroecológica.

¹⁷ Inspirada livremente na canção “Canto de Ossanha”, de Vinicius de Moraes e Baden Powell (1966).

na praça livre parecia condizer com o espírito da Oficina, o sentido público da vida, da apropriação do espaço, da formação nesse campo e da atuação profissional.

Ao percorrer os assentamentos Irmã Alberta, no bairro de Perus, e Dom Tomáz Balduíno, no município de Franco da Rocha, e pernoitar no Espaço de Formação do MST em Jarinu, os coletivos de extensão da graduação da FAUUSP que organizaram a **Oficina 7**, dedicaram-se a formatar uma programação em que tencionavam a pauta da produção do espaço urbano e do rural, insistindo para que as fronteiras entre ambos fossem mais fluidas, menos dicotômicas, revelando uma aparentemente inusitada luta pela Reforma Agrária na metrópole mais urbanizada do país. Também previam que os participantes tivessem nos assentamentos e espaço de formação mais formal uma experiência de trabalho coletivo, manual, para além da mera observação e do debate acadêmico. Esta foi a oficina que mais se afastou do centro de São Paulo permitindo a seus participantes vivenciarem espaço e tempo de maneira diferente do cotidiano da metrópole. Pisar no barro e cheirar o mato recolocaram os sentidos das resistências socioterritoriais, em busca de uma outra produção espacial que, não paradoxalmente, não menciona a palavra revolução. Mas, quem sabe, seja porque a extensão que se diz revolucionária “não é, porque quem é mesmo, não diz”¹⁷.



foto. Raul Miranda

Oficina 7: Reforma Agrária na metrópole, 2017

A **Oficina 8** em Itaquera, Zona Leste, revelou as particularidades da produção das COHABs na capital paulista. Num território estruturado no bojo da política habitacional da década de 1970 no Brasil, o espaço resultante coloca importante debate sobre como os blocos de apartamentos implantados numa lógica de projeto modernista em versão rebaixada se ressignificam diante da vida cotidiana condominializada, seja nos antigos conjuntos das companhias de habitação ou nos novos promovidos pelo PMCMV¹⁸ nos espaços residuais daquelas imensas glebas adquiridas para realização da expansão periférica da cidade por meio da produção pública de habitações. Mas a consolidação desses territórios não se dá apenas nos aspectos físicos e construtivos, mas também pela presença de uma grande quantidade de coletivos, que alimentam provavelmente uma das mais criativas manifestações culturais contemporâneas da metrópole, reafirmando identidades periféricas que se formaram, mesmo em um território frio e padronizado dos conjuntos habitacionais. A participação de pesquisadores que vivem nesses conjuntos, que militam nesses

coletivos, foi decisiva para que as portas das ocupações culturais de equipamentos públicos abandonados pudessem ser abertas, para que os diálogos com moradores antigos pudessem ocorrer. Os sentidos do público e privado foram temas destacados na visitação dessa região, que povoa o imaginário sobre a vida na periferia de São Paulo.

foto. Melina Moscardini



Oficina 8, Do projeto modernista à condominialização, 2017

No Grajaú, o frescor das visões das jovens arquitetas organizadoras do evento e dos coletivos ambientalistas apoiadores da **Oficina 9** somou-se ao olhar detalhista do professor da FAUUSP. Todos (literalmente) remaram juntos se apropriando daquela paisagem e das tensões urbano-ambientais na região que é responsável pela produção de água para parte da metrópole e que, ao mesmo tempo, é uma das regiões que mais cresce em quantidade de domicílios. Em uma área que já não permeia o imaginário hegemônico da cidade densamente edificada, à borda da represa, a vida urbana tem outros matizes, conflitos de

¹⁸ Programa Minha Casa Minha Vida, programa habitacional lançado pelo governo federal em julho de 2009.

outra natureza. A água se impõe na paisagem sem pedir muita licença. Moradores reivindicam a possibilidade de usufruírem dela, inclusive de maneira mais lúdica.

Oficina 9, Às margens da cidade: expansão urbana e as represas da Zona Sul, 2017



^{foto. Paula Gennero}

Em Paranapiacaba, a moradora convidada para produzir o café para as pausas da **Oficina 10**, Dona Alzira, narrou sua história de vida em uma área de patrimônio “preservado”, com o sabor da geleia de Cambutella (Cambuci com nutella). O coletivo Meio-Fio enredou a programação com atividade que partia da leitura do conto “A infinita fianneira”, de Mia Couto¹⁹. E a exploração da paisagem se deu pelo espalhamento das

“teias” de aranha em linhas de crochê vermelhas preparadas pelo coletivo, como que marcando a paisagem vivida num processo de cartografia sensível. E como as cartografias congelam tempo e espaço, uma presença inusitada, que parecia ter sido encomendada pela organização da oficina, surpreendeu os participantes: a bailarina vestida em um *tutu*, vermelho como as teias, colocava para todos os limites e as potências da experiência da paisagem.

Oficina 10, Cartografia afetiva e insurgente em Paranapiacaba, 2017



^{foto. Paula Vicente}

¹⁹ In “O fio das missangas”, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

A benção Paulo Freire, saravá!²⁰

Este breve relato das Oficinas de Práticas Urbanas deixa clara a intenção dialógica, subjacente a cada programação. Algumas delas claramente afiliadas à metodologia freiriana, à abordagem pedagógica de mão dupla, em que ministrantes da oficina, participantes e apoiadores se formam mutuamente. Outras, não declaradamente freirianas, mas igualmente pensadas numa metodologia dialógica.

No país que teve Paulo Freire como maior pensador dos rumos da formação popular, a prática de extensão, nascida na Europa no século XIX, ganha outros contornos. Porque a extensão nasceu lá na Inglaterra, mas se hoje ela é militante na poesia, é porque ela é brasileira demais no coração²¹. Mesmo quando a influência de Paulo Freire não se faz tão explícita, parece haver uma ligação, ainda que indireta, com aquilo que foi pautado no seu projeto educacional²² e que inspirou tantas áreas de conhecimento no Brasil. Ir a campo, ver, sentir, mirar, questionar fizeram parte de um processo que não estava baseado na mera transferência de saberes dos organizadores das Oficinas aos seus participantes. Porque “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”²³, porque a técnica (o diagnóstico,

a problemática, as hipóteses, os cenários, as soluções) não pode existir sem uma apreensão compartilhada da realidade.

O que se viveu naquele fim de semana de maio de 2017 foi uma experiência que pulsava em vários pontos da metrópole e estimulava um encontro de interlocutores que buscavam a ressignificação de suas visões sobre espaço, sociedade e estado. Por menor que fossem os efeitos da pulsão na cidade, naquele evento, naqueles lugares, as oficinas reverberaram em cada um de nós, e reverberaram ao longo de toda a semana do XVII ENANPUR, recolocando-nos a questão sobre o papel de planejadores na construção e nas possibilidades de outros espaços. Assim como em qualquer campo profissional, esse desafio passa pela formação para uma atuação mais aderente à realidade da nossa terra, da nossa gente. No que toca o campo das áreas de conhecimento que tangenciam a ação pela transformação espacial, essa formação precisa levar em consideração suas implicações sociais e políticas.

Num momento em que a ciência do planejamento, em especial a do território, se coloca a questão dos limites do repertório acumulado, experimentando métodos e técnicas alternativas à tecnocracia conservadora e autoritária, as Oficinas de Práticas Urbanas talvez tenham reiterado a mensagem: não há planejamento popular sem imersão no

²⁰ Trecho inspirado na canção “Samba da Bênção”, de Vinicius de Moraes & Baden Powell (1967).

²¹ Idem.

²² FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?*. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

²³ Paulo Freire. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1989.

campo, sem diálogo, sem contato com os conflitos cotidianos, entendidos aqui não como categorias abstratas, mas como elementos constituintes da totalidade social.

Oficinas são práticas que organizações estudantis de graduação já mantêm há alguns anos em seus encontros. “É lúdico!”, diriam tanto aqueles que quisessem menosprezar, quanto aqueles que quisessem enaltecer a dinâmica. Trazê-las para esse evento de “especialistas” tem, assim, o peso de beber em práticas do que se pode ler como a base social da academia (os estudantes de graduação) e perceber que as inquietações com a realidade, a sensibilização, ainda que episódica, altera profundamente as próprias dinâmicas da

pesquisa e do ensino. As Oficinas parecem ter consistido em um “pontapé inicial” para que a discussão se perpetue em qualquer encontro de arquitetos, urbanistas, economistas, engenheiros, geógrafos, sociólogos, demógrafos, enfim, planejadores urbanos e regionais ou, como em voga atualmente, planejadores territoriais.

Ao fim e ao cabo, para militantes da área, independentemente de qualquer crença religiosa, mas com a fé, que enseja respeito à liberdade, humildade, coerência, tolerância, que não floresce entre os arrogantes²⁴, e que “não costuma faia”²⁵:

... a boa extensão é uma forma de oração²⁶ ...

²⁴ “Não me sinto à vontade falando da minha fé. Pelo menos tanto, quanto me sinto quando falo de minha opção política, de minha utopia, de meus sonhos pedagógicos (...) Todos os argumentos que explicam e reforçam a legitimidade de minha luta em favor de uma sociedade mais gentificada têm, na minha fé, sua fundamentação profunda. (...) Não é fácil ter fé. Sobretudo pelas exigências que ela coloca a quem a experimenta. Exigências no sentido da assunção da liberdade, que implica o respeito pela liberdade do outro, no sentido da eticidade, da humildade, da coerência, da tolerância. Se uma fé bem-comportada e vigorosa pode nascer autenticamente entre os ofendidos, é menos fácil florescer entre os arrogantes”. FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013, p. 149-151.

²⁵ Trecho inspirado na canção “Andar com fé”, Gilberto Gil (1982).

²⁶ Trecho inspirado na canção “Samba da Bênção”, de Vinicius de Moraes e Baden Powell (1967)



fichas OFICINAS DE PRÁTICAS URBANAS

coordenação geral

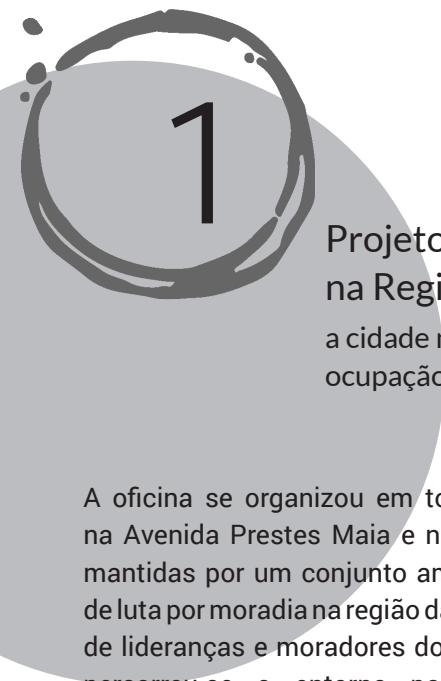
Caio Santo Amore . João Rovati

[Oficinas 1 a 9]

Texto editado por Camila D'Ottaviano e João Rovati
a partir do texto original dos coordenadores da Oficina

[Oficina 10]

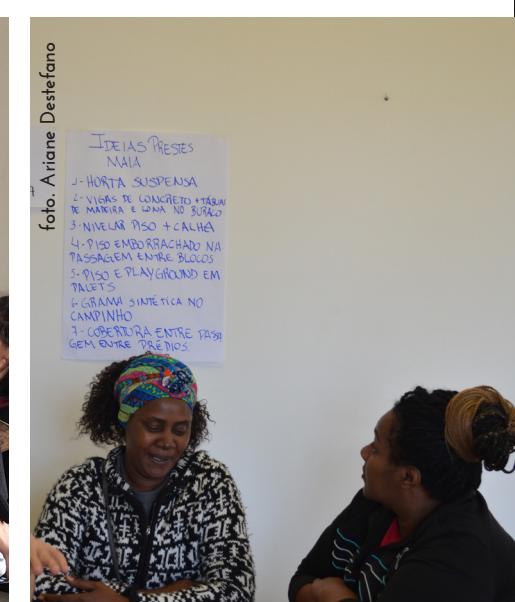
Texto de autoria de Catharina Lima, Elaine Albuquerque,
Hulda Wehmann e Karina Leitão.



Projeto Urbano na Região da Luz: a cidade no entorno da ocupação da Rua Mauá

A oficina se organizou em torno das ocupações na Avenida Prestes Maia e na Rua Mauá, ambas mantidas por um conjunto amplo de movimentos de luta por moradia na região da Luz. Em companhia de lideranças e moradores dos prédios ocupados, percorreu-se o entorno para apresentação e análise da área de estudo, para a qual foram feitas propostas de qualificação do ambiente urbano.

A partir das observações de campo e após apresentação da região da Luz/"Nova Luz" e de projetos de reabilitação propostos para a área, as equipes se subdividiram em grupos menores e desenvolveram propostas de intervenção e qualificação urbana para os dois casos de estudo. As propostas foram debatidas no segundo dia da oficina, em dinâmicas participativas envolvendo a população residente nos prédios ocupados.



organização

Francisco Comaru (UFABC)
Regina Lins (UFAL)
Renato Pequeno (DAU UFC)
Ricardo Moretti (UFABC)

monitoria

Ariane Destefano (UFABC)

colaboração e apoio

Bruno Portes (UFABC)
Rayssa Saidel Cortez (UFABC)

objetivos

Realizar levantamentos para reconhecimento de contextos urbanos e desenvolver projetos urbanos na região da Luz, no entorno da ocupação da Rua Mauá.

locais

Pinacoteca, Região da Luz (centro de São Paulo), Ocupação Mauá e Ocupação Prestes Maia.



Ocupar, resistir e construir: autogestão habitacional na reabilitação de edifícios vazios na área central

Há anos a militância política e acadêmica da reforma urbana mira o problema da vacância e ociosidade de terrenos e imóveis, enfatizando a necessidade de sancionar essas situações. Diversos instrumentos urbanísticos foram criados para que esses terrenos e imóveis cumpram sua “função social”. Movimentos de moradia, em ação direta, ocupam e resistem, na luta para recuperação de edifícios vazios e para sua destinação para moradia social. O centro de São Paulo é um local privilegiado para observação dessas ações e dos seus modestos resultados práticos. Alguns poucos edifícios que pertenciam ao patrimônio da União e outros, desapropriados pela administração municipal, foram destinados a programas habitacionais de interesse social. Reformas ali vêm sendo viabilizadas, com muita dificuldade.

A oficina abordou esses temas, visitando alguns imóveis ocupados com diferentes graus de consolidação, desde aqueles com alto grau de precariedade, onde os movimentos de luta por moradia organizam uma série de adaptações para torná-los minimamente habitáveis (edifício do INSS na Av. 9 de Julho), até um empreendimento de reforma e readequação em fase de conclusão, realizado por meio de um programa público de autogestão (Edifício Dandara, na Av. Ipiranga – Programa Minha Casa Minha Vida Entidades). O grupo conheceu também algumas ocupações bem consolidadas (antigos hotéis Cambridge

e Columbia e ocupação José Bonifácio, no Largo São Francisco), onde foram vivenciadas a capacidade de organização, de criação de espaços de formação comunitária, de partilha, disciplina e de luta para permanência.



A partir das visitas, e por meio das lideranças e moradores, foi possível conhecer fragmentos de histórias de ocupação e resistência e também alguns casos em que os movimentos de moradia vêm conseguindo executar a reforma e a reabilitação, buscando o repovoamento da área central e a otimização das infraestruturas e serviços instalados na região.

Debateu-se os limites e potencialidades dessas ações, em termos de solução para moradia e adequação aos programas existentes, e a possibilidade de dar escala e viabilidade para esse tipo de ação, envolvendo questões como a elaboração de projetos, fundos públicos, instrumentos urbanísticos e formas de acesso das famílias (transferência de propriedade individual ou coletiva, locação social, serviços habitacionais).



foto: Victor Del Prete



foto: Victor Del Prete



foto: Victor Del Prete

organização

Caio Santo Amore (FAUUSP)
Luciana Lago (IPPUR-UFRJ)
Peabiru (Assessoria Técnica)
Raúl Vallés (UDELAR)
Rosangela Paz (PUC-SP)

monitoria

Victor Del Prete (UFABC)

objetivos

Reconhecer os potenciais das ocupações de movimentos de luta por moradia em edifícios localizados na região central de São Paulo e das experiências de reabilitação que ali vêm ocorrendo; desenvolver propostas de caráter investigativo e promover discussões sobre inserção urbana, insurgência e resistência (ocupação e sua consolidação), instrumentos urbanísticos e métodos de projeto.

locais

Região central de São Paulo,
Ocupação Hotel Columbia
e edifícios ocupados pelos
movimentos de moradia.

3

Caminhos urbanos: da colina histórica à metrópole

Considerando o centro histórico um lugar privilegiado para reconhecer a cidade (em suas diversas escalas e temporalidades) como um território de conflitos e disputas, a oficina, através do exercício da caminhada, buscou uma aproximação a questões como o processo metropolitano de expansão, seus padrões de crescimento e de segregação socioterritorial, suas configurações urbano-arquitetônicas, a fim de refletir sobre as complexidades da metrópole como espaço de vivência e de intervenção. Com base em material iconográfico e cartográfico entregue inicialmente a todos os participantes, debateu-se como a cidade se constituiu historicamente, identificando os caminhos que a demarcaram desde os tempos coloniais. A seguir, andou-se pelos limites da colina histórica, reconhecendo os eixos de expansão que foram se constituindo a partir da morfologia do território e de distintas lógicas de circulação, e que definiram padrões de mobilidade que marcam a cidade até hoje. Finalmente, após discutir as mudanças da centralidade verificadas ao longo do século 20, seus impactos no território e nas dinâmicas urbanas e sociais, produziu-se um ensaio fotográfico sobre usos, conflitos e apropriações do centro.



foto. Marília Müller



foto. Lúiza Labozza



foto. Aline Scheibe

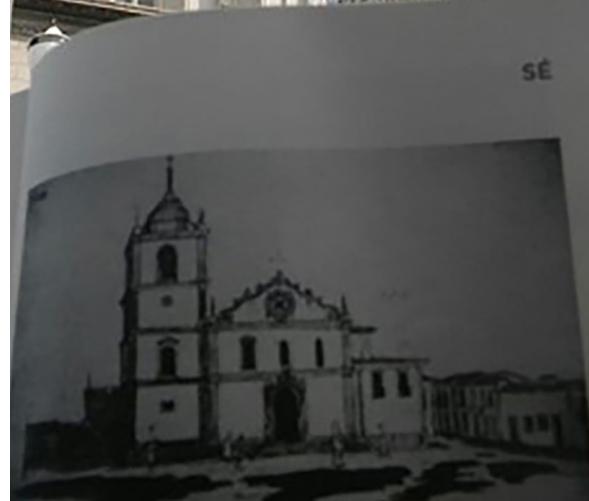


foto. Marília Müller

organização

Ana Castro (FAUUSP)
Joana Mello (FAUUSP)

monitoria

Marília Müller Silva (FAUUSP)

objetivo

Reconhecer os padrões e eixos de desenvolvimento metropolitano de São Paulo em seus aspectos geográficos, sociais, urbanísticos e culturais, confrontando o contexto atual da chamada “colina histórica” com imagens e mapas de época.

local

Região central de São Paulo
e Centro Universitário Maria
Antônia-USP

4

Urbanismo na defesa de direitos: o Observatório de Remoções nas favelas da Operação Urbana Águas Espraiadas

No processo de criação de uma nova “centralidade de negócios” no setor sudoeste da cidade de São Paulo, que se iniciou com remoções violentas nos anos 1990, o instrumento da Operação Urbana tem sido o mote para a supressão da totalidade das favelas da região, com a proposição de um grande parque linear e diversas obras viárias. Com a necessidade de criação de atratividade para o setor imobiliário, favelas são vistas como empecilho e eliminadas. Esse processo, que se propõe “compensatório” ao prever a criação de unidades habitacionais equivalentes, revelou-se brutal pela falta de diálogo com os moradores atingidos. A OUCAE, criada pela lei municipal 13260/2001, prevê o reassentamento definitivo de cerca de 8.500 famílias removidas das favelas na região. O processo, em curso, demonstra que o atendimento tem sido muito precário, com caráter provisório e sem participação. A oficina abordou a ação estatal nesse território, através da vivência dos espaços dessas favelas e dos relatos de Sheyla, ex-moradora da favela Minas Gerais e síndica de um dos blocos do edifício Corruíras, e Nazaré, moradora da favela Levanta Saia.



organização

Karina Leitão (FAUUSP)
Lara Ferreira (FAUUSP)
Paulo Emílio Ferreira (UPMack)

monitoria

Murilo Perdigão Martins (FAUUSP)

objetivo

Debater a proposta de remoção integral das favelas no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (OUCAE), a partir do reconhecimento do local, do olhar de moradores a serem reassentados, de lideranças e organizações atuantes na área.

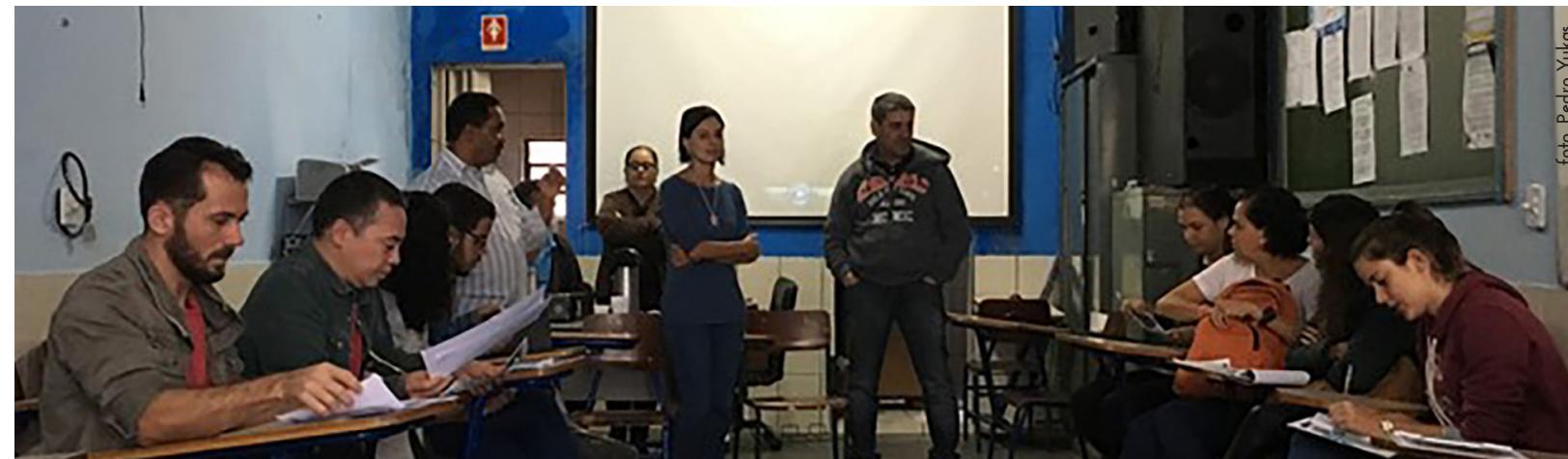
locais

Centro Cultural Jabaquara,
Favela Levanta Saia (no perímetro
da Operação Urbana Águas
Espraiadas), edifício Corruíras e
Instituto Pólis.

5

Autoconstrução e melhorias habitacionais em assentamentos precários consolidados: Diadema

Como lidar com a cidade real? Como garantir acesso à moradia digna em extensas áreas já urbanizadas, já regularizadas, onde a precariedade habitacional se mantém e se manifesta de diversas formas? O ímpeto do arquiteto e urbanista, do planejador urbano, costuma ser o da substituição, da intervenção "radical". Como construir propostas compartilhadas a partir do encontro dos saberes dos autoconstrutores e dos arquitetos? Mas, como atuar sob essa ótica quando milhões de pessoas vivem nessas condições no Brasil? Como qualificar esses espaços para além de uma ideia tecnicamente genérica de "urbanização de favelas", interferindo (no detalhe) e melhorando as condições de vida dos moradores? A oficina abordou algumas dessas questões por meio do contato com assentamentos precários localizados no município de Diadema, um dos mais densos do país. Os participantes percorreram vielas desses assentamentos e visitaram algumas moradias. A partir de dois temas centrais, a autoconstrução e a melhoria habitacional, de volta ao centro de São Paulo, no Instituto Pólis, organizou-se um levantamento preliminar dos problemas urbanísticos, habitacionais, edilícios e sociais identificados nas visitas, visando a elaboração de propostas de caráter investigativo de projeto e de arranjos institucionais capazes de orientar agendas de pesquisa, ensino e ação.



organização

José Baravelli (FAUUSP)
Denise Morado (EA/UFMG)

monitoria

Pedro Yukas Silva (UFABC)

colaboração e apoio

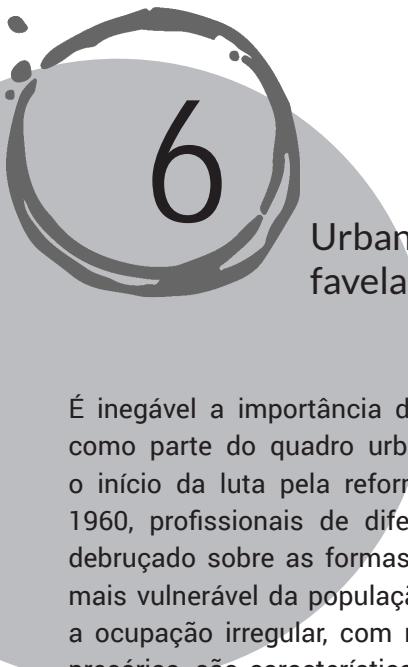
Cláudia Bastos Coelho (FAUUSP/
Pref. de Diadema)
Renata Moreira (FAUUSP)

objetivos

Reconhecer precariedades edilícias em assentamentos consolidados no município de Diadema; desenvolver propostas de caráter investigativo para melhorias habitacionais.

locais

Assentamento precário em
Diadema e Instituto Pólis.



Urbanização de favelas: Jd. Jaqueline

É inegável a importância da “morfologia favela” como parte do quadro urbano brasileiro. Desde o início da luta pela reforma urbana, nos anos 1960, profissionais de diferentes áreas têm se debruçado sobre as formas de morar da parcela mais vulnerável da população. A autoconstrução, a ocupação irregular, com materiais ou técnicas precárias, são características comuns a milhares de assentamentos brasileiros e ultrapassam o limite do que poderia ser considerado uma excepcionalidade nas nossas cidades. Mais que uma questão territorial, a favela ainda é reflexo da complexidade e das desigualdades presentes na sociedade. Apesar dos inúmeros avanços obtidos em termos de legislação, de alteração de paradigmas e de tipos e metodologias de intervenção, a ocupação habitacional precária e informal está longe de estar resolvida, tendo continuado, nos últimos anos, a reprodução, consolidação e densificação desse modelo. A efetivação do direito à moradia adequada, reconhecido pela nossa Constituição Federal, passa pela conjugação de ações entre regulação e planejamento urbano sustentável, constituição de um mercado habitacional adequado para a baixa renda e produção social de habitação, mas, sobretudo, pela promoção de melhorias urbanas e habitacionais nesta grande parcela do território já construída. Com base na visita realizada no primeiro dia da oficina e do conhecimento da experiência do Jardim Jacqueline, foram aprofundadas essas discussões, com ênfase na questão das perspectivas para urbanização e regularização desse tipo de assentamento.



foto: Felipe Moreira



foto: Bruno Martins

foto: Paula Oliveira

foto: Felipe Moreira

organização

Coletivo LabLaje (FAUUSP)
Jonathas Magalhães (PUC-Campinas)

monitoria

Bruna Martins (FAUUSP)

objetivos

Socializar o conhecimento sobre favelas, proporcionando a oxigenação desse mesmo conhecimento; discutir instrumentos para o projeto multidisciplinar em favelas; discutir o lugar político da urbanização de favelas.

locais

Favela Jardim Jaqueline e Instituto Pólis.



Reforma Agrária na metrópole: formação política, infraestrutura e produção

A discussão sobre a reforma agrária na metrópole, especificamente na Região Metropolitana de São Paulo, oportuniza uma rica reflexão sobre o habitar e o produzir na cidade e no campo. Assim, as atividades da oficina foram constituídas por visitas a assentamentos e espaços de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por momentos de formação junto a lideranças desse Movimento. Nas visitas, os participantes da oficina conheceram as realizações e conflitos existentes nos assentamentos metropolitanos. Nos diálogos com participantes do Movimento, debateu-se a história, organização e atuação política do MST. Por meio da *práxis*, buscou-se respostas sobretudo à seguinte questão: como se faz possível uma outra forma de produção do espaço, fora da dicotomia campo-cidade e das relações de exploração e expropriação da força de trabalho?

A oficina, organizada por coletivos de alunos de graduação da FAUUSP, realizou visitas no assentamento Dom Tomás Balduíno, em Franco da Rocha, Centro de Formação Campo-Cidade, em Jarinu, e no assentamento Irmã Alberta, exclusivo de idosos, na região de Perus, no limite entre São Paulo e Cajamar. Esta também foi a única oficina em que os participantes pernoitaram num dos locais visitados, o Centro de Formação Campo-Cidade do MST.



organização

Coletivo Caetés (FAUUSP)
| com a participação de Ana Cristina da Silva Moraes, Beatriz Mendes de Oliveira e Evelyn Harumi Tomoyose, da FAUUSP)
Grupo de Construção Agroecológica (FAUUSP)
| com a participação de Bárbara Moura e Oliveira Mühle, Daniella Motta, Gabriel Safranchik, Giulia Pereira Patitucci, Mathews Vichr Lopes e Victor de Almeida Presser, da FAUUSP)
Habis (IAU-USP)
MST Regional Grande São Paulo

monitoria

Raul de Almeida Miranda (UFABC)

objetivo

Fomentar a discussão sobre a Reforma Agrária na metrópole a partir dos espaços de atuação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

locais

Assentamentos Dom Tomás Balduíno (Franco da Rocha) e Irmã Alberta (São Paulo); Centro de Formação Campo-Cidade (Jarinu), todos do MST.

8

Do projeto modernista à condonialização: o caso da COHAB José Bonifácio em Itaquera

A Cohab José Bonifácio é um dos grandes conjuntos construídos na Zona Leste de São Paulo, entre os anos de 1970 e 1980. De um assentamento estruturado como um projeto modernista de produção de habitação em escala, com reserva de áreas livres e equipamentos sociais, com acesso por linha férrea de transporte de público de massa, mas localizado em uma periferia longínqua, naquele momento. Passados quase 40 anos desde a construção do conjunto e ocupação das unidades residenciais, esse pedaço de cidade se consolidou como um importante bairro popular. Equipamentos públicos foram construídos. A região atualmente está repleta de comércio e serviços e mantém intensa atividade cultural por meio de diversos coletivos. Não se pode mais analisar esse território na "chave" da periferia dos anos de 1970: os conjuntos habitacionais, estruturados em blocos padronizados implantados livremente sobre terra nua, foram cercados e *condonializados*, padrão que vem sendo reforçado também nas áreas públicas dominiais reservadas à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP) e que continuaram a ser ocupadas por novos conjuntos ao longo das últimas décadas.

A oficina discutiu a consolidação desse grande conjunto habitacional, em diálogo com moradores, que também são pesquisadores e ativistas que pertencem a coletivos culturais da região.

No primeiro dia da oficina foi feito um passeio pelo conjunto, inclusive com a visita a algumas unidades. Todos participaram de uma roda de conversa com moradores e ativistas, na Ocupação Cultural Coragem, localizada no conjunto. A visita e as discussões alimentaram o trabalho sobre o tema, prático, reflexivo e propositivo, realizado no domingo na sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP).



organização

Beatriz Rufino (FAUUSP)
Luciana Royer (FAUUSP)

monitoria

Melina Moscardini (FAUUSP)

Colaboração e Apoio

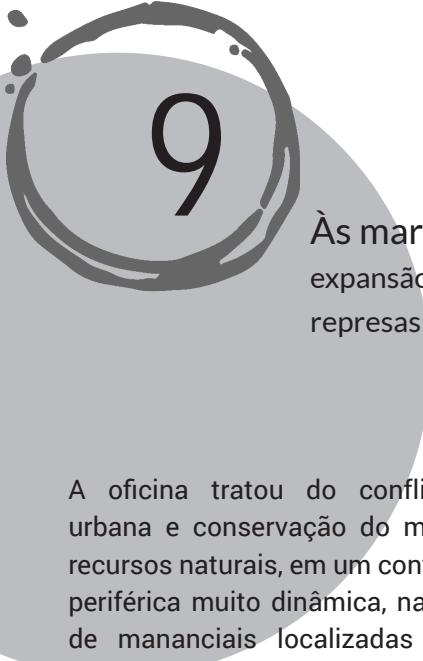
Artur Tadeu Paulani Paschoal (FAUUSP)
Carolina Freitas (FAUUSP)
Hudynne Helena (FAUUSP)
Sandro Barbosa (Usina)

objetivo

Tratar da consolidação de um grande conjunto habitacional, construído na virada das décadas de 1970 e 1980.

locais

COHAB José Bonifácio, Itaquera e Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP).



9

Às margens da cidade: expansão urbana e as represas da Zona Sul

A oficina tratou do conflito entre expansão urbana e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, em um contexto de urbanização periférica muito dinâmica, nas áreas de proteção de mananciais localizadas ao sul da Região Metropolitana de São Paulo.

A partir do histórico de intervenções já realizadas pelo poder público na área, a questão foi analisada e discutida em função de dois pontos de vista, o da gestão urbana e o do projeto urbano, procurando trabalhar a eficácia e garantia de resultados de longo prazo das ações empreendidas.

Diferente das demais oficinas, essa começou com atividades de exposição e debate sobre as condições urbanas e ambientais dessa complexa região, especial no contexto da metrópole: área de produção de água, com trechos de mata atlântica preservada, sujeita, desde os anos de 1970, a rigorosas restrições legais e, ao mesmo tempo, uma área com extensos assentamentos precários (loteamentos irregulares, favelas). Foi feita uma apresentação sobre os mananciais e projetos da Prefeitura para a região da Represa Billings. Depois, os participantes se dividiram em três grupos para discutir e produzir um cartaz registrando "a imagem" que tiveram do Grajaú/Bororé a partir das apresentações. Como todos os participantes eram de outros estados, durante o debate final

foram feitos paralelos com as realidades locais de cada um deles. As atividades do primeiro dia aconteceram na sede do SASP.

No segundo dia foi feita uma visita de campo à Represa Billings que começou com uma visita ao projeto Meninos da Billings. Em seguida, mesmo debaixo de chuva, os participantes andaram de caiaque na represa, fizeram a travessia para a Ilha do Bororé e foram até a Casa Ecoativa, onde almoçaram. Lá ficaram conhecendo o trabalho da Ecoativa, sua articulação com o território e com



outros grupos e coletivos da região. As atividades terminaram com uma discussão comparativa sobre a imagem que todos tiveram sobre o Grajaú/Bororé antes e depois da visita.



organização

Angelo Filardo (FAUUSP)
Flávia Massimetti (FAUUSP)
Gabriela Weiss Deleu (FAUUSP)
Marla Rodrigues (FAUUSP)
Coletivo Caetés

monitoria

Paula Gerencer (FAUUSP)

colaboração e apoio

Coletivos Meninos da Billings e Ecoativa

objetivo

Tratar do conflito entre expansão urbana, conservação do meio ambiente e de recursos naturais.

locais

Áreas com projetos e intervenção às margens da represa, na região da Ilha do Bororé/Grajaú e Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de São Paulo (SASP).

10

Cartografia afetiva e insurgente em Paranapiacaba

A questão da paisagem como espaço cotidiano é tema de singular importância no processo de planejamento, enquanto dimensão subjetiva e objetiva da relação entre os indivíduos e seu ambiente de vida. Por isso, é indispensável a reflexão sobre metodologias adequadas para sua correta apreensão e inserção. A proposta da oficina foi apresentar possibilidades de aproximação a esse campo metodológico, numa sequência de vivências denominada “olhares” (ainda que o sentido da visão seja apenas uma das formas possíveis de apreensão paisagística).

O espaço escolhido, a Vila de Paranapiacaba, é *locus* privilegiado para o exercício proposto. Inserida em meio a área de preservação ambiental, paisagem do sublime, é também área tombada em diversas instâncias de preservação patrimonial, paisagem histórica que registra a influência inglesa e da ferrovia na produção do espaço do estado de São Paulo e do município de Santo André. Contudo, além das especificidades naturais e patrimoniais, a Vila é também espaço de vida cotidiana, cujo fluir mutável e demandas rotineiras conflitam com as propostas de salvaguarda das diversas instâncias de preservação.

A oficina propôs abordar a temática a partir da percepção (ou percepções) dos participantes, em abordagens dedicadas a diferentes visões de



um mesmo lugar. Derivas, grupos de discussões, intervenções *in situ* e *in visu* destinaram-se a fomentar o debate sobre a pluralidade de percepções e sentidos presentes numa paisagem que é viva, e não cenário da vida. Esses debates se materializaram em cartografias dos afetos, coletânea produzida coletivamente sobre percepções da Vila de Paranapiacaba.

Pretendeu-se assim construir coletivamente uma proposta metodológica que expandisse as possibilidades de leitura espacial, objetivando a delicada tarefa de desenhar metodologias de participação que permitam efetivamente inserir as subjetividades individuais e coletivas que pautam ações cotidianas no planejamento do espaço.

A oficina desenvolveu-se segundo a dinâmica descrita a seguir. No sábado, chegada à Vila de Paranapiacaba às 10h, apresentação da proposta. No primeiro momento, denominado “O olhar desinteressado”, os participantes se dividiram em dois grupos para a realização das derivas (uma espécie de passeio introspectivo pelo espaço livre; nesse caminhar os participantes deveriam observar a si mesmos andando pelo lugar, entrando em contato com o que pulsa nele). Um grupo percorreu a área urbana da Vila e o outro fez a trilha



organização

Catharina Lima (FAUUSP)
Elaine Albuquerque (FAUUSP)
Hulda Wehmann (FAUUSP)
Karina Leitão (FAUUSP)

monitoria

Mônica Bertoldi (FAUUSP)

coordenação de sub-oficinas

Sub-Oficina I: Catharina Lima e Elaine Albuquerque (FAUUSP)
Sub-Oficina II: Vânia Bartalini (FAUUSP)
Sub-Oficina III: Coletivo MeioFio
Sub-Oficina IV: Gustavo Seraphim (Sec. de Cultura de Santo André)

colaboração e apoio

Paula Martins Vicente (FAUUSP)
Tatiana Francischini (FAUUSP)
Cleonice Pinto (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André, SEMASA)
Gustavo Seraphim, Juliana Flamínio e Nathalia dos Santos (Sec. de Cultura de Santo André)
Leandro Simone e Ingo Grantsau (Secretaria de Meio Ambiente).

participação especial

Coletivo MeioFio

"Olho d'água", dentro do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba. No período da tarde, realizou-se "O olhar compartilhado" quando os participantes das derivas da manhã foram reunidos em uma roda de conversa, para que juntamente com as coordenadoras pudessem explorar de modo informal (mas nem por isso, metodologicamente frouxo) as impressões que a Vila despertou. A finalidade foi sensibilizar o grupo para uma leitura partilhada do lugar, mediada pela pesquisa qualitativa. No domingo, o "olhar artializador" dirigiu o terceiro momento, realizado pela manhã. O Coletivo Meiofio realizou uma oficina a partir do conto "Infinita Fiandeira", de Mia Couto, quando os participantes foram convidados a confeccionarem, com fios vermelhos, teias tecidas de crochês e a instalarem as mesmas em pontos que julgassem relevantes nos percursos realizados no dia anterior. Estimulando o olhar, na escala do indivíduo, por meio das práticas artísticas. No quarto momento, denominado "o mapa dos olhares", os participantes dividiram-se em quatro pequenos grupos e elaboraram os mapas dos afetos, a partir das leituras coletivas do lugar. Mais do que um simples registro, a cartografia ali produzida consistiu uma reflexão coletiva que se desenvolveu a partir da sinergia do grupo.

[Texto de autoria de Catharina Lima (FAUUSP), Elaine Albuquerque (FAUUSP), Hulda Wehmann (FAUUSP) e Karina Leitão (FAUUSP)]



foto: Tatiane Reis



foto: Paula Vicente



foto: Tatiane Reis

objetivo geral

Elaborar uma cartografia da Vila de Paranapiacaba baseada na leitura compartilhada das percepções e afetos suscitados pela paisagem do lugar. Para tanto, buscou-se bases metodológicas que pudessem fazer frente à abertura de várias entradas perceptivas sobre uma mesma realidade.

objetivos específicos

(i) Sensibilizar os participantes da oficina para o papel da paisagem enquanto ambiente de vida no planejamento, em especial em áreas de interesse histórico e ambiental; (ii) Dar oportunidade à expressão das vozes locais, seus valores, afetos e memórias, em complementação às narrativas oficiais sobre a Vila de Paranapiacaba enquanto espaço de turismo e preservação; (iii) Propor metodologias de diálogo entre planejadores e moradores de um lugar, permitindo a troca de conhecimentos e a produção coletiva de cartografia sobre a Vila de Paranapiacaba.

local

Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Santo André

5

Coletivo
Caetés
FAU Social
Grupo de Construção Agroecológica FAU

A EXTENSÃO NA FAUUSP



A extensão, junto com ensino e pesquisa, é um dos três pilares da universidade. De acordo com o Artigo 3º do Regimento de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo (Resolução 5940/2011), “visa estender à sociedade suas atividades, indissociáveis do ensino e da pesquisa”. Ou seja, a extensão é o braço da universidade responsável pelo contato direto com a sociedade. No entanto, ainda que constitua seu tripé, a extensão é a base mais frágil da universidade, recebendo menos investimentos e recursos e ficando em um plano secundário em detrimento do ensino e da pesquisa. Nesse contexto, grupos ligados à universidade que se propõem a trabalhar diretamente com a sociedade enfrentam as mais diversas dificuldades. Ainda que em um cenário desfavorável, nos últimos cinco anos, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), iniciativas estudantis extensionistas vêm emergindo e colocando em pauta a importância da *práxis* na formação do arquiteto e urbanista e do designer. Inserem-se aí o Coletivo Caetés, a FAU Social e o Grupo de Construção Agroecológica. Este texto pretende ser uma reflexão conjunta desses três grupos sobre a Extensão Universitária, apresentando o cenário recente da FAUUSP. É fundamental destacar que as atuais atividades de Extensão Universitária da instituição não são algo homogêneo, pelo contrário, há diversos coletivos de extensão, de iniciativa estudantil ou não, que seguem as mais variadas linhas de ação. No entanto, quando os três grupos se reuniram para escrever este texto, ainda que com entendimentos distintos sobre a extensão, o que ficou evidente é que algumas dificuldades enfrentadas são comuns.

O primeiro ponto a ser considerado é a dificuldade em conceituar a Extensão Universitária. O tema está em constante construção e debate, visto que herda de diversas fontes seus modos de atuação, propósito, objetivos, valores e definições, carregando, portanto, uma certa subjetividade conceitual, que acaba por moldar as atuações de extensão em diversas formas, cada uma com sua peculiaridade organizacional, formal, conceitual, derivativa e interpretadora do acúmulo histórico que possa vir a conter. A primeira percepção de extensão que o estudante têm ao ingressar no curso pode variar de acordo com as oportunidades que se apresentam, em um espaço tão rico e ao mesmo tempo tão carente de recursos quanto a FAUUSP.

Tradicionalmente, projetos de extensão envolvem vínculo formal com um professor orientador, que submete o projeto a alguma agência financiadora, podendo ser a própria universidade, a fim de conseguir recursos para executá-lo. Os estudantes de graduação participantes não têm, de modo geral, autonomia, devendo respeitar a hierarquia professor-aluno. Outros projetos de extensão muitas vezes não são formalizados por esse sistema, e sim inseridos em alguma disciplina, onde os estudantes realizam uma tentativa de disciplina-extensão, com o ideal de interação real com o meio estudado, diálogo com a comunidade ou espaço onde o projeto será realizado, porém esbarrando no próprio caráter de disciplina, que, em geral, presume um exercício fictício e não materializável.

Visto essas duas propostas iniciais, grupos de estudantes autônomos, organizados nos denominados *coletivos*, tendem a se reunir no anseio de aplicar seus conhecimentos e desenvolver desde cedo o papel social do arquiteto e do designer, realizando projetos de forma voluntária, às vezes precarizada, dependendo em alguns momentos de sacrifício acadêmico e contando primordialmente com a determinação e sentimento de militância intrínsecas ao grupo. Ou seja, a responsabilidade social do estudante de universidade pública, que almeja fazer valer o investimento da sociedade na atuação social sobre o espaço público e nas camadas mais fragilizadas do espaço e da população, em muitos momentos se sobrepõe às adversidades. Esse anseio é caracterizado pelo reconhecimento da importância de aprender com o conhecimento popular do real espaço construído, na tentativa de romper com a reconhecida bolha acadêmica e trocar experiências nesse meio de trabalho, convivência e aprendizado.

De forma nenhuma, porém, os grupos de alunos que realizam extensão autonomamente ou voluntariamente esquecem da complicada realidade em que o ensino público se encontra, em situação de sucateamento por governos participantes de uma agenda privada, preocupada exclusivamente com situações técnico-administrativas, embebido na mais profunda burocracia da caricatura que se desenvolve no sistema público entregue a interesses que não envolvem a população, relevando, assim, o fato que a universidade pública precisa ter a educação, a qualidade do ensino e a infraestrutura necessárias como prioridade. A cobrança, a militância

traduzida em organização política, a pressão sobre a burocracia para investir na extensão como atividade formadora, democrática, popular e interligada com a sociedade jamais cessará, mesmo que os diversos grupos de extensão consigam eventualmente atuar com recursos escassos, por meio de valorosos sacrifícios pessoais.

Diferentemente da pesquisa, em que há variadas agências de financiamento, os editais mais acessíveis à extensão são os da própria universidade. Na USP, em 2016, o Programa Aprender com Cultura e Extensão, que fornecia bolsas de extensão a alunos da graduação, foi substituído pelo Programa Unificado de Bolsas (PUB), que integra a Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil. Ou seja, o único programa de subsídio à extensão da universidade foi unido com a permanência estudantil, medida que enfraquece os dois pontos e resulta no ingresso de estudantes em algum projeto de extensão não pelo interesse no projeto em si, mas por uma necessidade. Além disso, o PUB exige que o projeto seja submetido por um professor orientador. Assim, os projetos de iniciativa estudantil, para conseguirem auxílio da universidade, precisam recorrer a algum professor que aceite ajudar o grupo enviando o projeto, deixando a atividade do coletivo dependente da boa vontade de professores amigos.

Outra dificuldade enfrentada é o entrave que o curso de graduação pode vir a ser. Nos três primeiros anos, o estudante se depara com uma grade curricular praticamente lotada, podendo chegar até 40 créditos semestrais, o que resulta em 8 horas por dia de aula, somadas às várias

horas despendidas na realização dos trabalhos, seminários, estudo de conteúdo para provas, fora do horário de aula, dificultando a realização de um projeto de extensão. Assim, para participar de projetos de extensão, o aluno precisa trancar algumas disciplinas de sua grade ou trabalhar nos momentos de folga e descanso. É interessante ressaltar que a aproximação com a prática deveria ser prioridade na estrutura curricular dos cursos de arquitetura e urbanismo e design. No entanto, esse ponto acaba tendo pouca relevância em detrimento de uma extensa carga horária de disciplinas obrigatórias.

Uma questão também importante é o fato do pouco acúmulo de experiências de atividade de extensão na FAUUSP. Não que elas não tenham ocorrido; ocorreram, no entanto, não foram sistematizadas a fim de compartilhar as experiências com as gerações futuras. Assim, grupos extensionistas que surgem têm, de modo geral, poucas referências de experiências passadas e praticamente desconhecem coletivos de iniciativa estudantil que já atuaram na instituição. Este ponto evidencia como a extensão é tratada num segundo plano, distante da produção acadêmica que vai escrever artigos e publicações. Considerando isso, a seguir, apresenta-se experiências dos três coletivos autores deste texto.

Coletivo Caetés

O Caetés é um coletivo formado por estudantes de graduação de arquitetura e urbanismo da FAUUSP. Consolidou-se como coletivo no primeiro semestre

de 2016, quando a professora Karina Leitão reuniu um grupo de estudantes para trabalhar no projeto do Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Anteriormente, em 2015, alguns desses alunos participaram de uma roda de conversa sobre Escritórios Modelo com o Escritório Modelo Mosaico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, o Grupo de Construção Agroecológica da FAUUSP e as assessorias técnicas Usina e Peabiru. Dessa conversa, surgiu o interesse em constituir um grupo para atuar de forma prática e direta com a sociedade civil, vontade concretizada por meio do projeto na ENFF.

Com um pouco mais de um ano, o coletivo, que está em constante construção, busca atuar com organizações e movimentos sociais, em especial os de luta por terra e moradia, de forma horizontal, não impositiva, buscando sempre o diálogo e respeitando, assim, a autonomia dos grupos com os quais trabalhamos. Além disso, visa promover a formação coletiva, tanto de seus membros quanto de outros atores envolvidos com o grupo por meio dos projetos, espaços de debate e vivência. Nesse contexto, a função da arquitetura e urbanismo está em constante debate dentro do coletivo, que busca atuar fora da lógica mercadológica e excludente da área. Em constante debate também está o papel da universidade pública e sua relação com a sociedade.

Desde sua fundação, o coletivo atua com aproximadamente dez pessoas, organizadas em três subgrupos: Comunicação Interna, Comunicação Externa e Financeiro. Além disso,

dependendo da quantidade de projetos, há a organização por diferentes frentes de trabalho. O Caetés não possui nenhum professor orientador e não há processo seletivo para a entrada de novos membros. Quanto à seleção e periodicidade dos projetos, os dois pontos ocorrem de forma orgânica, não havendo um processo para seleção de projeto e nem um período estipulado para sua realização. Assim, os projetos chegam ao coletivo, de modo geral, por meio de seus integrantes ou pessoas que conhecem o grupo. Em seu primeiro ano, o coletivo atuou somente no projeto do Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro. No entanto, agora no início de seu segundo ano de atuação, o coletivo está trabalhando com a segunda etapa do Complexo Esportivo e com a elaboração do Plano de Massas do Assentamento Comuna da Terra Irmã Alberta, também do MST, localizado na Zona Norte do município de São Paulo.

Inicialmente, o coletivo não se propunha a atuar como Extensão Universitária, mas sim como um grupo aberto a pessoas com diferentes formações e graus de escolaridade. Entendia-se que a Extensão Universitária, sendo um dos pilares da universidade, tem um forte caráter

institucional e tradicionalmente a figura de um professor orientador, o que, respectivamente, afastaria possíveis membros sem ligação com a USP e criaria uma hierarquização na atuação do coletivo. Com o passar do tempo, o grupo foi espontaneamente se aproximando da Extensão Universitária, seja por ser formado somente por estudantes da USP, seja pela necessidade de se manter financeiramente e a bolsa de extensão da universidade ser uma das poucas opções de recurso. No entanto, pela dificuldade de entender o que é a Extensão Universitária, ainda temos dúvidas e incertezas quanto à nossa atuação como grupo de extensão: somos um grupo de Extensão Universitária popular? Somos um grupo autônomo que realiza Extensão Universitária? Grupos ligados à universidade e que atuam com qualquer setor da sociedade civil são de Extensão Universitária? A Extensão Universitária é uma iniciativa neoliberal ou contra-hegemônica dentro da universidade? Ainda que com mais dúvidas do que respostas concretas, o coletivo acredita que há a necessidade de fortalecer e reforçar a relação universidade-sociedade, necessidade que fica mais latente em um cenário de crise.

Construção de Arquibancada. Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro, ENFF, 2016



foto: Coletivo Caetés

Como dito anteriormente, o Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro foi o primeiro trabalho do coletivo. O projeto vem de uma demanda da ENFF – espaço de formação política do MST, localizado em Guararema, interior de São Paulo – por espaços para a prática esportiva dentro da escola. Tradicionalmente, os espaços da ENFF são providos de significados políticos e homenageiam figuras importantes para a esquerda brasileira. Assim, aliando esporte e política, o Complexo Esportivo homenageia o jogador de futebol Sócrates, figura importante pela politização do esporte por meio do movimento conhecido como Democracia Corinthiana.

O Complexo Esportivo abrange um campo de futebol, arquibancadas, vestiários, quadra de vôlei e um memorial em homenagem a Sócrates. O projeto foi dividido em duas etapas: na primeira, foram construídos o campo, a arquibancada e os vestiários; para a segunda etapa, estão previstos a quadra de vôlei e o memorial. Para a execução da primeira etapa, foi realizada uma campanha de financiamento coletivo pela Internet para a arrecadação dos recursos necessários. Para a execução da segunda etapa, também está previsto o lançamento de uma nova campanha de financiamento coletivo.

Inicialmente, o projeto seria realizado em somente uma etapa e o coletivo ficaria responsável por toda a execução. Com o decorrer do projeto e a pressão pela inauguração, a escola decidiu realizá-lo em duas etapas e dividiu o projeto com outros atores. Assim, na primeira etapa, o campo de futebol foi feito por uma empresa prestadora de serviços contratada e o vestiário, que teve o projeto original

Construção de Arquibancada.
Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro, ENFF, 2016



foto. Coletivo Caetés



Maquete Física.
Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro, ENFF, 2016

feito pelo Caetés, foi, para sua execução, modificado por uma engenheira civil também contratada pela escola. A arquibancada foi a única parte do projeto de total responsabilidade do coletivo.

Junto à ENFF, foi definido que a arquibancada deveria fugir da forma tradicional, sendo mais fluida e maleável e possibilitando, assim, que fosse utilizada também fora dos momentos de jogos no campo, como um espaço de vivência e estar da escola. Considerando esse ponto, o coletivo produziu alguns protótipos no Canteiro Experimental da FAUUSP, testando três diferentes

técnicas: banco de hiperadobe, banco com base de tijolo e tampo pré-moldado de concreto e terra armada, e banco de tijolo com tampo de concreto moldado *in loco*. Depois de uma conversa com a escola, definiu-se que a técnica utilizada seria a terceira.

A construção da arquibancada ocorreu em um formato de curso de construção oferecido a acampados, assentados e militantes do MST convidados pela Escola para o projeto. Durante aproximadamente um mês, essa brigada de construção ficou na escola sob supervisão do mestre de obras José Silva do Nascimento, que também orientou o coletivo na produção dos protótipos. Um dos principais objetivos do curso era unir a prática da construção com o desenho arquitetônico, compreendendo que essa união é uma ferramenta de emancipação ao não separar o pensar do executar. Assim, dentro do curso, além da prática da construção, houve oficinas para a

definição coletiva da implantação da arquibancada, oficinas de desenho e atividades que buscaram refletir sobre a hierarquização na construção civil.

Ao longo do projeto, o coletivo enfrentou diversos problemas, sendo uma das principais dificuldades a questão financeira. Em seu primeiro ano de atuação, o grupo não contou com nenhum auxílio vindo da universidade ou de qualquer outra fonte financiadora. Assim, os gastos advindos do projeto foram cobertos, de modo geral, pelos próprios membros, que, para isso, precisaram dividir o trabalho com outras atividades remuneradas, conciliando-as com o projeto e disciplinas da graduação. Além disso, o Complexo Esportivo ganhou uma expressão midiática grande, fato que pressionou a aceleração da execução do projeto em detrimento de um processo mais horizontal. Como resultado, a Escola contratou a empresa e a engenheira civil para realizarem, respectivamente, a execução do campo e dos vestiários de modo

Reunião Caetés e ENFF, 2016



foto. Coletivo Caetés

mais tradicional e algumas atividades previstas no curso de construção da arquibancada não ocorreram. Ainda mais, pela quantidade de trabalho demandado e falta de tempo, as atividades de formações teóricas do coletivo, que são parte prioritária para o grupo, ficaram em segundo plano e quase não ocorreram. Assim, o coletivo sentiu muitas vezes que o projeto havia se transformado somente em execução alienada de trabalho prático, sem uma colocação crítica da atuação do grupo. Esses pontos, em alguns momentos, trouxeram ao coletivo a dúvida se o projeto era Extensão Universitária com aproximação crítica da prática ou somente trabalho não remunerado.

Ainda assim, o projeto trouxe diversos aprendizados, sendo um dos maiores a vivência com a brigada de construção, que possibilitou trocas entre os membros do coletivo e assentados, acampados e militantes do MST de diferentes lugares do Brasil, com experiências de vida muito distintas dos alunos da FAUUSP. Além disso, o projeto proporcionou uma experiência de canteiro, aproximando os membros do coletivo da prática, o que, infelizmente, não é tão explorado dentro do curso de arquitetura e urbanismo. Ainda mais, o projeto exigiu dos membros do coletivo maturidade para lidar com os desafios, dificuldades e problemas enfrentados, tirando-nos da zona de conforto de projeto realizado dentro dos estúdios e sala de aula e nos levando à realidade.

FAU Social

A FAU Social é um coletivo de Extensão Universitária sem fins lucrativos, idealizado em junho de 2015 e inaugurado em janeiro de 2016 por alunos da FAUUSP, representando uma nova proposta de Extensão Universitária, dentre as várias possíveis, porém completamente autogerida. Seu modelo e estrutura refletem o modo como o grupo fundador observa uma possibilidade de extensão em formato de entidade, organizada, prática, autogerida e atuante. A entidade, composta exclusivamente por alunos matriculados na FAUUSP, atua em demandas reais de grupos da sociedade que não têm condições de acesso a serviços de arquitetura, urbanismo e design, e/ou que gerem impacto social positivo através da realização de atividades e projetos realizados diretamente em conjunto com a população, aplicando de fato o conhecimento aprendido em sala de aula e buscando integrar os conhecimentos acadêmico e popular.

Sua atuação é, acima de tudo, norteada por valores como responsabilidade social, comprometimento, sensibilidade, transparéncia, coletividade, criatividade, apartidarismo, construção conjunta e retribuição à sociedade do investimento realizado em cada um dos membros da entidade, uma vez que são todos alunos de uma universidade pública, se distanciando de qualquer ação assistencialista ao prezar pelo empoderamento das comunidades.

¹ FEA - Faculdade de Economia e Administração, Poli - Escola Politécnica, EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, e Sanfran - Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Equipe FAU Social, Praça Só Alegria, Jd. Jaqueline, 2016



A FAU Social é a quarta "Social" a ser criada de uma rede de Sociais pela USP que possuem estruturas básicas de organização semelhantes e que estão presentes, atualmente, em seis institutos da universidade. Elas são, por ordem de fundação: FEA Social, Poli Social, EACH Social, Sanca Social (Campus São Carlos) e Sanfran¹ Social (Faculdade de Direito), com interesse por parte de estudantes de outros institutos de fundarem novas Sociais.

Com relação à organização interna, a FAU Social, enquanto grupo de extensão autogerido, se estrutura de maneira horizontal e não hierárquica em seis áreas, cinco delas macroáreas administrativas e a área principal de projetos. As macroáreas administrativas são essenciais para a manutenção da entidade e gestão dos projetos, das pessoas, dos contatos externos e divulgação dos trabalhos da entidade. São as seguintes: Relações Públicas, Recursos Humanos, Eventos, Criação e Divulgação e Gestão de Recursos.

A macroárea de **Relações Públicas** é responsável pela comunicação externa da entidade, a representação nos diversos meios (internos e externos à FAU), e pela gestão dos documentos de referência da FAU Social, além do contato com os potenciais projetos, grupos parceiros e demais organizações com as quais possam trabalhar ou trocar experiências e conhecimentos.

A macroárea de **Recursos Humanos** é responsável por distribuir e acompanhar os membros da entidade nos projetos e macroáreas da entidade, realizar feedbacks internos, auxiliar na comunicação interna e atentar para que os valores e ideais da entidade sejam sempre observados. É responsável também por marcar, gerenciar e registrar Reuniões Gerais, além de organizar a chamada de novos membros.

A macroárea de **Eventos** é responsável por promover a integração interna dos membros, organizar eventos como rodas de conversa e palestras que abordam temas como ensino, arquitetura e urbanismo, design e projeto, além de eventos de interação com outras entidades e coletivos. Realiza também Ações Pontuais, que são atividades abertas de caráter social e voluntário de um ou dois dias, que abordam tarefas e discussões relacionadas à área de arquitetura, urbanismo e design distintas e independentes dos projetos semestrais.

A macroárea de **Criação e Divulgação** é responsável por realizar a produção gráfica necessária para a divulgação da entidade, pela gestão das mídias sociais e da identidade visual da entidade, além de realizar a formatação dos Relatórios Finais desenvolvidos pelos Grupos de Projeto a fim de constituir publicações físicas desses relatórios para serem disponibilizados para a Comunidade FAU e aos parceiros de Projeto.

A macroárea de **Gestão de Recursos** é responsável pela arrecadação, administração e orçamento interno dos recursos, sejam eles financeiros ou não, que são necessários para a manutenção mínima da entidade, tanto nos projetos quanto nas macroáreas. Dentre os principais usos do dinheiro arrecadado estão impressões, materiais, transporte dos membros e a realização de eventos internos, por isso a arrecadação se faz necessária, não obstante ser uma entidade sem fins lucrativos.

Outro aspecto organizacional importante é que a entidade conta com Reuniões Gerais como instâncias máximas de deliberação coletiva de temas que dizem respeito à entidade como um todo,

o que é essencial tendo em vista que a coletividade é um valor base para nossa atuação. É por meio dessas reuniões periódicas que a entidade está em constante renovação, seja a partir da construção conjunta de novas soluções, seja pelo debate e auto avaliação das ações realizadas, gerando sempre registros que podem ser consultados por quaisquer membros.

Além desses aspectos é importante destacar que a FAU Social foi criada com o intuito de sempre ser renovada, a fim de se perpetuar e consolidar ao longo do tempo. Dessa forma, para garantir essa renovação, bem como promover a pluralidade de opiniões e a legitimidade enquanto um coletivo da FAU, a entidade se propôs a realizar, desde seu início, chamadas anuais de novos membros, divulgando os processos de inscrição e agendando apresentações em horários viáveis para os estudantes interessados. Essa chamada de novos membros é constituída de duas etapas e visa identificar qual a motivação da pessoa que almeja integrar a entidade, assim como sua disponibilidade e comprometimento, além de garantir que a FAU Social consiga realizar projetos de qualidade, sem sobrecarregar os membros projetistas nem os deixar ociosos, o que pode levar à desmotivação.

Ainda nesse sentido, pode-se mencionar aqui desafios importantes com relação à gestão das pessoas e integração dos membros conforme o número de pessoas na entidade aumenta, de modo de que se busca sempre reiterar a importância de participar das reuniões gerais e eventos internos, momentos de formação não só sobre os assuntos da entidade como também de formação pessoal e estabelecimento de vínculos interpessoais.

No que se refere aos projetos, eles se dividem em 6 tipos, dentro do escopo de atuação da FAU Social. São eles:

Intervenções pontuais em locais que necessitem de reestruturação e revitalização em áreas de convívio social e lazer. Mediante a construção conjunta entre os integrantes da entidade e a população assistida pretende-se encontrar soluções adequadas às especificidades de cada local.

Mapeamento e levantamento, visando o reconhecimento e sistematização de dados locais que venham a instrumentalizar e empoderar populações no encaminhamento de processos legais.

Desenvolvimento de instrumentos de empoderamento da informação, como cartilhas informativas a respeito de técnicas construtivas, direitos civis, processos legais e seus pré-requisitos ou mecanismos de interação com o poder público, com base nas demandas específicas de cada grupo social.

Oficinas de desenvolvimento criativo das comunidades, de modo a apresentar a arte, a música e outros elementos culturais e lúdicos como forma de estímulo à criatividade das crianças, adultos e idosos. Envolve também trabalhos de artesanato, produção de mobiliário simples e outras atividades que integrem a comunidade.

Projetos de incentivo às relações de pertencimento e identificação com o lugar, mediante o resgate de memórias locais e a aproximação das questões sociais da região, como forma de estímulo à noção de direito ao espaço habitado.

Projetos de identidade visual, que venham a desenvolver a linguagem de instituições, entidades parceiras e demais grupos organizados que atuem em causas semelhantes.



Projeto Praça Só Alegria, Jd. Jaqueline, 2016

imagem. FAU Social

Café da manhã e discussão de projeto com moradores. Praça Só Alegria, Jd. Jaqueline, 2016



Para a realização dos projetos, é importante mencionar que os membros, muitas vezes, solicitam orientação dos docentes para pensar soluções, entender questões de ordem técnica das demandas ou mesmo buscar contatos ou referências para o projeto. No entanto, a FAU Social não é vinculada ou supervisionada diretamente por nenhum professor, embora esteja em constante diálogo com a Comissão de Cultura e Extensão Universitária da FAUUSP. A entidade visa trabalhar em atividades e projetos que não necessitem de responsabilidade técnica, porém quando ela é necessária, a entidade realiza parcerias com profissionais e desenvolve o projeto desde o início em conjunto com esse responsável.

Para a captação de propostas e escolha dos projetos, a FAU Social dá início ao processo de inscrição de projetos sempre ao fim de cada semestre, divulgando-o pelas mídias sociais. As propostas são recebidas pelo e-mail e a área de *Relações Públicas* agenda reuniões e visitas aos locais para a apresentação da entidade e entendimento das demandas do projeto proposto. Com isso, todas as propostas são fichadas e compiladas para uma reunião interna de apresentação para os

Praça Só Alegria, Jd. Jaqueline, após intervenção, 2016



membros, onde é feita a escolha dos projetos a serem desenvolvidos. Essa escolha é baseada em critérios pré-estabelecidos, como vulnerabilidade socioeconômica, urgência temporal, número de pessoas alcançadas pelo projeto, compatibilidade com o calendário da entidade, entre outras.

Sendo assim, dado que o número médio de membros por grupo de projeto é de 8 a 10 pessoas, no primeiro ano de atuação a entidade realizou 3 projetos simultâneos em cada semestre (sendo um deles renovado para o segundo semestre), conseguindo ampliar o número de projetos semestrais para 4 no primeiro semestre de 2017, quando passou a contar com 52 membros. Assim, a FAU Social realizou, desde sua fundação, 9 projetos, além de um projeto piloto no início de sua atuação.

Os projetos realizados foram oportunidades ótimas de aplicação dos conhecimentos em prol de demandas reais e contribuíram muito para que os membros desenvolvessem, ao longo dos projetos, a sensibilidade no modo de lidar com diferentes contextos e com a complexidade das dinâmicas e agentes, bem como as diversas variáveis que condicionam o projeto e sua execução.

Nesse sentido podemos mencionar desde os projetos realizados de maior escala, como o projeto da praça na comunidade do Jardim Jaqueline, a regularização fundiária de uma quadra em processo de usucapião em Paraisópolis e o projeto de revitalização dos espaços internos do Pronto Socorro da Lapa, até aqueles de escala mais reduzida, como os projetos de identidade visual, projeto piloto do Cursinho Popular da EACH-USP e de identidade visual da Semana da Educação

da Faculdade de Educação da USP (FE-USP), passando pelos projetos de escala intermediária, como a revitalização do pátio da sede do Projeto Missionário Vila Capriotti, em Carapicuíba, o plano de reforma da Casa do Estudante da Faculdade de Direito da USP, entre outros, que podem ser conferidos na página da entidade (<https://pt-br.facebook.com/fausocial/>). Em todos eles, em diferentes níveis, se mostrou necessário um esforço de compreender as demandas trazidas pelas pessoas e estudar métodos de elaboração de projetos participativos, a fim de propor soluções que realmente façam sentido para determinado contexto.

Grupo de Construção Agroecológica

O *Grupo de Construção Agroecológica* teve início a partir de uma iniciativa estudantil autônoma no fim do ano de 2013 sob o cenário de total esvaziamento da pauta da extensão na FAU. O resgate da discussão e atuação estudantil na extensão se deu a partir da articulação entre cursos da USP e o MST.

Tínhamos não só um cenário de esvaziamento, mas também de falta de acúmulos para a construção de novas iniciativas (apesar de já terem existido diversos coletivos na FAU), portanto recorremos a estruturas e organizações que tinham o debate em um nível mais avançado, sendo elas o Escritório Piloto (EP) da Escola Politécnica com o setor de Agroecologia e o GT de Movimentos Sociais do CEGE USP (Centro de Estudos Geográficos), para assim nos inserirmos em ações que debatem e tem como horizonte a autogestão em organizações e a autonomia estudantil.

Desde o começo, uma das premissas do coletivo é a de atuar com movimentos sociais e entidades organizadas, pois nós, como agentes externos, não nos vemos em pé de compartilhar estímulos e anseios de classe para iniciar uma organização e sim, a partir das nossas diferenças, formar quadros com pessoas organizadas que possam avançar na correlação de forças e na reivindicação de seus direitos.

Outro elemento que também nos reuniu foi a falta de conhecimento prático e teórico sobre as relações de trabalho e de poder no canteiro de obras da construção civil convencional, por mais que o debate já tenha existido na FAU, ele é sempre deixado de lado e evocado em breves citações em sala de aula. Daí que felizmente uma das pessoas que ajudou a estruturar o grupo foi o Chico Barros, arquiteto e pesquisador da área que tem um diálogo constante com o MST e uma leitura afinada do ensino de arquitetura e urbanismo.

A fuga de soluções convencionais para a construção foi o que nos fez debruçar sobre a temática da Agroecologia, a qual traz às claras saberes populares e tradicionais reafirmando a cultura local frente ao avanço da homogeneização de técnicas hegemônicas, as quais tem suas bases na exploração e capitalização dos recursos naturais e humanos.

Em sua grande parte, as nossas reflexões recaíam sobre as contradições de como é o ensino de arquitetura e urbanismo e para quem serve, bem como o distanciamento que criamos sobre a grande massa de trabalhadoras e trabalhadores, os quais muitas vezes não passam de meros objetos

de estudos para pesquisas acadêmicas. Para nos embasar, recorremos a alguns teóricos que nos ajudaram a fundamentar a ação, sendo dois deles o educador Paulo Freire e o arquiteto Sérgio Ferro.

Inicialmente atuamos em duas ações, que se estenderam por todo o ano de 2014, de forma quase simultânea: a ocupação urbana do MST, em Itapevi, e a construção da casa Frida Kahlo, na Escola Nacional Florestan Fernandes. A primeira surgiu a partir da necessidade de massificação dessa nova frente de luta do movimento, que são as ocupações urbanas. Já a segunda a partir de uma demanda para reformar a Casa das Artes da ENFF a partir de uma pequena verba que eles conseguiram.

Ocupação Itapevi

A ocupação de Itapevi nos propiciou primeiramente um contato mais intenso com as bases do movimento e um alinhamento com entidades estudantis autogeridas. Nos inserimos num contexto de pré-despejo e uma nova ocupação. Nós, junto com alunos da Poli, elaboramos duas oficinas pontuais, a primeira da construção de um banheiro seco, trazendo para a comunidade questões referentes ao impacto ambiental do assentamento humano sem infraestrutura e outra oficina de construção de barraco para as mulheres, trazendo questões para elas sobre como a dominação da técnica pelos homens determinava o desenho da ocupação e afirmava vícios de gênero.

As oficinas citadas acima, além de trazer a reflexão ambiental e de gênero, foram fundamentais num segundo momento, onde participamos ativamente da nova ocupação do movimento, construindo conjuntamente o desenho da ocupação, construção do barracão coletivo, dos barracos e dos banheiros secos. O fim dos trabalhos se deu com um despejo truculento pela polícia civil de Itapevi, consequentemente desgastando a união política das famílias. Ainda houve um acompanhamento das famílias realocadas, mas era o fim de um ciclo de lutas pelo direito à terra em Itapevi.

Casa Frida Kahlo

No trabalho na ENFF pudemos nos debruçar quase que exclusivamente à uma vivência no canteiro de obras, onde optou-se por construir uma cobertura de bambu mossô e sapê para a estrutura já existente. Esse período que vivenciamos lá nos fez refletir sobre as relações de trabalho no canteiro e as conversas de canto com os trabalhadores nos fazer pensar sobre como o arquiteto, tradicionalmente, é a personificação do “não-diálogo” e do ser alienado ao canteiro.

Visita à casa de morador do Assent. D. Pedro Casaldáliga, Cajamar, 2015



A escolha de materiais não convencionais como o bambu e o sapê também entendemos como um posicionamento político, visto que o domínio da técnica por trabalhadores tradicionais revertia a lógica de exploração a qual muitas vezes é ferramenta para um regime quase escravista na construção civil. Pegando o exemplo do seu Gilberto, mestre do sapê, além da aula excepcional sobre como trabalhar com o material, ele exaltava o papel do artesão tradicional. Outro ponto interessante a salientar é que a solução para a estrutura do telhado foi feita *in-loco* pelo mestre bambuzeiro Eliézio, não se submetendo ao “ traço divino” do arquiteto projetista.

Assentamento Rural Dom Pedro Casaldáliga

Projeto de Reforma das Casas

A inserção no assentamento não se iniciou com um trabalho do grupo em si, mas por uma série de atividades que o EP da Poli promovia para melhorias da infraestrutura local e fortalecimento das entidades comunitárias. Portanto, o grupo teve um período de reconhecimento e familiarização que demorou mais de um ano para acontecer e, nesse período, sempre houve a sensibilidade de afirmar as diferenças e de nos apresentar não como integrantes mas como aliados ao movimento, também às pautas da reforma agrária e agroecologia.

A partir de uma demanda local de reformar as casas no assentamento, concluímos em conjunto com a comunidade que havia um horizonte real



Projeto Bambuzeiras, Assentamento Rural Dom Pedro Casaldáliga 2017

de acesso à verba via o Programa Nacional de Habitação Rural pelo Minha Casa Minha Vida através da Entidade Organizadora. Então dividimos os trabalhos técnicos em etapas: a primeira consistia em uma ida de casa em casa para saber do real interesse das famílias no projeto e uma aproximação do coletivo às particularidades e dinâmicas da casa; num segundo momento foi feito o *as built* e diagnóstico de patologias para ter um panorama geral e traçar prioridades coletivas; o terceiro momento consistiu em digitalizar e identificar apontamentos levantados in loco.

Após esse terceiro momento houve uma mudança no cenário das políticas públicas de habitação no governo federal, as quais não eram nem um pouco positivas para a nossa situação. Por conta disso empacamos em questões burocráticas com o corpo técnico da Caixa Econômica Federal para a liberação dos recursos para a reforma

Projeto Bambuzeiras

O último projeto que estamos fazendo em conjunto com o assentamento é fruto de uma parceria entre o GCA, MST e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP. O projeto foi concebido na forma de curso exclusivo para as assentadas, além das questões técnicas sobre manejo e beneficiamento da matéria prima bambu, o curso trás no fronte questões sobre gênero, raça e classe, tratadas no momento do curso e também através de dinâmicas.

O papel do nosso coletivo nessa construção conjunta não se restringe somente às questões técnicas de como operar com o bambu, mas de como esse insumo técnico pode viabilizar um suprimento de necessidades de objetos e móveis nos lotes além de uma alternativa para um acréscimo na renda familiar. Outra questão que sempre pautamos é a socialização e a desmistificação do ato de projetar e executar, numa tentativa constante de estimular a noção do desenho não como uma ferramenta de dominação, mas como uma ferramenta racional e efetiva de projeto.

Praça Mirante

Em contato com o grupo Música de Bairro, que realiza projeto de formação musical na região do Bairro Vila Mirante em Pirituba, fomos apresentados à ideia de construir um mobiliário para uma praça, onde está localizada a sede do grupo Música de Bairro. Havia uma necessidade de revitalizar o local e construir um mobiliário que possibilitasse as aulas de música em ambiente externo e que também fosse um espaço para apresentações musicais e um local de encontro para os moradores.

Em conjunto com o grupo Música de Bairro, o Grupo de Construção Agroecológica realizou oficinas de ideias para a idealização do projeto. Unindo as necessidade do grupo que trabalha no local e a opinião de projeto e viabilidades do Grupo de Construção, foi desenhado um projeto de arquibancadas e palco, uma espécie de arena em pequena escala. A técnica utilizada para a construção precisava ser de baixo custo



e facilmente executável pelos integrantes dos dois grupos, bem como pelos moradores que se interessassem pelo trabalho. Foi escolhida a técnica do superadobe que consiste na sobreposição de sacos cheios de terra, travados por arame farpado e depois pilados. Após esse processo, os sacos são queimados e é feito o piso de concreto sobre as áreas que receberão carga direta das pessoas. Por fim, é feito um acabamento nas superfícies verticais com uma mistura de terra, areia, cimento e água. O grupo aplicou ainda sobre esse acabamento pequenos pedaços de azulejos com cores.

Foi uma experiência recíproca, na qual todos os envolvidos puderam participar e aprender algo. Ao longo de quatro encontros em finais de semana consecutivos, reunimos pessoas dos dois grupos e, principalmente, moradores de diversas idades. Trabalhamos em diferentes frentes para viabilizar o que estava sendo proposto: preparação do canteiro de obras, construção do mobiliário, brincadeiras

com crianças, limpeza da praça, produção de uma espiral de ervas comunitária, registro fotográfico e escrito e a preparação dos lanches para os participantes. Terminadas as atividades, o grupo Música de Bairro organizou a inauguração da praça com apresentações musicais de alunos e moradores e um lanche coletivo. Foi um dia especial, estavam todos alegres com o novo espaço no bairro.

Após um ano da construção foram observados alguns problemas no revestimento lateral das arquibancadas. A água da chuva acabou degradando parte desse revestimento já que o piso dos patamares foi executado sem pingadeiras. O Grupo de Construção, em conjunto com o Música de Bairro está organizando para o início de setembro (setembro de 2017) uma restauração do mobiliário nos pontos mais essenciais. Dessa vez, será feito um reforço no revestimento, incluindo uma primeira camada com folhas secas e tela de galinheiro e uma segunda camada de acabamento final.

Inauguração da Praça Mirante Cultural em parceria com o Coletivo Música de Bairro, Pirituba, 2016



foto. GCA

Considerações Finais

Contemplados os três coletivos, explicita-se também a necessidade de integração e interlocução contínua entre os grupos e todas as formas de extensão, dado o vasto potencial de atuação e o caráter complementar que cada modelo tem, um sobre o outro. Destaca-se de forma felicitante que este artigo foi justamente uma ótima oportunidade inicial de integração entre os coletivos, levando-nos a dialogar e conhecer melhor as peculiaridades de cada grupo.

Outra afirmação que deve ser feita é o fato dos estudantes sofrerem críticas ao realizarem manifestações políticas e mobilizações da categoria estudantil, como greves e atos em torno de pautas latentes do movimento estudantil, como a democratização e manutenção do ensino público, a instauração das cotas na universidade e em cada faculdade, a adequação da grade curricular para evitar a tradicional sobrecarga e excesso de estresse que os estudantes passam; porém, estes mesmos estudantes são elogiados pela atuação nos coletivos de extensão, principalmente os projetos que ganham por ventura algum espaço na pequena mídia universitária, sem saber que

estes mesmos estudantes realizam tanto a militância quanto a extensão, e que sem militância não há extensão que não seja precarizada. Almeja-se seguir obtendo vitórias no sentido da democratização, visto que jamais se deve esquecer que as conquistas obtidas até o momento na direção de um ensino mais inclusivo e democrático parte da iniciativa estudantil, que pressiona a burocracia com muita luta. Deve-se lembrar disto visto que a burocracia tende a tomar para si os louros das vitórias do movimento estudantil.

Neste cenário, é possível concluir que as adversidades dos coletivos de extensão, refletida nas dificuldades do próprio movimento estudantil, acabam por gerar experiências interessantes como as aqui destacadas. Portanto, deixa-se a reflexão: se, em situação de precarização da Extensão Universitária, a riqueza e importância dos projetos realizados pelos coletivos já se destaca, deve-se almejar com clareza que essas atividades recebam o fomento que lhes é tão necessário, pois certamente os resultados apresentados serão afirmativamente cada vez mais significantes, tanto para a sociedade, quanto para a formação cidadã dos estudantes de arquitetura, urbanismo e design da FAUUSP.

6 /

Coletivo LabLaje

A EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO:
CONSTRUÇÃO DE DIALOGO ENTRE FAPELA E ACADEMIA



No tripé em que se baseia a academia – ensino, pesquisa e extensão – se destaca, na extensão, o potencial de proximidade, de aplicação prática e experimentação em contextos reais e junto à sociedade civil.

Apesar de ser reconhecidamente a parte mais fragilizada deste tripé, com muitos desafios a ultrapassar – tais como a necessidade de tempo de dedicação consagrado para professores e alunos, reduzidos apoios e recursos, e por vezes imposições burocráticas difíceis de contornar –, ainda é na extensão que a comunidade acadêmica encontra, na maioria das formações, a possibilidade de experimentação dos conhecimentos adquiridos, das técnicas e ferramentas, além da aproximação com a realidade social a qual a formação acadêmica por vezes negligencia. Por isso, experiências de extensão estão muitas vezes relacionadas com práticas de engajamento e militância, que em troca devolvem sentimentos de concretização e realização (mesmo e apesar das frustrações da realidade), o que potencializa a vontade e motivação do aluno e professor participante.

A extensão, pelo menos no ensino público, deveria ser prática obrigatória, de forma a aproximar e sobretudo devolver um investimento público. Através da extensão, alunos e professores podem concretizar e colmatar demandas, sobretudo para populações com menor acesso a determinadas técnicas ou técnicos. A extensão pode assim ser encarada como a forma de contribuição direta da academia para a sociedade como um todo.

Práticas e grupos de extensão são comuns em cursos de graduação, sob a orientação de um professor, ou por iniciativa dos próprios estudantes, que, no caso, se responsabilizam pelos compromissos e por integrar novos elementos do grupo, de forma a garantir a continuidade dos projetos. Estes projetos são habitualmente complementares às disciplinas ou muitas vezes instigadas por elas. Em algumas instituições, desde que demonstrado tempo de dedicação, projetos e experiências de extensão, complementam a carga curricular.

Nas práticas de extensão, o aluno de graduação, em formação para se tornar profissional de determinada área, encontra um espaço de experimentação, sem a pressão do erro ou do acerto, e do qual não depende a sua *performance* para se graduar ou não. Partimos obviamente do princípio que qualquer projeto, sobretudo se relacionado com outros agentes da sociedade civil, depreende compromisso, disponibilidade, dedicação. Ainda assim, se os alunos em graduação devem ter essa responsabilidade assumida, não lhes deve ser exigido aquela que se presume de determinado profissional ou técnico formado da área. O aluno em extensão continua a ser aluno, e em processo de aprendizado.

Na pós-graduação o espaço para a extensão aparece de outras formas. Falamos de alunos que já são formados em alguma área e que normalmente já detém alguma experiência profissional, ou estão aptos para ela a partir do momento que estão formados. A pós-graduação *stricto sensu*, ainda que em muitos casos seja exigida como atividade integral, é, na maioria das

vezes, desenvolvida por pessoas que já realizam alguma atividade, técnica ou de pesquisa, e a pós-graduação aparece como atividade complementar, uma forma de especialização sobre determinado assunto, inclusive, aquele da atividade principal desenvolvida. Ao aluno de pós-graduação é exigida a pesquisa, para além do aprendizado pelo ensino, que se concretiza em teses ou dissertações e outros produtos de pesquisa, e que garantem o sucesso da concretização. A extensão pode surgir, e surge, na maioria dos casos, por iniciativas individuais onde o aluno tem a pretensão de desenvolver alguma atividade mais prática dentro da sua própria pesquisa. Algumas vezes, o aluno pode integrar algum grupo já formado de extensão, ou, o que é mais comum, algum grupo ou projeto de pesquisa, e dessa forma realizar extensão.

Dificilmente encontramos espaço e projetos de extensão direcionados e pensados para a especificidade do grupo de alunos da pós-graduação, com alunos já com algum conhecimento e experiência técnica acumulada, passíveis de executar e desenvolver atividades de responsabilidade técnica.

A reflexão sobre a extensão na pós-graduação levanta alguns questionamentos para além dos colocados na graduação. Como pode, ou deve, um aluno ainda em formação, mesmo que na pós-graduação, se responsabilizar por determinado projeto? Quais são os alcances e limites do

compromisso e responsabilidade assumidos por um aluno de pós-graduação na extensão? Como pode e deve ser reforçado o tripé ensino-pesquisa-extensão na pós-graduação? E qual deve ser a contribuição de um aluno de pós-graduação, técnico já formado em alguma disciplina, para a sociedade como um todo?

Estas e outras questões estão longe de serem amplamente debatidas e respondidas. Precisamos de maior reflexão e contribuições sobre a extensão nos diferentes cursos e formações, e para os diferentes públicos (docentes e discentes da graduação e pós-graduação), para amadurecermos o entendimento sobre tais práticas e seus alcances e limitações.

Em 2016, um grupo de alunos de pós-graduação da FAUUSP, instigado pelos interesses individuais de pesquisa sob a mesma temática – regiões urbanas periféricas, assentamentos informais, favelas, periferias urbanas pobres e precárias – começou a discutir a possibilidade de extrapolação de seus trabalhos para além do ensino e da pesquisa. O grupo, multidisciplinar (originalmente composto por arquitetos e urbanistas, em seguida incorporou um advogado e um geógrafo), inquietou-se pela lacuna do tema favelas no ensino superior, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e se organizou no que consequentemente se tornou o coletivo **LabLaje**¹.

¹ O LabLaje é um coletivo multidisciplinar composto por arquitetos, advogados e geógrafos que têm estudado e militado no tema da urbanização de favelas em suas pesquisas acadêmicas e também na prática profissional. O coletivo tem atuado no campo da formação e reflexão acadêmicas buscando a desalienação da agenda sobre favelas. Fazem parte do coletivo Felipe Moreira, Henrique Frota, Lara Ferreira, Paula Oliveira, Rodrigo Faria, Victor Iacovini e Vitor Nisida (in <https://www.lablaje.org/>).

Para nós, pensar e refletir sobre a ação em favelas² deve ser encarado como parte essencial de diversas formações, reconhecendo-as como uma parte importante das cidades, onde mora uma grande parcela da população brasileira. Defendemos a compreensão e posterior atuação em áreas de favela entendendo-as como parte determinantes das cidades, onde deve ser reconhecida a inacessibilidade a muitos direitos, sobretudo ao da moradia digna, ao mesmo tempo em que deve ser reconhecido o direito de permanência e o direito à cidade, desde que em condições dignas. Favelas, assim como toda a cidade, são o reflexo da estrutura sobre o qual assenta a sociedade brasileira e que, de certa forma, pode ser reconhecida em países com estruturas semelhantes.

A complexidade e urgência do tema demandam que ele seja abordado e discutido de maneira integrada, em suas diferentes dimensões, pelos vários campos profissionais. Assim, é de responsabilidade das universidades brasileiras que suas diferentes iniciativas de ensino, pesquisa e extensão contribuam para a produção de conhecimento científico e para a formação de profissionais sensíveis e capacitados para atuar de forma comprometida com a transformação dessa realidade. No entanto, esse compromisso não tem sido assumido pelas diferentes instituições do âmbito acadêmico, nem mesmo por aqueles

cursos de graduação cujo objeto está diretamente relacionado à cidade e suas diversas dimensões, sociais, jurídicas, econômicas e espaciais.

Em cursos como arquitetura e urbanismo, ciências sociais, direito, economia, geografia, dentre outros, temas como a favela – cruciais para a formação de profissionais que se propõe discutir criticamente, planejar e intervir na cidade – sequer compõem o currículo básico obrigatório da graduação. As poucas disciplinas que tratam do tema, geralmente, se concentram nos cursos de pós-graduação ou integram o currículo de disciplinas optativas de algumas graduações, o que limita muito as possibilidades de se problematizar as favelas durante a formação desses profissionais.

O LabLaje surge então da necessidade de extravasar esses conhecimentos e entendimentos para além das pesquisas individuais dos seus integrantes, da potencialidade da troca com outros pesquisadores e técnicos, movimentos sociais e demais militantes, mas, sobretudo, com o potencial de compartilhar tais reflexões e entendimentos com alunos de graduação, os quais, nos seus cursos, dificilmente têm acesso à bibliografia, a exemplos de programas e projetos, técnicas e ferramentas de análise e intervenção em favelas.

Reconhecemos na universidade, sobretudo na pública, o espaço do pensamento crítico por excelência. Lugar potencial de criação e contribuição para a sociedade no que diz respeito à reflexão e análise, mas também à inovação e superação de paradigmas. Dentro da lógica de uma sociedade produtivista, a academia tem-se manifestado muitas vezes aquém nesse papel questionador e até mesmo inovador, regrado por procedimentos burocráticos, institucionais e de limitações orçamentárias.

O trabalho de alguns laboratórios de pesquisa e grupos de Extensão Universitária na FAUUSP, apesar de restrito a poucas iniciativas, deve certamente ser celebrado. Assim como as pesquisas que se desenvolvem no âmbito do programa de pós-graduação, que abordam e problematizam as favelas através de diversas perspectivas e dimensões, que vão desde a produção cotidiana do espaço, até a escala

nacional das políticas públicas voltadas a esses territórios, passando também pelo próprio papel militante de arquitetas e arquitetos urbanistas na complexa e desafiadora tarefa de trabalhar com a intervenção em assentamentos precários.

Entretanto, também é importante reconhecer que existe um indesejável, mas constante, afastamento e desarticulação entre o que produzem as pesquisas de mestrado e doutorado e as ações de ensino e extensão promovidas pela graduação, principal responsável pela formação dos futuros profissionais da área.

Procuramos, através da primeira iniciativa do coletivo, a I Oficina Favelas³, contrapor essa realidade, ampliar e divulgar as iniciativas que já o fazem, mas, acima de tudo, expandir para um público interessado e com dificuldade de acesso ao ensino, o diálogo e a reflexão sobre favelas.

I Oficina Favelas. Seminário Teórico, 2016



² Para o coletivo LabLaje o termo ‘favelas’ é representativo de uma identidade de diferentes lugares que têm em comum alguma irregularidade estrutural e/ou infra-estrutural. Falamos de assentamentos informais, como são entendidos pelo Ministério das Cidades, mas defendemos o uso da palavra favela, pela sua representação simbólica e cultural e reivindicação de espaços reais. Referimo-nos ao termo no plural, favelas, pois sabemos a que a informalidade e até a precariedade da moradia se revela de diversas formas em muitos lugares diferentes. Nesta designação comum, procuramos manter a diversidade dos lugares e de suas comunidades.

³ A I Oficina Favelas foi um evento organizado pelo LabLaje, direcionado para alunos de graduação multidisciplinares, mas aberto a técnicos, moradores, agentes públicos e privados e pesquisadores para a troca de experiências, pesquisas, práticas, dúvidas e inquietações sobre a atuação em favelas. O evento teve uma componente prática e outra teórica e foi realizado entre os dias 20 a 29 de julho de 2016 em São Paulo. Para saber mais acesse: <https://www.lablaje.org/ioficinafavelas>

I Oficina Favelas

roda de conversa Jd. Jaqueline, 2016



I Oficina Favelas. Oficina prática, 2016

Nossa pretensão foi a de compartilhar através de metodologias de ensino, embasadas nas nossas e demais pesquisas, uma oportunidade de aproximação teórica com implementação ou exercitação prática. Se não aspirávamos uma atividade ou projeto de extensão, tal acabou por acontecer de certa forma na oficina prática, através dos trabalhos desenvolvidos em grupo, pelos alunos de graduação participantes, junto da/e com a comunidade, sobre as questões identificadas e desenvolvidas por eles mesmos.

Dessa iniciativa não resultaram produtos concretos ou materializados na favela Jardim Jaqueline. Não era essa a pretensão. Nossa propósito era a criação de espaço de reflexão e pensamento crítico sobre

favelas e seus contextos, mais especificamente sobre o Jardim Jaqueline; e sobre intervenções nesses espaços que não legitimem a precariedade do lugar e não sejam colonizadoras na sua forma de atuação⁴. Esse objetivo foi alcançado ainda com a contribuição e em diálogo com líderes comunitários e moradores do Jardim Jaqueline.

Tivemos ainda o cuidado de selecionar uma favela onde já houvesse alguma relação e/ou trabalho desenvolvido pela faculdade, no caso, a FAU Social⁵, junto com a Associação de Moradores, e que, através da atividade, possibilitasse o amadurecimento dessas relações entre comunidade da favela e academia, ou potencializasse outras iniciativas e projetos.

⁴ Caracterização dos técnicos militantes e a sua forma de atuar em favelas feita pela professora Karina Leitão, durante a sua apresentação oral na I Oficina Favelas, organizada pelo LabLaje em 2016 (ver nota 3).

⁵ Ver capítulo "A Extensão na FAUUSP" neste livro.

Como resultados além dos esperados, podemos assinalar que a partir da I Oficina Favelas o grupo de participantes e organizadores manteve-se ativo na troca de conhecimentos, curiosidades e eventos sobre favelas. Houve o reforço da atuação dos grupos da academia já atuantes dentro da favela e, ainda, o reconhecimento por parte dos moradores da importância de ações continuadas e instigadoras da academia dentro da comunidade, desde que respeitosas com os moradores e suas vontades. Para além desses resultados mais diretos, o coletivo LabLaje recebeu demandas de outras instituições e outras cidades para a realização de eventos semelhantes.

O sucesso do evento, considerando-se os que podemos considerar pelos resultados acima descritos e também pelo grande número de inscritos e interessados (com 315 inscritos e 150 participantes do seminário teórico), demonstrou a pertinência e importância do tema e reafirmou a necessidade de oferta de momentos de estudo e debate sobre as favelas para o público em geral e sobretudo das universidades.

Em 2017, o LabLaje, em parceria com o professor Jonathas Magalhães Silva (FAU PUCCAMP), foi convidado a organizar uma das Oficinas de Práticas Urbanas disponibilizadas para os participantes do XVII ENANPUR, a Oficina 6 – *Urbanização de Favelas: Jardim Jaqueline*.

As Oficinas de Práticas Urbanas, tal como a Sessão Temática 11 – *A Extensão Universitária como Perspectiva de Atuação Social e Pedagógica para além da sala de aula*, foram novidades introduzidas pela organização da XVII ENANPUR e propuseram uma componente mais prática ao evento. Com as Oficinas, os participantes puderam conhecer e experienciar alguma das temáticas propostas relacionadas com a realidade paulista. Na Sessão Temática 11, o evento abriu-se à discussão sobre esta terceira “parte” da academia, a extensão. Nesse âmbito, houve um grande número de trabalhos submetidos e selecionados, e a possibilidade de apresentação, divulgação e discussão sobre práticas e projetos realizados em todo o país.



Oficina ANPUR. Viela Jd. Jaqueline, 2017

foto Felipe Moreira

Procurando a relação com esta proposta e reforçando a favela como nosso tema de interesse, o LabLaje organizou um programa de dois dias de Oficina, direcionado para o público habitualmente participante do eventos, pesquisadores e professores de diversas universidades do país. Assim, na Oficina 6, foi proposto como tema central “Academia na favela, favela na academia”, que incluiu um dia de visita ao Jardim Jaqueline acompanhado dos moradores e líderes comunitários, encerrado com uma conversa entre esses e os participantes, focado na perspectiva dos moradores sobre as atividades da academia dentro da comunidade. No segundo dia, apenas com os participantes do evento, se discutiu e refletiu sobre as atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão em favelas. Os participantes puderam compartilhar projetos e experiências de seus centros de pesquisa de origem e conversar sobre seus limites e dificuldades, avanços e conquistas. Procurou-se uma partilha de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão sobre favela nos diferentes centros. Nesta partilha foi evidente um déficit do tema no ensino, maior recorrência na pesquisa, e algumas iniciativas de extensão que se demonstraram relevantes para o conhecimento e aproximação da comunidade acadêmica sobre a realidade de cada cidade.

Desta atividade surgiram alguns questionamentos e reflexões recorrentes em mais de uma cidade ou centro de pesquisa. Destacamos alguns: as dificuldades impostas por limitações orçamentárias e/ou burocráticas colocadas em atividades de extensão; a necessidade de pesquisas de campo e aproximadas dos contextos, principalmente quando falamos de favelas, para a desconstrução



Oficina ANPUR. Viela Jd. Jaqueline, 2017

de paradigmas muitas vezes pré-estabelecidos; e, ainda, o cuidado necessário para que pesquisas e projetos evitem posturas colonizadoras e recorram à favela e suas comunidades apenas de forma unilateral, desconsiderando a troca de conhecimentos e os saberes não formais e não acadêmicos, e “esquecendo” as necessidades e direito de devolução das pesquisas produzidas, assim como a importância de empoderamento do conhecimento acumulado sobre determinada comunidade, pelos próprios moradores.

Oficina ANPUR. Viela Jd. Jaqueline, 2017



foto. Felipe Moreira

7

João Rovatti
Caio Santo Amore
Regina Lins

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO XVII ENANPUR



A Extensão Universitária é uma “novidade” em mais de três décadas de encontros da ANPUR. É claro que o tema foi ali discutido outras vezes, mas isso ocorreu de maneira muito pontual. No XVII ENANPUR o assunto, pela primeira vez, “mereceu” uma Sessão Temática, a ST-11, **A Extensão Universitária como perspectiva de atuação social e pedagógica para além da sala de aula.**

Nesse capítulo comentaremos de maneira sucinta os trabalhos apresentados nessa Sessão Temática pioneira. E desde logo pedimos desculpas ao leitor mais acostumado ao debate dos temas relativos à extensão, pois, a estes, algumas questões aqui apontadas poderão parecer “obviedades superadas”. Acontece que nossa reflexão não se refere à extensão de um modo geral, mas à maneira como ela apareceu na primeira Sessão Temática dedicada especificamente ao assunto em um ENANPUR. E, se parece-nos pertinente falar de obviedades, é porque o ENANPUR pode e deve contribuir para o entendimento do *lugar* hoje ocupado pela extensão na instituição universitária: um “puxadinho” da “casa-grande” da pesquisa e do ensino?

Os trabalhos da ST-11

A Sessão recebeu 46 trabalhos, entre os quais foram selecionados 26. O Comitê Científico naturalmente avaliou os artigos por sua qualidade e relevância, mas, com uma leitura atenta para a diversidade disciplinar, institucional e das temáticas que, entre outras 10 sessões, foram dirigidas justamente à sessão dedicada à extensão.

Na seleção e no diálogo que ocorreu entre os autores desse texto (que compuseram o Comitê Científico da ST-11), houve, portanto, um esforço para valorizar essa diversidade. Uma diversidade que se desdobrou também na composição das mesas de apresentação. Não procuramos montar mesas compostas exclusivamente por trabalhos relativos, por exemplo, a escritórios modelo, que poderiam reproduzir interlocuções já existentes em eventos como o SENEMAU (Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo), promovido pela FeNEA (Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo). Como veremos, trabalhos que versaram sobre práticas de ensino, residência em arquitetura e urbanismo, coletivos e escritórios modelo, sobre consultoria a órgãos públicos, assessoria ou assistência técnica a grupos vulneráveis, enfim, envolvendo diferentes abordagens e compreensões do que vem a ser extensão, foram colocados “em diálogo”, justamente para que esse debate pudesse ser levado à diretoria da ANPUR como uma contribuição para os próximos encontros. Desse ponto de vista, esse texto é uma primeira sistematização do que os programas de pós-graduação em planejamento urbano e regional, e as universidades que os abrigam entendem por Extensão Universitária em 2017, a partir da amostra dos trabalhos selecionados.

Uma primeira e importante constatação se faz então necessária: entre os textos enviados ao Comitê Científico, para avaliação, foi quase insignificante a presença de outros cursos que não os de arquitetura e urbanismo. Assim, entre os 26 trabalhos selecionados, apenas três não tinham vínculo com cursos de arquitetura e urbanismo, de graduação (14) e pós-graduação (9) lato ou stricto



sensu. Em outras palavras, 23 dos 26 trabalhos apresentados na ST-11 têm uma relação direta com a área de arquitetura e urbanismo.

Atividades de extensão quase sempre envolvem a participação de estudantes de graduação. A ANPUR e a área de planejamento e estudos urbanos e regionais situam-se num campo “interdisciplinar”, que abriga diferentes disciplinas, como geografia, economia, sociologia e outras. Professores e estudantes de graduação dessas disciplinas, contudo, não estiveram presentes na ST-11. Portanto, o debate ali ocorrido foi pautado pelo relato ou análise de experiências de extensão desenvolvidos sobretudo no âmbito de cursos de graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo, com participação massiva de estudantes de graduação com diferentes graus de autonomia em relação à execução dos projetos apresentados.

Considerando esse quadro, a principal questão que destacaremos neste capítulo tem a ver com a própria conceptualização da palavra *extensão*.

Segundo Reinhart Koselleck¹, as palavras não são conceitos, são as “roupas” que os vestem. Sendo assim, uma mesma palavra poderia “vestir” conceitos diferentes; e um mesmo conceito poderia “se vestir” com palavras diferentes. A palavra *extensão*, pelo menos da maneira como foi veiculada na ST-11 do XVII ENANPUR, parece pertencer ao primeiro grupo. Trata-se de um vocábulo que abriga muitos e diferentes “conceitos” a propósito daquilo que seria, no Brasil, ao lado do *ensino* e da *pesquisa*, um dos três “pilares” da instituição universitária.

Não propomos aqui um debate propriamente conceitual. Como observou Koselleck, “todo conceito, enquanto tal, só pode ser pensado e

¹ KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 134-146.

Quadro I.
Sobre a Extensão: Trabalhos citados no artigos apresentados na ST-11

Autoria Organização	Título	nº de citações
BOTOMÉ (1996)	Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária	1
CEPE (2015)	Normas Gerais para Atividades de Extensão Universitária	1
CONSUN (2012)	Política de Extensão	1
DEMO (2001)	Lugar da extensão	2
D'OTTAVIANO; ROVATI (2016)	O ensino de urbanismo no Brasil: experiências de extensão universitária em São Paulo e Porto Alegre.	1
FARIA, org. (2001)	Construção conceitual da extensão universitária na América Latina	2
FORPROEX (1987)	I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	1
FORPROEX (2001)	Plano Nacional de Extensão Universitária	1
FORPROEX (2012)	Política Nacional de Extensão Universitária	2
FORPROEX (2016)	Carta de São Bernardo do Campo	1
FREIRE (1969)	Extensão ou comunicação?	5
FONTOURA et al. (2009)	A Tríade: Ensino, Pesquisa e Extensão na construção de Escolas Inclusivas	1
GORDILHO-SOUZA (2015)	Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: experiência inovadora em ensino, pesquisa e extensão	3
JEZINE (2001)	Multidiversidade e Extensão Universitária	1
JEZINE (2004)	As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária	1
MARTINS (2015)	Laboratórios acadêmicos de pesquisa e extensão, políticas urbanas e prática profissional	1
MOITA; ANDRADE (2009)	Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação	1
NOGUEIRA (2001)	Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual	1
ROCHA (2001)	A construção do conceito de extensão universitária na América Latina.	2
SÍVERES (2008)	A extensão como um princípio de aprendizagem	1
SÍVERES org. (2012a)	Processos de Aprendizagem na Extensão Universitária	1
SÍVERES (2012b)	Perspectivas de Aprendizagem na Extensão Universitária	1
TAVARES (2001)	Os Múltiplos Conceitos de Extensão.	1

falado/expressado uma única vez", porque sua "formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única"². Aceitamos, portanto, que os conceitos são naturalmente instáveis. Ou seja, não buscamos "o" conceito supostamente "verdadeiro" de extensão. Queremos apenas situar um debate que abriga ambiguidades e indefinições.

A maior parte dos 26 trabalhos apresentados na Sessão Temática dedicada à extensão, não define esse termo ou, pelo menos, não o questiona do ponto de vista conceitual. Alguns dos autores parecem supor que o leitor "sabe" o que é "extensão". Outros, tomam sua própria conceptualização (que muitas vezes aparece nos textos de maneira apenas implícita) como sendo uma definição "válida", a qual não caberia contestação.

Uma evidência disso aparece nas bibliografias citadas pelos trabalhos. Poucos trabalhos evocam estudos voltados especificamente para o debate teórico-conceitual a propósito da extensão – aliás, nos debates realizados ao longo da ST-11, um dos interlocutores ponderou que era "difícil encontrar referências teóricas sobre o assunto".

Tomemos todos os 23 textos (livros, artigos, documentos) citados pelos autores dos trabalhos apresentados na Sessão Temática que incluem em seus títulos a palavra extensão (ver QUADRO I, à esquerda).

Verifica-se uma grande dispersão. Apenas um título é referido em cinco trabalhos: um livro de Paulo Freire, *Extensão ou comunicação?*, originalmente publicado no Chile em 1969. Mas é importante registrar que Freire, de longe, foi o autor mais citado pelos participantes da ST-11. Além de *Extensão ou comunicação?*, foram ali referidas outras cinco obras de sua autoria: *Pedagogia da autonomia* (livro citado por seis trabalhos), *Educação como prática da liberdade* e *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* (citados por dois trabalhos); *Pedagogia da Indignação* e *Pedagogia da Solidariedade* (citados, cada um, por um trabalho). No total, 11 dos 26 trabalhos apresentados na Sessão Temática incluíram alguma obra de Paulo Freire em suas referências bibliográficas.

Apenas um título foi citado por três trabalhos, neste caso referindo-se a um tema relativamente recente e bastante específico, a questão das "residências profissionais" (GORDILHO-SOUZA, 2015).

Apenas quatro títulos foram referidos por dois trabalhos, três deles de fato debatendo o conceito de extensão (DEMO, 2001; FARIA, 2001; ROCHA, 2001) e um deles documentando a atual "política nacional de extensão" (FORPROEX, 2012).

Se miramos a mesma bibliografia com mais atenção, verificamos que 16 dos 23 títulos (70% do total) onde a palavra extensão comparece dizem respeito a apenas dois livros autorias (BOTOMÉ, 1996; FREIRE, 1969), duas coletâneas

² KOSELLECK, op. cit., p. 138-9.

(FARIA, 2001; SÍVERES, 2012) e uma “fonte”, o FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras.

Portanto, os trabalhos da ST-11 não apontaram referências comuns “fortes”, capazes de balizar o debate e o diálogo conceitual em torno do termo *extensão* e das práticas a ele associadas³. Note-se ainda que, nesse debate, a “indissociabilidade” ensino-pesquisa-extensão é muitas vezes tomada como um “dado da realidade” e não como questão ainda em disputa no seio das instituições de ensino superior brasileiras.

Quadro II. Palavras-chave

Palavra-chave	nº de citações
Extensão	14
Participação	5
Ensino	4
Projeto	4
Universidade	4
Assessoria Técnica	3
Assistência Técnica	3
Comunidade	3
Educação	3
Gestão Urbana	2
Pesquisa	2
Planejamento Urbano	2
Preservação	2
Residência	2
Urbanismo	2

A diversidade temática dos trabalhos e algumas das questões tratadas de maneira mais recorrente na ST-11 podem ser bem ilustradas de outra maneira, quando abordarmos a frequência de suas “palavras-chave” (ver QUADRO II).

Constata-se novamente uma grande dispersão. Apenas 15 palavras-chave foram citadas em dois ou mais trabalhos. É claro, não se pode estranhar que 14 dos 25 trabalhos apresentados tenham incluído, entre suas palavras-chave, o vocábulo *extensão* – termo que, como vimos, poucas vezes foi submetido a uma apreciação mais rigorosa do ponto de vista conceitual. Mas, embora a grande diversidade de termos apontados, as palavras-chaves sugerem alguns “eixos” de debate que de fato ganharam relevo na ST-11:

Participação (5): debate sobre as práticas mais ou menos democráticas e sobre as “relações de poder” que se estabelecem nas ações de extensão.

Ensino (4) / Educação (3) / Comunidade (3): questionamento das pedagogias ou relações de ensino-aprendizagem operadas pela extensão e de suas implicações para os estudantes e as “comunidades” envolvidas nas ações de extensão.

Universidade (4) / Pesquisa (2): questionamento da relação entre ensino, pesquisa e extensão e, de modo especial, da “missão” específica da Universidade Pública nesses âmbitos, como instituição que deveria se voltar para o enfrentamento dos “problemas sociais”; queixa que a extensão é menos valorizada que o ensino e a pesquisa.

Assessoria técnica (3) / Assistência técnica (4) / Residência (2): ao caracterizar suas ações, alguns autores preferem se referir à “assistência”, outros à “assessoria”; há um debate conceitual aqui, muitas vezes “crítico” à adoção, por parte da Universidade Pública, de uma função de “prestadora de serviços”.

Gestão urbana (2) / Planejamento urbano (2) / Preservação (2) / Urbanismo (2): esses termos, como muitas outras palavras-chave citadas apenas uma vez, indicam a temática (mais ampla ou mais específica) na qual o autor situa a ação de extensão objeto de sua reflexão.

O que é Extensão Universitária?

A partir do quadro geral acima retratado, voltemos agora, mais especificamente, às ambiguidades constatadas na ST-11 em torno da palavra *extensão*.

O que é *extensão* para os participantes da ST-11? Uma primeira marca dessa (in)definição reside na presença recorrente, de uma parte, de proposições mais neutras e genéricas, de outra, mais posicionadas e específicas.

Assim, para quase todos, a extensão é uma “via de mão dupla” que envolve uma “troca de conhecimentos”, o “trabalho com a realidade”, a “relação entre teoria e prática”. Para alguns, entretanto, a extensão é, sim, uma “via de mão dupla”, mas que necessariamente deveria envolver uma troca de conhecimento com a população “socialmente excluída”, vítima de “injustiças” ou “vulnerável”, e com a “realidade” vivida por essa população.

Para alguns a extensão envolve “assistência” ou “assessoria” técnica. Para outros, envolve assistência ou assessoria técnica “militante”, comprometida com uma determinada causa, como a promoção da justiça social, a “luta” pelo “direito à cidade” ou a algum outro, reivindicado por este ou aquele “movimento social”.

Para alguns a extensão assemelha-se a uma “prestaçao de serviço”, a uma consultoria, podendo envolver inclusive algum tipo de remuneração. Para outros, a extensão pode sim prestar algum tipo de serviço, mas, ou destinado a quem não pode pagar por ele, por sua condição de exclusão ou vulnerabilidade social, ou a alguém que, podendo remunerá-lo, opera “políticas contra-hegemônicas”.

Para alguns a extensão é uma das “três pernas” da universidade brasileira. Para outros, a extensão é uma especificidade da universidade pública, a quem caberia se ocupar dos “problemas sociais” do país.

Entre os 26 trabalhos apresentados, a maior parte descreve alguma experiência de extensão. Esses relatos quase sempre são marcados pelo “entusiasmo” de autores que foram também atores do processo abordado.

Os trabalhos quase sempre partem “do particular para o geral”, abordam um episódio ou uma experiência singular para daí sugerir alguma conclusão mais ou menos generalizável. Apenas uma pequena parte dos trabalhos empreendeu alguma análise aprofundada da extensão como esfera institucional particular de atuação e de sua relação com o ensino e a pesquisa.

³ Exetuando-se Paulo Freire, mas, apenas em certa medida, pois, entre os seis trabalhos de sua autoria referidos nas bibliografias, apenas um trata especificamente da “extensão”.

Identificamos assim, de maneira implícita ou explícita, algumas abordagens mais relevantes, resumidas a seguir. As referências feitas a trabalhos apresentados na ST-11 servem apenas para ilustrar tais abordagens e não têm uma pretensão classificatória. Inclusive porque a maior parte dos trabalhos citados envolve frequentemente um conjunto bastante diverso de ações, ou apenas enfatiza este ou aquele aspecto da experiência retratada:

- A extensão vista como possibilidade de **prestação de serviço, consultoria ou colaboração com o poder público**, podendo inclusive envolver algum tipo de remuneração: são os casos, por exemplo, das experiências abordadas pelos trabalhos de INECHEIN & GALLART [Ativar: para repensar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão], CUNHA & OLIVEIRA [Capacitação de agentes públicos para a implementação da política urbana: uma análise dos resultados alcançados], LIMA, OLIVEIRA & FREITAS [Quando a prática acadêmica sai ao território. A experiência da oficina multidisciplinar: os LUMEs e a prática do planejamento metropolitano – UFMG]; GALERA [O papel da Universidade no desenvolvimento políticas públicas de gestão de riscos de desastres: o caso do Grande ABC paulista – SP]; MOREIRA [Interlocuções institucionais: a experiência da residência em planejamento e gestão urbana].
- A extensão vista como possibilidade de **colaboração “gratuita” com o poder público com base em uma determinada “causa”**: são os casos, por exemplo, das experiências abordadas pelos trabalhos de SAMPAIO e BAHIA [Repercussões da Extensão Universitária na preservação do centro histórico de Santa Maria Madalena – RJ]; HEIDTMANN Jr, TOLEDO e BOGO [Educação patrimonial como atuação social e pedagógica em cidade tombada como patrimônio nacional].
- A extensão vista como possibilidade de **intervenção “direta” ou “militante” sobre a “realidade”, com base em uma determinada “causa”**: são os casos, por exemplo, das experiências abordadas por CAMPOS [#BIKENALEITE: apresentação e avaliação de ação extensionista em São João Del-Rei, MG]; MELLO [Diários Messiânicos: experiências, fracassos, reflexões]; SANTOS, KAPP, SILVA & LOURENÇO [A extensão do conhecimento das águas na cidade]; BIENENSTEIN, BIENENSTEIN, FREIRE & SOUSA [Extensão Universitária na luta pelo direito à moradia e à cidade].
- A extensão vista como possibilidade de realizar algum tipo de **“trabalho especializado” para quem não pode remunerar tal “serviço” ou não tem “acesso a profissional da área”**, numa perspectiva advocacy⁴ de combate às injustiças sociais: são os casos, por exemplo, das experiências abordadas por ALBERNAZ, MINTO,

⁴ Ao longo da ST-11, o termo foi mencionado por mais de um debatedor, referindo-se, de maneira explícita ou implícita, à conhecida proposição de Paul Davidoff ("Advocacy and Pluralism in Planning"), publicada em 1965 pelo *Journal of the American Institute of Planners*.

BRASIL & FELINTO [Resistência e melhoria habitacional: reflexões sobre uma atuação dialógica junto à comunidade Indiana na cidade do Rio de Janeiro]; ARAÚJO & PARDO [CURIAR: 5 anos de resistências do escritório modelo]; MORAIS, TOMOYOSE & PRESSER [Coletivo Caetés e o Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro]; DE VIVO, LOPES, MICELI & LIMA [FAU Social – Praça do Jardim Jaqueline].

- A extensão como possibilidade de abordar **temáticas ou metodologias ordinariamente não contempladas nos currículos do ensino superior**, numa perspectiva de colocar o estudante em contato com a “realidade” e de complementar sua formação: são os casos, por exemplo, das experiências abordadas por CARNEIRO [A Extensão Universitária e o campo das assessorias técnicas]; PINHEIRO & FERNANDES [Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo como atividade de Extensão Universitária: métodos de aproximação entre técnicos e comunidade]; LERSCH, OLIVEIRA & RIBEIRO [Ateliê internacional: uma experiência de Extensão Universitária]; PICCININI & MOROSO [A (in)justiça cognitiva e a Extensão Universitária: uma experiência entre a escola e a comunidade]; RAMOS [Compartilhando saberes: uma experiência de projeto participativo entre a academia e o ambiente escolar da EEHR]; ANDRADE [Periférico, trabalhos emergentes: participação social na elaboração de projetos de Arquitetura e Urbanismo nos TFGS da FAU/UNB]; MÜHLE, LOPES & PRESSER [Extensão Universitária enquanto assessoria técnica: experiência com o assentamento Dom Pedro Casaldáliga - Cajamar, SP]; PINHEIRO, LESSA & VERAS [Encontro de comunidades e Observatório

de Remoções: experimentações de uma *práxis* educativa em Fortaleza]; BRANDÃO & WIESE [Extensão Universitária em comunidades associativas: potencialidades pedagógicas dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o caso de Pontão –RS]; GORDILHO-SOUZA [Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: implantação de um Programa em Ensino, Pesquisa e Extensão na UFBA].

Caminhos

Afinal, o que é extensão ou, mais especificamente, o que é a extensão na área de *planejamento e estudos urbanos e regionais*? Este breve relato da ST-11 propõe mais perguntas do que respostas.

Como já foi observado no capítulo primeiro deste livro, *Os territórios da Extensão Universitária*, “a extensão não é, está sendo”. Hoje, mais de que ontem, há uma disputa em curso em torno dessa definição nas universidades. Em especial nas públicas, mas não exclusivamente: por exemplo, entre os quase 500 cursos de arquitetura e urbanismo existentes no Brasil apenas 70 estão vinculados a universidades públicas. O compromisso com uma formação que seja capaz de olhar e dialogar com a especificidade (e com a diversidade) da realidade brasileira, ainda mais nesse campo das ciências sociais aplicadas, deve estar presente na formação de qualquer profissional nas universidades brasileiras. Nessa disputa, nossa pequena história no campo da extensão ora aparece como *determinação*, ora como esperançosa evidência de *possibilidades*.

O quadro aqui apenas esboçado parece indicar que, num país de dimensões continentais, tão diverso nos planos social e geográfico, não podemos nem devemos impor limites temáticos ou “de abordagem” à extensão. As experiências singulares relatadas na ST-11 de alguma maneira sempre revelam as potencialidades e acúmulos característicos de cada comunidade ou movimento social, de cada região, de cada escola, faculdade ou universidade. Em outras palavras, não nos parece possível nem conveniente pensar a extensão a partir desta ou daquela experiência particular, por mais exemplar que pareça. Ao contrário, a diversidade de temas e abordagens parece ser da natureza disso que chamamos extensão. Contudo, por outro lado, se utilizarmos esse termo como palavra

que simplesmente “prolifera” em “qualquer meio acadêmico”, isto é, se abdicarmos de uma reflexão mais apurada e abrangente sobre a dimensão propriamente *política* da extensão, corremos o risco de estilhaçar ainda mais algo que já se apresenta diante de nós em “mil pedaços”. Evidentemente não utilizamos aqui a palavra *política* para definir um campo particular de atividades; a utilizamos para nos referir a valores e escolhas sempre presentes em todas as nossas ações, dentro e fora da universidade. Por isso, e diante da conflitiva conjuntura social que se descontina no país, percebemos que estamos sobremodo desafiados a dar um significado *político* mais compreensível à palavra *extensão* e às reflexões e ações tão diversas que a ela associamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Trabalhos apresentados na ST-11

[Disponíveis em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=1333]

ALBERNAZ, Maria Paula; MINTO, Fernando Cesar Negrini; BRASIL, Malu França; FELINTO, Huani Quintanilha. Resistência e melhoria habitacional: reflexões sobre uma atuação dialógica junto à comunidade Indiana na cidade do Rio de Janeiro. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. Periférico, trabalhos emergentes: participação social na elaboração de projetos de Arquitetura e Urbanismo nos TFGS da FAU/UNB. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

ARAÚJO, Ana Clara Oliveira de; PARDO, Maria-na Ribeiro. CURIAR: 5 anos de resistências do escritório modelo. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco; FREIRE, Eloísa Helena; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de. Extensão Universitária na luta pelo direito à moradia e à cidade. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

BRANDÃO, Luiz Felipe Leão Maia; WIESE, Ricardo Sucas. Extensão Universitária em comunidades associativas: potencialidades pedagógicas dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o caso de Pontão -RS. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

CAMPOS, Clarissa Cordeiro de. #BIKENALEITE: apresentação e avaliação de ação extensionista em São João Del-Rei – MG. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

CARNEIRO, Daniel Marostegan e. A Extensão Universitária e o campo das assessorias técnicas. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

CUNHA, Eglaisa Micheline Pontes; OLIVEIRA, Francisco Henrique de. Capacitação de agentes públicos para a implementação da política urbana: uma análise dos resultados alcançados. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

DE VIVO, Isabel Samaia; LOPES, Marina Vasarini; MICELI, Vitor Soares; LIMA, Patrick Morais de. FAU Social – Praça do Jardim Jaqueline. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

GALERÀ, Raquel Alfieri. O papel da Universidade no desenvolvimento políticas públicas de gestão de riscos de desastres: o caso do Grande ABC paulista - SP. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: implantação de um Programa em Ensino, Pesquisa e Extensão na UFBA. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

HEIDTMANN Jr, Douglas Emerson Deicke; TOLEDO, Julieta de; BOGO, Renata Lais. Educação patrimonial como atuação social e pedagógica em cidade tombada como patrimônio nacional. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

INEICHEIN, Julien; GALLART, Romain. Ativar para repensar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

LERSCH, Inês Martina; OLIVEIRA, Clarice Mysoczyk de; RIBEIRO, Bárbara Maria Giacom. Ateliê internacional: uma experiência de Extensão Universitária. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

LIMA, Junia Maria Ferrari de; SOSA, María Florencia; OLIVEIRA, Laís Grossi de; FREITAS, Ana Paula de Oliveira. Quando a prática acadêmica sai ao território. A experiência da oficina multidisciplinar: os LUMEs e a prática do planejamento metropolitano – UFMG. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. Diários Messianicos: experiências, fracassos, reflexões. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

MORAIS, Ana Cristina S.; TOMOYOSE, Evelyn Harumi; PRESSER, Victor de Almeida. Coletivo Caetés e o Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

MOREIRA, Renata Eloah Aguiar. Interlocuções institucionais: a experiência da residência em planejamento e gestão urbana. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

MÜHLE, Bárbara; LOPES, Matheus Vichr; PRESSER, Victor de Almeida. Extensão Universitária enquanto assessoria técnica: experiência com o assentamento Dom Pedro Casaldáliga - Cajamar, SP. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

PICCININI, Lívia Salomão; MOROSO, Karla. A (in) justiça cognitiva e a Extensão Universitária: uma experiência entre a escola e a comunidade. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

PINHEIRO, Juliana de Cássia Siqueira; FERNANDES, Thalyta. Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo como atividade de Extensão Universitária: métodos de aproximação entre técnicos e comunidade. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

PINHEIRO, Valéria; LESSA, Lucas Golignac; VERAS, Francisco Fábio Montenegro. Encontro de comunidades e Observatório de Remoções: experimentações de uma práxis educativa em Fortaleza. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

RAMOS, Marina Bezerril Régis. Compartilhando saberes: uma experiência de projeto participativo entre a academia e o ambiente escolar da EEHR. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

SAMPAIO, Andréa da Rosa; BAHIA, Sergio Rodrigues. Repercussões da Extensão Universitária na preservação do centro histórico de Santa Maria Madalena - RJ. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

SANTOS, Roberto Eustaquio dos; KAPP, Silke; SILVA, Margarete Maria de Araújo; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. A extensão do conhecimento das águas na cidade. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

VICENTE, Paula Martins; LIMA, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos. Parque Pinheirinho d'Água: a construção coletiva do espaço público. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

2. Obras citadas pelos autores dos trabalhos apresentados na ST-11 que incluem a palavra “extensão” em seus títulos

BOTOMÉ, Paulo Sílvio. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CEPE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão / UFRGS. *Normas Gerais para Atividades de Extensão Universitária*. Resolução nº 17. Porto Alegre, 29 de abril de 2015.

CONSUN. Conselho Universitário / UFRGS. *Política de Extensão*. Decisão nº 266. Porto Alegre, 20 de julho de 2012.

DEMO, Pedro. Lugar da extensão. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 141-158.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. *I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Brasília, UNB, 1987.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, 2012.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. *Plano Nacional de Extensão Universitária* (edição atualizada). Manaus, 2012.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. *Carta de São Bernardo do Campo*. São Bernardo do Campo, 2016.

FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 1983 [1969]

FONTOURA, Maria Eugênia; PEREIRA, Débora Couço; LEBEDEFF, Tatiana; BASTOS, Amélia R. Borges. A tríade Ensino, Pesquisa e Extensão na construção de Escolas Inclusivas. In: *Anais do X Salão de Iniciação Científica da PUCRS*, 2009, p. 1364-1373

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: experiência inovadora em ensino, pesquisa e extensão. In: *Anais do VII PROJETAR – Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo*. Natal: PPGAU-UFRN, 2015. v. 1. p. 30-48.

JEZINE, Edineide M. Multidiversidade e Extensão Universitária. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 127-140

JEZINE, Edineide M. As práticas curriculares e a Extensão Universitária. In: *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte, 12-15 de setembro de 2004.

MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. Laboratórios acadêmicos de pesquisa e extensão, políticas urbanas e prática profissional. In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Salvador, 23-27 de maio de 2015.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando Cézar Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Rev. Bras. Educ. [online]*. 2009, vol.14, n.41, pp. 269-280.

NOGUEIRA, Maria D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 57-72.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 13-30.

SÍVERES, Luiz. A extensão como um princípio de aprendizagem. *Revista Diálogos*. Universidade do Século XXI: a contribuição da extensão na busca da aprendizagem. Brasília, vol. 10, p. 8 17, 2008.

SÍVERES, Luiz (Org.). *Processos de Aprendizagem na Extensão Universitária*. Goiânia: Editora PUC, 2012a

SÍVERES, Luiz. Perspectivas de Aprendizagem na Extensão Universitária. IN: SÍVERES, Luiz (Org.). *Processos de Aprendizagem na Extensão Universitária*. Goiânia: Editora PUC, 2012b, p. 15-34.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Os múltiplos conceitos de extensão. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 73-84.



POSFÁCIO

Luciana Lago

Á se vão 30 anos desde o primeiro encontro da ANPUR. E muito conhecimento foi produzido e renovado ao longo desse período. Conhecimentos em campos disciplinares diversos que se entrecruzam e se alimentam mutuamente por meio da reflexão crítica sobre as práticas sócio-territoriais em suas múltiplas escalas e temporalidades. Os *anpurianos*, portanto, ao tratarem do território, pensam o “poder” nas relações de classe, nas relações homem-natureza, nos associativismos e nas ações estatais. A compreensão das formas de dominação é indissociável da ação política, da formulação de estratégias para a superação das históricas desigualdades sócio-territoriais que marcam as sociedades capitalistas.

Nessa perspectiva do conhecimento para a ação transformadora, muito se tem debatido nos seminários bienais da Associação sobre as interações ensino-pesquisa em planejamento urbano e regional, possibilitando re-avaliações sobre a abrangência temática do campo e as estratégias de seu fortalecimento político-institucional. Mas pouco havia se discutido até 2016 sobre a atividade de Extensão Universitária, terceira peça do tripé de sustentação do ensino superior brasileiro. No seminário daquele ano, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, expresso na nossa Constituição, foi objeto de reflexão coletiva, fornecendo subsídios para que o tema ocupasse um espaço mais amplo de debate no encontro nacional de 2017. E foi o que ocorreu.

Essa publicação nos apresenta o alcance, no último ENANPUR, das discussões travadas nos espaços abertos às oficinas e às sessões sobre as atividades

de extensão Universitária. Foi possível aprendermos sobre as diferentes formas de mobilização do conhecimento científico acumulado e, mais do que isso, sobre as possibilidades de reconstrução desse conhecimento quando atravessamos os muros da universidade e buscamos utilizá-lo na luta cotidiana pelo bem comum. Sabemos que o conhecimento que se pretende transformador da realidade social não pode ser destinado a um público passivo, apenas receptor das informações. Estender o conhecimento crítico à comunidade não acadêmica é ir além de sua difusão por meio da formação e da assessoria. É colocar em xeque esse conhecimento no momento da inter-ação com o “outro”, provocando a re-ação.

Muitas das oficinas e sessões de extensão realizadas no ENANPUR 2017 promoveram os embates necessários para uma reflexão renovada, entre os participantes, em torno de variados temas, entre eles, políticas urbanas contra-hegemônicas, ativismo urbano, parceria universidade-movimento social, produção associativa da cidade e conflito fundiário. As experiências práticas apreendidas nas oficinas através do diálogo com seus protagonistas, ou nas sessões através dos casos expostos, se mostraram atravessadas por contradições. A evidência de contradições em experiências sócio-territoriais vistas como alternativas ou mesmo disruptivas provoca necessariamente tensões e novas reflexões sobre as teorias e as análises já consolidadas. E daí podemos afirmar que a abertura da ENANPUR para as práticas extensionistas permitiu que novos conhecimentos circulassem pelo evento, desafiando as nossas certezas. Que as portas continuem abertas para que os elos entre ensino, pesquisa e extensão se fortaleçam.

sobre os autores



Camila D'Ottaviano

Diretora da ANPUR (2015-2017). Arquiteta e Urbanista (1994) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Mestre (2002) em Estruturas Ambientais Urbanas e Doutora (2008) em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP, subárea Habitat. Professora da Universidade de São Paulo desde 2010, onde exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-FAUUSP). Pesquisadora do Observatório das Metrópoles desde 2004.



João Farias Rovati

Diretor da ANPUR (2015-2017). Arquiteto e Urbanista (1982) pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre (1990) em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor (2001) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Paris-8. Realizou Estágio Sênior (2012) na Universidade Nacional de General Sarmiento (Argentina). Professor da UFRGS desde 1989, onde exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão junto à Faculdade de Arquitetura (Departamento de Urbanismo) e ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR). Foi coordenador do PROPUR/UFRGS (2007-2009).



Caio Santo Amore de Carvalho

Arquiteto e Urbanista (1997) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Mestre (2005) em Estruturas Ambientais Urbanas e Doutor (2013) em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP, subárea Planejamento Urbano e Regional. Professor no Departamento de Tecnologia da FAUUSP desde 2015. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em projetos de arquitetura, planos e estudos urbanísticos, coordenação de equipe, atuando sobretudo em temas ligados à habitação de interesse social, áreas de urbanização precária e assessoria técnica a movimentos sociais e populares. Integra a Peabiru – ONG de Assessoria Técnica desde 1998, onde exerceu cargos de coordenação financeira e geral e realiza trabalhos comunitários e ambientais.



Fabiana Dultra Britto

Possui Licenciatura em Dança (1987) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado (1993) em Artes pela Universidade de São Paulo, Doutorado (2002) em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pós-Doutorado (2009) em Arte Pública pela *Bauhaus Universität Weimar* e Estágio Sênior (2012) no *Centre de Recherche sur L'Espace Sonore et L'Environnement Urbain* – CRESSON/CNRS. Docente da Escola de Dança da (UFBA) desde 2004. Pró-Reitora de Extensão Universitária da UFBA desde setembro de 2014. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Dança da UFBA (2006-2011). Desde 2006, lidera o grupo de pesquisa Laboratório Coadaptativo LabZat. É coordenadora geral da Plataforma Corpocidade (<http://www.corpocidade.dan.ufba.br>).



Karina Oliveira Leitão

Arquiteta e Urbanista (1994) pela Universidade Federal do Pará. Mestre (2004) pelo Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo – PROLAM/USP. Doutora (2013) em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), subárea Planejamento Urbano e Regional. Professora da FAUUSP desde 2013, onde coordena o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos desde 2016. Tem experiência como consultora independente na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Políticas Urbana e de Habitação de Interesse Social e Gestão Municipal.



Luciana Correa do Lago

Arquiteta e Urbanista (1983) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre (1990) em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora (1998) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1986. Desenvolve pesquisas nas áreas da Sociologia e da Política Urbana, com ênfase nos seguintes temas: trabalho e estruturação do território urbano; autogestão urbana; cooperativismo habitacional e produção e representação da cidade. Pesquisadora da rede Observatório das Metrópoles.



Maria Arminda do Nascimento Arruda

Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. É professora titular de Sociologia da Universidade de São Paulo desde 2005. Livre-Docente na área de Sociologia, com ênfase em sociologia da cultura; história social dos intelectuais, da literatura e das artes; sociologia da comunicação de massas; teoria sociológica. Foi Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (2010-2015). Atualmente é Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e membro do Comitê Institucional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS.



Regina Dulce Barbosa Lins

Arquiteta e Urbanista (1978) pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista (1988) em Gestão do Crescimento Urbano pelo ISAE/LA Cambre (Bélgica). Doutora (2001) em Estudos Urbanos pela University of Kent (Inglaterra). Atualmente é professora voluntária (Associado 4) da Universidade Federal de Alagoas, onde atua na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Presta assessoria científica a instituições nacionais e locais de fomento à pesquisa e pós-graduação. Tem experiência acadêmica e profissional em Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em: Estatuto da Cidade; planejamento e gestão urbano-ambiental; cidade e política pública; cidade e democracia; e desenvolvimento sustentável. É pesquisadora visitante no LABCIDADE da FAUUSP (Projeto Observatório de Remoções).



Coletivo Caetés

O Caetés é um coletivo formado em 2016 por estudantes de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). O Caetés atua junto a organizações e movimentos sociais, em especial os de luta por terra e moradia, de forma horizontal, não impositiva, buscando sempre o diálogo e respeitando, assim, a autonomia dos grupos com os quais trabalha. Além disso, visa promover a formação coletiva, tanto de seus membros quanto de outros atores envolvidos com o coletivo, por meio dos projetos, espaços de debate e vivência.

Autores do texto: Ana Cristina da Silva Moraes e Beatriz Mendes Oliveira, estudantes da FAUUSP, integrantes do coletivo Caetés.



FAU Social

A FAU Social é uma entidade de Extensão Universitária Autogerida, sem fins lucrativos, inaugurada em Janeiro de 2016 por alunos da FAUUSP. A entidade visa atender demandas reais de grupos da sociedade que não têm acesso a serviços de Arquitetura, Urbanismo e Design, através de atividades e projetos realizados em conjunto com a população, aplicando o conhecimento aprendido em sala de aula e trocando experiências com o conhecimento popular. Já realizou nove projetos desde sua fundação.

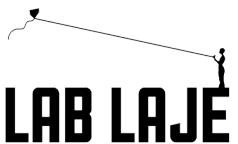
Autores do texto: Patrick Moraes de Lima, estudante da FAUUSP, integrante da entidade FAU Social ; Lucas Piaia Petrocino, estudante da FAUUSP, Representante Discente da Comissão de Cultura e Extensão Universitária da FAUUSP e membro do Conselho da entidade FAU Social.



Grupo de Construção Agroecológica

O Grupo de Construção Agroecológica (GCA) é um coletivo autônomo e horizontal que tem a extensão universitária como uma de suas principais frentes. Iniciado em 2013, é composto por estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Design e Geografia da USP. Conta com a colaboração de arquitetos e professores. O grupo explora técnicas alternativas, como a agroecologia ou a permacultura, formas sustentáveis por lidar com materiais pouco processados e com baixo impacto social, ambiental e energético, como terra crua e bambu, disponíveis nos contextos de cada lugar e que buscam recuperar um conhecimento construtivo e produtivo tradicional.

Autores do texto: Daniel Jhun de Oliveira e Giulia Pereira Patitucci estudantes da FAUUSP e integrantes do GCA



Coletivo LabLaje

O LabLaje é um coletivo multidisciplinar composto por arquitetos, advogados e geógrafos que tem estudado e militado no tema da urbanização de favelas em suas pesquisas acadêmicas e também na prática profissional. O coletivo tem atuado no campo da formação e reflexão acadêmicas buscando a desalienação da agenda sobre favelas.

Autores do texto: Felipe Moreira, Henrique Frota, Lara Ferreira, Paula Oliveira, Rodrigo Faria, Victor Iacovini e Vitor Nisida, integrantes do LabLaje.

[crédito imagens

CAPA

[Paula Vicente] Paranapiacaba

APRESENTAÇÃO . página 6

[Paula Vicente] Paranapiacaba

PARTE UM . página 12

[Ariane Destefano] Ocupação Mauá

CAPÍTULO 1 . páginas 14/15

[Flávia Massimetti] Represa Billings

CAPÍTULO 2 . páginas 26/27

[Rayssa Cortez] Ocupação Mauá

CAPÍTULO 3 . páginas 36/37

[Flávia Massimetti] Casa Ecoativa

PARTE DOIS . página 48

[Gabriel Pietraroia] Favela do Vietnã

[Victor Del Prete] Ocupação São João

CAPÍTULO 4 . páginas 50/51

[Gabriel Pietraroia] Centro Cultural Jabaquara

FICHAS OFICINAS DE PRÁTICAS URBANAS . página 68/69

[Melina Moscardini] Oficina 8 ANPUR

CAPÍTULO 5 . páginas 92/93

[Camila D'Ottaviano] Assentamento MST
Irmão Alberta

CAPÍTULO 6 . páginas 112/113

[Felipe Moreira] Favela Jardim Jaqueline

CAPÍTULO 7 . páginas 122/123

[Rayssa Cortez] Ocupação Mauá

POSFÁCIO . página 138

[Rayssa Cortez] Ocupação Mauá

Impressão papel pôlen 75 g/m²

Tiragem 300 exemplares

capa Champs; Josefins Sans

corpo texto Roboto

cabeçalho Open Sans

títulos das partes Eras Light ITC

títulos e números de capítulos Josefins Sans

número de página e das oficinas Orator

no quadro Lato

Paint Splodge by Richard Slade | the Noun Project



FAUUSP

LPG . Publicação e Produção Gráfica

ISBN 85-8089-112-6



9 788580 891126

**an
pur**

